



Plano Diretor Municipal

caracterização de nível metropolitano

A

**enquadramento
metropolitano**

AMADORA
Câmara Municipal

Volume A

CARACTERIZAÇÃO DE NÍVEL METROPOLITANO

A - enquadramento metropolitano

- O território da Amadora no processo de metropolização de Lisboa
- Enquadramento nas redes metropolitanas de acessibilidade e transportes
- Enquadramento nos padrões de mobilidade metropolitana
- Enquadramento económico da Amadora na Área Metropolitana
- Os instrumentos de ordenamento do território e de planeamento regional e urbano
- A posição da Amadora no território metropolitano hoje



Volume B

CARACTERIZAÇÃO DE NÍVEL MUNICIPAL

B.1 - biofísico

- Caracterização Climática
- Orografia
- Geomorfologia e Solos
- Condições Ambientais
- Coberto Vegetal

B.2 - demografia

- Evolução da população residente na região de Lisboa
- Dinâmica demográfica no município da Amadora
- Estrutura etária
- População estrangeira
- Estrutura familiar
- Mobilidade territorial residencial
- Projeções demográficas

B.3 - economia

- Base económica
- Capital humano
- Territorialização da base económica

B.4 - perfil socioeconómico

- Qualidade de vida da população residente
- Condições materiais de vida da população residente

B.5 - estrutura urbana

- Formação do tecido urbano
- Características do tecido urbano
- O processo de planeamento e transformação do uso do solo

B.6 - habitação

- Caracterização do parque habitacional
- Diferenciação intraconcelhia
- Dinâmica construtiva
- Tendências recentes do mercado imobiliário
- Política municipal de habitação
- A reabilitação urbana e a nova geração de políticas de habitação

B.7 - acessibilidades

- Enquadramento
- Redes de acessibilidade externa
- Redes de acessibilidade interna
- Serviço de transportes públicos
- Síntese de caracterização

B.8 - equipamentos coletivos

- Equipamentos de educação e ensino
- Equipamentos de ação social e saúde
- Equipamentos de cultura
- Equipamentos de desporto
- Equipamentos de seg. pública e proteção civil

B.9 - infraestruturas

- Abastecimento de água
- Águas residuais e pluviais
- Resíduos urbanos
- Energia
- Telecomunicações



FICHA TÉCNICA

Título:

PLANO DIRETOR MUNICIPAL: estudos de caracterização e diagnóstico
Volume A - Enquadramento metropolitano

Elaboração:

CÂMARA MUNICIPAL DA AMADORA/Divisão de Informação Geográfica

Equipa técnica:

Deolinda Costa - coordenação

João Carlos Antunes

André Sequeira

Fernando Ferreira

João Carlos Silva

Maria Godinho Batista

Susana Pereira

Consultor para a revisão do PDM:

Luís Jorge Bruno Soares

Colaboração externa:

António Oliveira das Neves

Bruno Lamas

NOVA FCSH/ UNL – José António Tenedório

Edição digital: dezembro de 2018

Nota prévia

O Relatório que agora se apresenta sintetiza a fase de caracterização e diagnóstico desenvolvida no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal da Amadora e corresponde ao estabelecido no conteúdo material do PDM, alínea a) do artigo 96º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

No desenvolvimento desta fase da revisão do Plano foi adotada uma metodologia de abordagem que contempla dois níveis de análise: o nível Metropolitano e o nível Municipal, no âmbito dos quais se aprofunda a caracterização de nível local, sempre que necessário e possível.

O Município da Amadora insere-se na AML, não sendo possível perspetivar o seu desenvolvimento urbanístico, económico, social e funcional fora deste quadro e das tendências de evolução que se manifestam em toda a área. Por isso, foi dada uma especial atenção ao enquadramento no território metropolitano e particularmente nas suas interdependências com a Área Metropolitana Norte e com a cidade de Lisboa, matéria que constitui a primeira preocupação deste Relatório.

Por outro lado, as características particulares do Município, de que se relevam, entre outras, as dinâmicas populacional, habitacional e económica, a matriz de acessibilidades e transportes e a estrutura da ocupação urbana foram sistematizadas para complementar a caracterização de nível municipal.

As matérias analisadas constituem um suporte fundamental para o desenvolvimento do modelo territorial num quadro de preservação dos recursos naturais, prevenção dos riscos e de adaptação ao contexto das alterações climáticas.

De acordo com esta metodologia, este Relatório é constituído por dois volumes:

VOLUME A - Nível Metropolitano

VOLUME B - Nível Municipal

NÍVEL METROPOLITANO

O **Volume A** visa analisar a natureza e características da inserção do Município na AML, ou seja:

- analisar a evolução e desenvolvimento da Amadora como território urbano, no contexto do processo de metropolização de Lisboa, evidenciando, em particular, as suas interdependências com a Área Metropolitana Norte e com a cidade de Lisboa;
- enquadrar a Amadora nas redes de acessibilidade e transporte e nos padrões de mobilidade metropolitanos;
- analisar a estrutura económica empresarial e as tendências de evolução do concelho, posicionando-o nas dinâmicas de especialização económica da AML;
- referenciar o quadro de desenvolvimento do território guiado por programas planos e estratégias, realçando a relação de orientação estratégica entre o PNPOT, o PROTAML e os objetivos estratégicos a desenvolver pelo Plano Diretor Municipal.

NÍVEL MUNICIPAL

O **Volume B** visa analisar a natureza e as características fundamentais do desenvolvimento do Município, ou seja:

- sistematizar as principais condicionantes físicas e sócio económicas do seu desenvolvimento;
- analisar a sua génese e a evolução do ponto de vista demográfico e habitacional;
- caracterizar as redes de acessibilidade externa e interna, interfaces de transportes e serviço de transportes públicos;
- aprofundar os aspetos fundamentais da formação e estrutura urbana do território identificando os valores patrimoniais e a rede de centralidades;
- caracterizar as redes de equipamentos coletivos e serviços proporcionados à população.

INDICE

1. ENQUADRAMENTO METROPOLITANO	9
2. O TERRITÓRIO DA AMADORA NO PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO DE LISBOA	11
2.1. Aspetos e antecedentes históricos fundamentais	12
2.2. Principais dinâmicas do processo de metropolização de Lisboa (1960-2017)	13
2.3. Dinâmicas de ocupação urbana da AML-Norte e o território da Amadora	21
3. ENQUADRAMENTO NAS REDES METROPOLITANAS DE ACESSIBILIDADE E TRANSPORTES	30
3.1. Importância estratégica da acessibilidade no desenvolvimento do concelho da Amadora	30
3.2. Rede de infraestruturas de transportes	31
3.3. Acessibilidade metropolitana do concelho da Amadora na rede rodoviária	32
3.4. Posicionamento do concelho da Amadora nas redes pesadas de transportes públicos	33
4. ENQUADRAMENTO NOS PADRÕES DE MOBILIDADE METROPOLITANA	36
4.1. Movimentos pendulares referentes ao concelho da Amadora	38
4.2. Principais movimentos de saída	39
4.3. Principais movimentos de entrada e intraconcelhios	41
4.4. Principais meios de transporte utilizados no âmbito dos movimentos pendulares	42
4.5. Duração média dos movimentos pendulares	43
5. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO DA AMADORA NA ÁREA METROPOLITANA	45
5.1. Posicionamento da Amadora na Área Metropolitana de Lisboa	46
5.1.1. Elementos-chave de especialização económica	46
5.1.2. Clusterização de atividades em contexto metropolitano	48
5.1.3. Argumentos competitivos da Amadora no quadro da EREI Lisboa	50
5.2. Dinâmicas económicas e empresariais - tendências de evolução	52
5.2.1. Estrutura económica e empresarial	52
5.2.2. Dinâmicas setoriais	54
Tecnologias da Informação e Serviços às Empresas	55
Indústrias culturais e criativas	56
Indústria Farmacêutica	57
5.2.3. Perfil de localização e fatores de competitividade empresarial	57
5.3. Emprego, Qualificações e Inovação	59
5.3.1. Dinâmicas e fluxos territoriais do emprego	59
5.3.2. Desemprego registado	62
5.3.3. Qualificações - níveis de habilitação e investimento na formação	63
5.3.4. Inovação e Desenvolvimento Tecnológico	64
5.4. Iniciativas municipais de dinamização da atividade económica	66
Relançamento da área estratégica da Falagueira/Venda Nova	66
Constituição do Conselho Estratégico Empresarial da Amadora (CEEAA)	67
Amadora Inova	68
Centro de Competências para a Qualificação da Amadora	69

6. OS INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DE PLANEAMENTO REGIONAL E URBANO	71
6.1. Revisão do PDM da Amadora - enquadramento no PNPOT	71
6.2. Plano Regional de Ordenamento do Território da AML	80
6.2.1. A visão estratégica e as medidas	80
6.2.2. O Modelo Territorial	82
6.3. Desafios do ordenamento do território e conclusões expressas no REOTLVT 2017	89
6.4. Revisão do PDM	90
6.4.1. Objetivos de desenvolvimento do município	90
6.4.2. Bases da estratégia territorial	92
6.5. Outros instrumentos de planeamento	93
7. A POSIÇÃO DA AMADORA NO TERRITÓRIO METROPOLITANO HOJE	95
7.1. O corredor metropolitano Lisboa-Sintra	96
7.2. As áreas de concentração de atividades económicas do concelho	97
7.3. A continuidade com a cidade de Lisboa	100
Considerações Finais	104
Índice de Quadros	110
Índice de Figuras	111
Índice de Anexos	112

1. ENQUADRAMENTO METROPOLITANO

A forte dependência histórica entre o desenvolvimento urbano da Amadora e o de Lisboa e os impactos das dinâmicas demográficas, sociais, económicas e territoriais do conjunto da Área Metropolitana nas condições e tendências de evolução do concelho, obrigam, nesta fase de Diagnóstico da Revisão do PDM, a que seja dada uma especial atenção ao seu enquadramento no território metropolitano, particularmente nas suas interdependências com a Área Metropolitana Norte e com a cidade de Lisboa.

De facto, entende-se que o processo de metropolização de Lisboa foi determinante para o desenvolvimento demográfico, económico e social do concelho da Amadora e para a sua conformação como território urbano.

Neste capítulo abordam-se:

- o processo evolutivo de constituição da AML, destacando os aspetos considerados fundamentais para essa transformação, enquadrando-os em horizontes temporais e geográficos e nos processos histórico-estruturais mais vastos em que eles participaram e de que são também inevitavelmente expressão;
- a importância da acessibilidade da Amadora à cidade de Lisboa e à Região, concretizada desde cedo pela existência da infraestrutura ferroviária e rodoviária, a qual foi sendo sucessivamente incrementada por um conjunto de vias rápidas estruturantes, ao mesmo tempo que se verificava uma evolução significativa da rede de transportes de passageiros, conferindo ao município uma posição privilegiada no sistema de transportes metropolitano;
- os padrões de mobilidade, constatando que a Amadora estabelece a maioria dos movimentos pendulares com o território da Grande Lisboa em que as saídas são o padrão dominante, verificando-se contudo um reforço em termos absolutos e relativos das entradas no concelho, o que traduz um aumento da sua atratividade.
- o enquadramento no perfil económico da AML, por forma a evidenciar as dinâmicas de especialização da Economia da Amadora, analisando a estrutura económica empresarial e as tendências de evolução, relacionando-a com a composição do emprego e das qualificações, bem como as iniciativas municipais orientadas para dinamizar as condições de desenvolvimento económico-empresarial;

— o enquadramento nos Instrumentos de Ordenamento do Território e de Planeamento Regional e Urbano que ao firmarem as grandes orientações de política nacional e regional, bem como objetivos e metas em matéria de ordenamento, ambiente e sustentabilidade, se relacionam com o PDM, aprofundando em particular a relação de orientação estratégica entre o PNPOT, o PROTAML e os objetivos estratégicos a desenvolver pelo Plano Diretor Municipal.

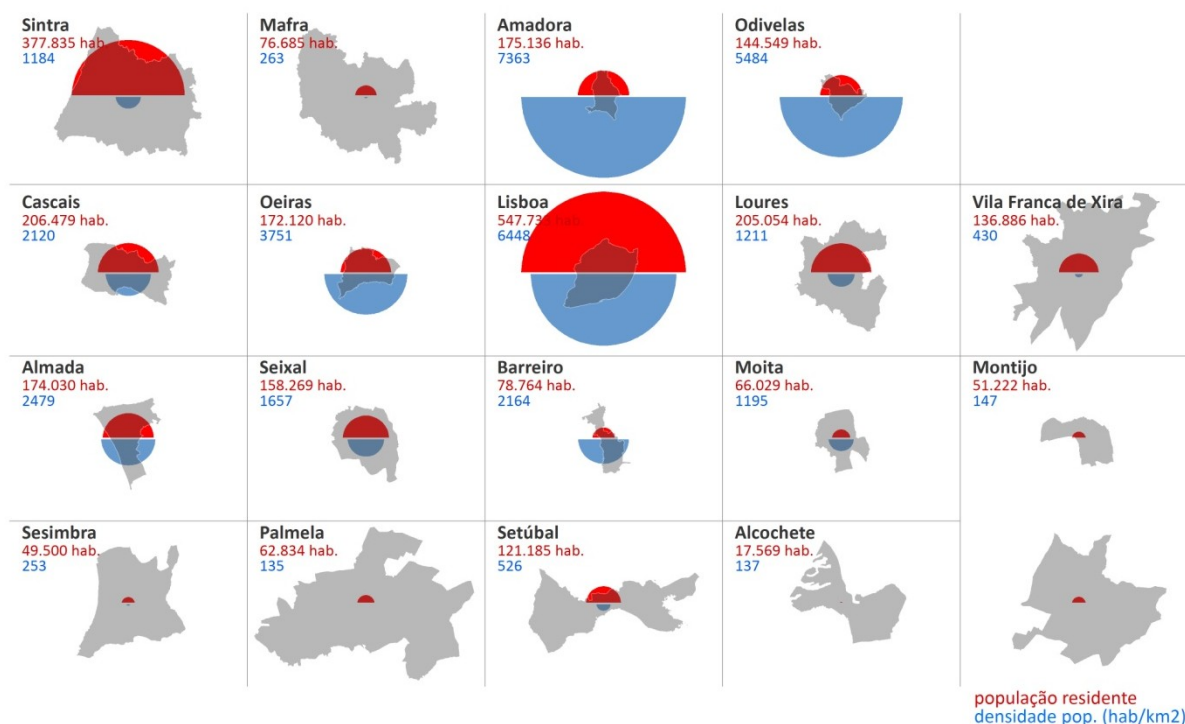
Por último, em resultado do processo de reconfiguração do território metropolitano para uma matriz urbana policêntrica, dedica-se um ponto à posição atual da Amadora no território metropolitano pondo em evidência para além da especificidade da relação funcional, uma especial relação de proximidade física e contiguidade urbana com a cidade de Lisboa que o distingue dos restantes concelhos da envolvente à capital. Esta situação privilegiada abre perspectivas ao desenvolvimento de áreas de concentração de atividades económicas, realçando o papel que a área da Falagueira/Venda Nova poderá ter nos próximos anos e o objetivo estratégico municipal de aí desenvolver uma Nova Centralidade Metropolitana.

2. O TERRITÓRIO DA AMADORA NO PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO DE LISBOA

Reconhecido como concelho apenas em 1979, a partir de uma secessão da freguesia da Amadora do município de Oeiras e da freguesia de Belas do município de Sintra, o concelho da Amadora tem uma área de apenas 24km² e uma população residente de 175.136 habitantes (2011), sendo o mais pequeno concelho e o quinto mais povoado da Área Metropolitana de Lisboa e o que apresenta a maior densidade populacional a nível nacional.

Pela sua proximidade a Lisboa, o seu território esteve sempre intimamente associado aos processos de metropolização e modernização da capital, tendo-se visto também desde cedo progressivamente exposto às dinâmicas estruturais de constituição da Área Metropolitana de Lisboa enquanto sistema de interdependência territorial, que, tal como a generalidade das áreas metropolitanas, não se desenvolveu de forma estrutural ou geograficamente uniforme, mas antes com saltos descontínuos e diversas não-simultaneidades históricas.

Figura 1.
Comparação dos concelhos da AML, 2011



Fonte: INE, Censos

Olhar para estes territórios metropolitanos significa assim estar perante um resultado historicamente transitório e geograficamente segmentado de sedimentação e justaposição de intervenções humanas a várias escalas, muitas vezes em termos cronológicos extremamente distantes, sobre uma realidade natural pré-existente, e que uma leitura meramente descritiva ou a-histórica não permite compreender senão de forma parcial.

O presente capítulo procura analisar e compreender a transformação do território de Amadora no quadro do processo histórico de constituição da Área Metropolitana de Lisboa, referindo-se retrospectivamente a aspetos considerados fundamentais para e nessa transformação, procurando enquadrá-los em horizontes temporais e geográficos adequados e nos processos histórico-estruturais mais vastos em que eles participaram e de que são também necessariamente expressão.

2.1.

Aspetos e antecedentes históricos fundamentais

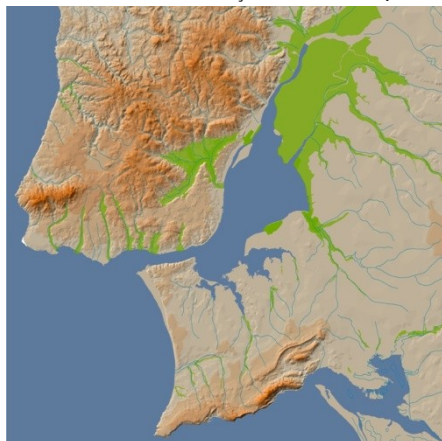
Como é sabido, a transformação dos territórios urbanos e metropolitanos é sempre um processo histórico e geográfico complexo, desenvolvendo-se com diversos desajustamentos e descontinuidades, fatores estruturais e também contingentes, através da ininterrupta interação entre constrangimentos naturais e geográficos pré-existentis muitas vezes inultrapassáveis (orografia, fertilidade do solo, clima, etc.) e condicionamentos históricos e sociais difíceis de contornar (cadastramento, estrutura social, inovações técnicas, mudanças políticas, etc.), cujo resultado surge em cada momento histórico como um dado e uma “herança” com e sobre a qual se intervém.

No que respeita aos fatores “naturais” foram e são determinantes para a estruturação do território metropolitano (i) a dimensão e forma do Estuário do Tejo, com o seu amplo “Mar da Palha” e os diversos e entrecortados esteiros, (ii) a orografia extremamente diferenciada entre as margens norte e sul e (iii) a existência de diversas áreas de relevante interesse agrícola, que desde cedo condicionaram a ocupação, e cujo melhor exemplo são as zonas de lezíria da margem esquerda do Tejo.

Embora o processo de metropolização de Lisboa se tenha dado fundamentalmente a partir da década de 1960, ele possui 3 antecedentes históricos que determinaram também o seu desenvolvimento:

Figura 2

Fatores “naturais” de estruturação do território metropolitano



Fonte: Elaboração BSA

1. Em primeiro lugar, o uso do **rio Tejo como sistema “natural” de acessibilidades**, que possibilitou a Lisboa um protagonismo precoce no arranque do sistema comercial internacional no século XVI, com o estuário, de certo modo, como um enorme porto natural, e o rio como o mais importante meio de acesso ao interior da Península, fase histórica que estimulou durante séculos o gigantismo e macrocefalia da cidade de Lisboa, e que se deu também à conta da secundarização não só do resto do país mas também da sua própria região, onde os aglomerados urbanos sempre tiveram grande dificuldade em se desenvolver e individualizar.
2. Em segundo lugar, a **tardia industrialização portuguesa**, que foi adiada em nome de uma pretensa vocação agrária nacional e que irá orientar de modo hesitante todo o processo de modernização português. Numa tentativa simultânea de criação de um mercado de consumo interno e articulação com as ligações portuárias ao exterior, desenvolveu-se assim na segunda metade do século XIX o programa relativamente ambicioso da rede nacional de caminho-de-ferro, que na região de Lisboa irá estabelecer a matriz do crescimento urbano até meados do século XX e servir em articulação com a rede de acessibilidades natural do Tejo as principais concentrações industriais da região naquela época.
3. Em terceiro lugar, deve realçar-se a **persistente predominância de Lisboa sobre o sistema urbano regional** desde o século XVI, e que em meados do século XX se reflete em tremendas disparidades demográficas, económicas e infraestruturais que serão a base de partida do processo de metropolização. Se por um lado entre as décadas de 1930 e 1940 a cidade de Lisboa consolidava a sua posição como capital nacional e metrópole de um sistema colonial transcontinental, que o dirigismo político do Estado Novo aproveitou para uma importantíssima fase de modernização urbanística e arquitetónica da cidade, por outro lado, a modernidade desses processos contrastava com o atraso infraestrutural não só do país na generalidade mas da sua própria periferia imediata, vincadamente ainda rural ao nível económico e territorial.

2.2.

Principais dinâmicas do processo de metropolização de Lisboa (1960-2017)

Em meados do século XX, perante o falhanço da pretensa vocação agrária nacional, evidente no baixo nível do desenvolvimento agrícola, na falta de investimentos nas regiões interiores e no desemprego ou subemprego agrícola, milhares de trabalhadores rurais empobrecidos tinham como únicas alternativas viáveis a emigração para o estrangeiro (sobretudo França e Alemanha) ou a migração para os centros urbanos do litoral do país. Este foi um processo profundo, estrutural e tremendamente rápido, motivado por uma assimetria

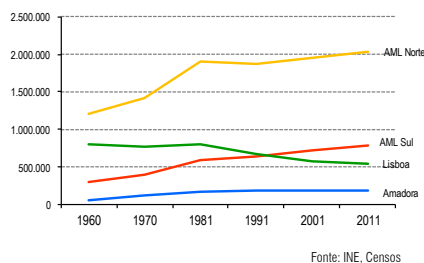
regional histórica crescente entre litoral e interior, e nem a política de subvenções e subsídios agrícolas lançados pelo Estado Novo, ainda antes da guerra colonial, nem a preocupação com o sector industrial e o planeamento regional do IV Plano de Fomento foram a tempo e muito menos capazes de evitar. Com o processo de terciarização da cidade de Lisboa, os investimentos industriais na região e a atratividade “natural” dos novos modos de vida de uma grande metrópole, a região foi assim, na década de 1960, destino de uma das mais intensas migrações de sempre do país, alterando de forma irreversível a estrutura demográfica, social e cultural da região.

De facto é a partir de 1950 que se fortalece a imagem da AML-Norte com a expansão do crescimento urbano nos municípios da primeira coroa envolvente e a consequente diminuição da taxa de crescimento do município da Lisboa. A partir da análise das taxas decenais, verifica-se que é na década de 50 que o futuro concelho da Amadora atinge a sua maior taxa de crescimento, de 150% (B2 - demografia, Figura 1), fenómeno impar, no conjunto dos municípios, que se propaga na década de 60 (134%) marcando nesses vinte anos a principal fase de suburbanização de Lisboa

Quadro 1 Evolução da população residente da AML, por concelho (1960-2011)						
	1960	1970	1981	1991	2001	2011
AML Total	1.505.982	1.821.807	2.482.276	2.520.708	2.661.850	2.821.876
AML Norte	1.214.523	1.420.933	1.897.628	1.880.215	1.947.261	2.042.477
Amadora	49.200	115.000	163.878	181.774	175.872	175.136
Cascais	59.617	92.907	141.498	153.294	170.683	206.479
Lisboa	802.230	769.044	807.937	663.394	564.657	547.733
Loures	102.124	166.167	276.467	322.158	199.059	205.054
Mafra	35.739	34.112	43.899	43.731	54.358	76.685
Odivelas	-	-	-	-	133.847	144.549
Oeiras	47.000	68.286	149.328	151.342	162.128	172.120
Sintra	78.019	121.454	226.428	260.951	363.749	377.835
Vila F. de Xira	40.594	53.963	88.193	103.571	122.908	136.886
AML Sul	291.459	400.874	584.648	640.493	714.589	779.399
Alcochete	9.270	10.408	11.246	10.169	13.010	17.569
Almada	70.968	107.581	147.690	151.783	160.825	174.030
Barreiro	35.088	58.728	88.052	85.768	79.012	78.764
Moita	29.110	38.547	53.240	65.086	67.449	66.029
Montijo	30.217	41.565	36.849	36.038	39.168	51.222
Palmela	23.155	24.866	36.933	43.857	53.353	62.831
Seixal	20.470	36.280	89.169	116.912	150.271	158.269
Sesimbra	16.837	16.656	23.103	27.246	37.567	49.500
Setúbal	56.344	66.243	98.366	103.634	113.934	121.185

Fonte: INE, Censos

Figura 3
Evolução da população residente da AML



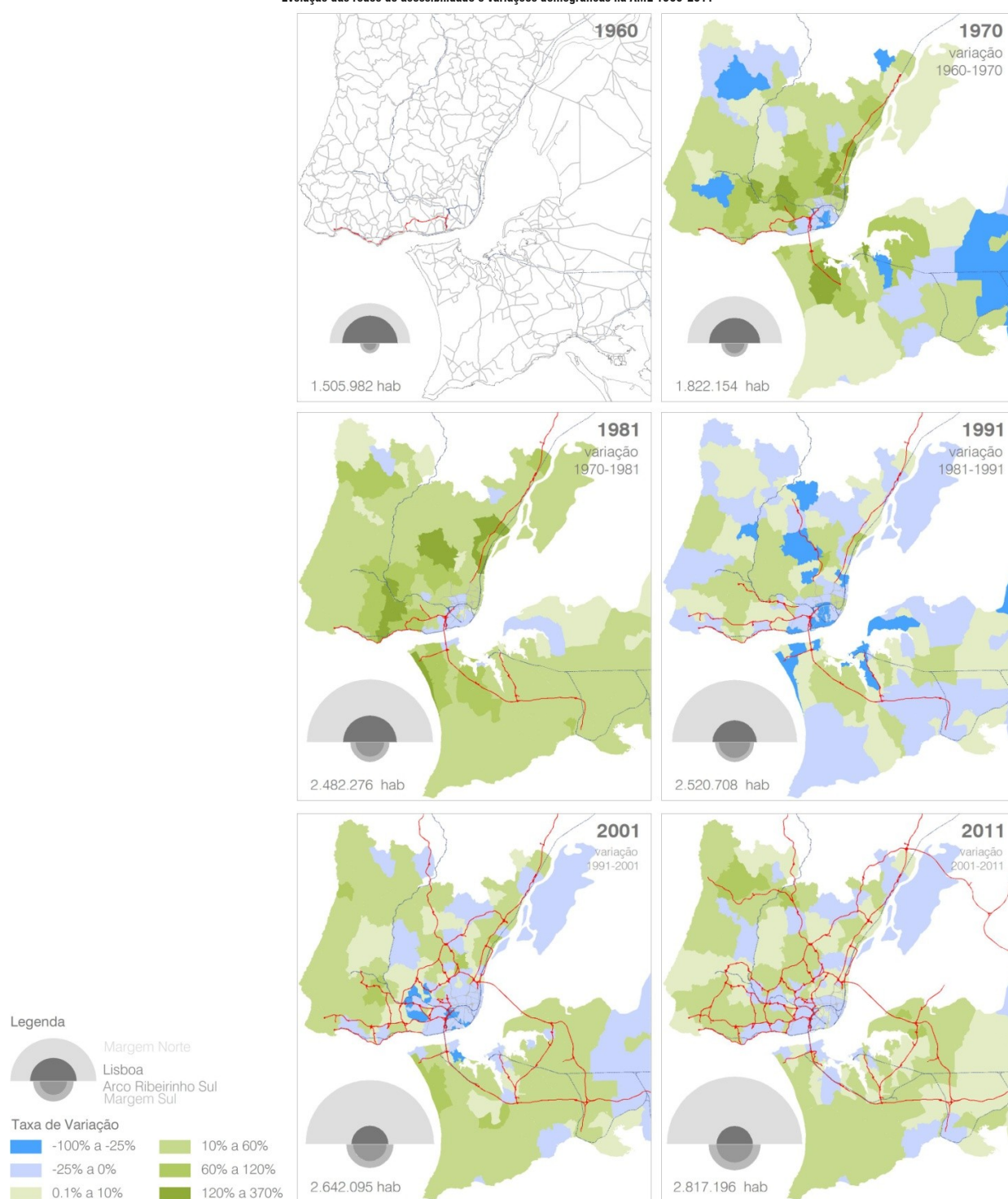
Entretanto, em 1960 a **base infraestrutural de partida do processo de metropolização** de Lisboa era muito precária, com uma rede ferroviária herdada do século XIX e apenas dois troços radiais de vias rápidas servindo a zona turística da costa do Estoril, ao mesmo tempo que o concelho de Lisboa representava mais de metade da população residente na AML (1,5 milhões). Os problemas decorrentes do fenómeno migratório explosivo foram ainda agravados pela incapacidade de resposta ao nível das necessárias e correspondentes políticas de emprego e de habitação da administração pública do Estado Novo. Esta lacuna potenciou durante décadas por todo o território metropolitano a especulação fundiária, a urbanização de génese ilegal, os bairros de “barracas”, e a sobreocupação das habitações existentes, com a prática de subarrendamento.

A região de Lisboa assistiu durante **os anos 1960** a um crescimento demográfico generalizado (cerca de 300.000 habitantes), apoiado sobretudo na rede viária convencional, e mais acentuado em áreas servidas pelas novas vias rápidas (nomeadamente A1, nas áreas a nascente de Lisboa, e A2, com destaque para Corroios) e em torno de algumas estações de caminho-de-ferro. Neste sentido, não é difícil perceber **o crescimento demográfico notável no território da Amadora**, potenciado, na sua contiguidade com Lisboa, por um lado, pelo caminho-de-ferro e, por outro, pelo reperfilamento neste período da EN117.

O fim do regime do Estado Novo em 1974, a par com um conjunto de alterações políticas internacionais, o início do processo de desindustrialização, a forte emigração de população das ex-colónias (com o regresso de 600 mil retornados) e a contínua chegada de migrantes do interior do país, incentivaram ainda mais a urbanização clandestina e o crescimento suburbano da AML na **década de 1970**, que cresceu durante esse período cerca de 650 mil habitantes, sobretudo em áreas escassamente infraestruturadas e apoiadas numa rede viária incipiente e de modo nenhum preparada para o crescimento exponencial do tráfego automóvel, saturação evidente sobretudo nas áreas a norte de Lisboa, nomeadamente **Amadora**, Loures, Odivelas e Oeiras. Estima-se também que as áreas de “clandestinos” totalizavam cerca de 15 mil hectares na AML e aproximadamente 300 mil habitantes, ao mesmo tempo que se fazia notar uma distribuição muito desigual, com a Península de Setúbal a representar 73% das áreas clandestinas e apenas 23% da população residente nessas áreas, o que denota também formas de ocupação extensivas e de baixa densidade na margem sul e compactas e densificadas na margem norte, como foi o caso limite do bairro da Brandoa.

Figura 4

Evolução das redes de acessibilidade e variações demográficas na AML 1960-2011



Fonte: Atlas da Área Metropolitana de Lisboa e elaboração BSA

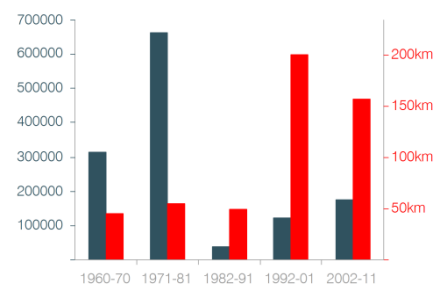
Apesar da desaceleração do crescimento populacional da AML no seu conjunto, a **década de 1980** foi marcada, por um lado, pelo declínio demográfico e urbanístico da cidade de Lisboa, que perdeu 150.000 habitantes entre 1981-91, e, por outro,

pela consolidação da vivência suburbana dos concelhos periféricos, em geral subequipados, insuficientemente infraestruturados e com fraca qualidade de espaço público, que mantinham com a capital uma dependência fortíssima tanto ao nível do emprego como de muitos serviços urbanos fundamentais. A região assumia um acentuado modelo monocêntrico, estruturada por novos eixos radiais rodoviários, assistindo-se a fenómenos de intensa mobilidade pendular, com grandes assimetrias na acessibilidade ao centro, e fenómenos extremos de congestionamento automóvel nos principais acessos a Lisboa, nomeadamente a partir dos concelhos de Oeiras, Amadora, Odivelas e Loures.

A partir da adesão à Comunidade Europeia, Portugal iniciou o que se pode chamar a “modernização atrasada” que caracterizou a **década de 1990**. Esse foi um período marcado pela progressiva internacionalização da economia, por novos processos de terciarização e desindustrialização e por uma fase de intensa modernização infra-estrutural, cujos traços mais visíveis na AML foram, para além das novas infraestruturas de transporte público pesado (ligações ferroviárias para sul, até ao Figueiro dos Vinhos, e os novos terminais fluviais), sobretudo as transformações estruturais ao nível da rede rodoviária. Nessa década concretizaram-se mais de 200km de rede rodoviária fundamental da AML, procurando **compensar o desajustamento histórico entre o crescimento demográfico e as redes de acessibilidade rodoviária** e permitindo o desenho de mudanças profundas na organização territorial. A CREL (1995) e a CRIL (1997) articularam na margem norte as radiais metropolitanas desenvolvidas na década anterior, ao mesmo tempo que a abertura da Ponte Vasco da Gama e do IC32 (1998) possibilitaram o desenho de um anel rodoviário fundamental que uniu margens norte e sul em torno do estuário, integrando concelhos geograficamente relativamente centrais mas até então periféricos às dinâmicas metropolitanas (Alcochete, Montijo, Moita) e reposicionando os concelhos do Arco Ribeirinho Sul, que em conjunto já possuíam em 2011 uma população residente equivalente à da cidade de Lisboa (aproximadamente 550 mil habitantes).

Nesse contexto, a **cidade de Lisboa continuou a perder população residente**, bem como algumas das freguesias dos concelhos da primeira coroa oeste (nomeadamente da Amadora), ao mesmo tempo que o crescimento demográfico mais acentuado se dava em áreas ainda mais periféricas. Verificaram-se também novos fenómenos de **deslocalização ou periferização de atividades económicas**, tanto industriais e logísticas como terciárias, através dos quais alguns sectores metropolitanos e centros urbanos da região ganharam novas dinâmicas (com destaque para o concelho de Oeiras), o que permitiu reduzir ligeiramente carácter monocêntrico da AML.

Figura 5
Variação da População Residente na AML e extensão da rede viária fundamental (1960-2011)



Fonte: Atlas da Área Metropolitana de Lisboa e elaboração BSA

Através das novas acessibilidades rodoviárias criadas nos anos noventa, com base numa nova malha viária mais alargada, hierarquizada e interligada, **no período de 2001 a 2011** a AML exteriorizou a sua influência a uma área de polarização alargada, alcançando o Oeste, o Vale do Tejo e mesmo Évora e o litoral alentejano.

Esta nova situação traduziu-se em **novos fenómenos demográficos de crescimento dos concelhos da segunda coroa da AML** (sobretudo Mafra) ao mesmo tempo que alguns núcleos urbanos centrais, como os centros do Barreiro e Almada, começaram também a expressar tendências de perda de população semelhantes a Lisboa e se sentia o “efeito da Ponte Vasco da Gama” no crescimento demográfico e urbano dos concelhos de Alcochete e Montijo.

Esta exteriorização da influência metropolitana é acompanhada também por **novas dinâmicas de migração interna e de fixação de residentes estrangeiros**. Dos cerca de 2,8 milhões de habitantes da AML em 2011 (INE, 2011), em relação ao ano de 2005, 259 mil (9%) mudou de residência mantendo-se na freguesia, 184 mil (6,5%) mudou de freguesia mantendo-se no concelho, 258 mil (9%) mudou de concelho (não necessariamente no interior da AML) e cerca de 78 mil mudou-se de um país estrangeiro para a AML. Estes números totalizam cerca de 780 mil indivíduos, o que significa que em **2011, 28%, ou seja, mais de um quarto da população da AML, tinha mudado de local de residência nos últimos 6 anos**.

Quadro 2 População residente na AML em 2011 que mudou de residência em relação a 2005		
População que mudou de residência em relação a 2005	Nº Residentes	% da AML
Total AML	2.821.876	
Na mesma freguesia	259.482	9,2
Noutra freguesia mesmo concelho	184.396	6,5
Noutro concelho	258.530	9,1
No estrangeiro	77.803	2,8
Total de residentes que mudou de residência	780.211	27,6

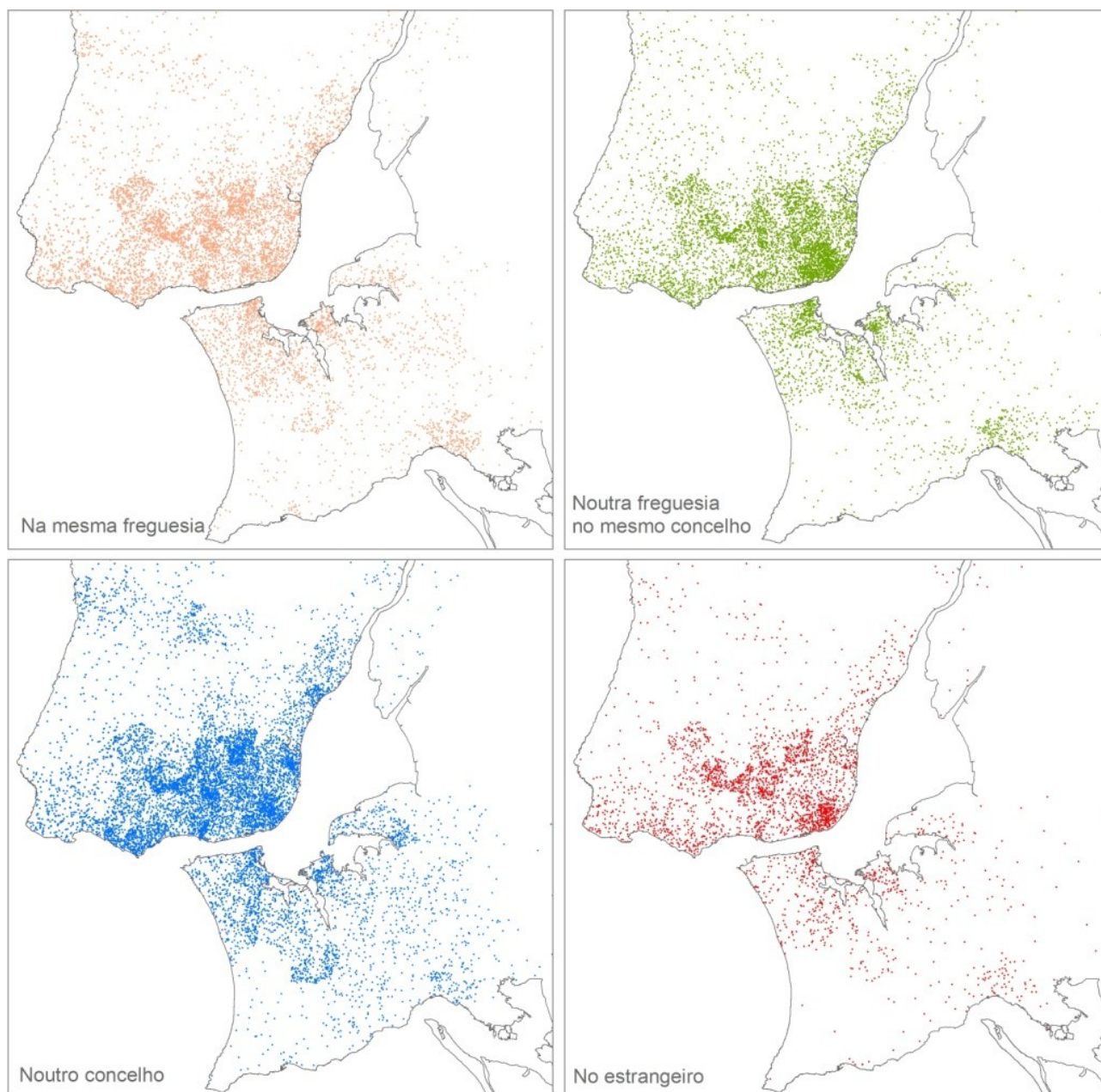
Fonte: INE, Censos

Estes dados mostram que, para além do crescimento verificado entre 2001 e 2011, que representava 6% dos residentes no final da década, mais de 1/4 da população terá mudado de local de residência nesse período, o que reflete uma importante dinâmica de ajustamento das pessoas e das famílias ao sistema urbano e a diferentes condições de vida, seja a do seu ciclo familiar, da capacidade económica individual ou do agregado familiar e da evolução profissional, seja a expectativa de acesso a novos modos de vida e de melhoria

da qualidade de vida. Esta dinâmica, a que as políticas urbanas nacionais e municipais devem dar uma especial atenção, é a causa principal dos ganhos e perdas de população que se vão verificando no interior da Área Metropolitana.

Figura 6

Distribuição da população residente em 2011 que mudou de residência relativamente a 2005



(Unidade: Cada ponto corresponde a 25 residentes)

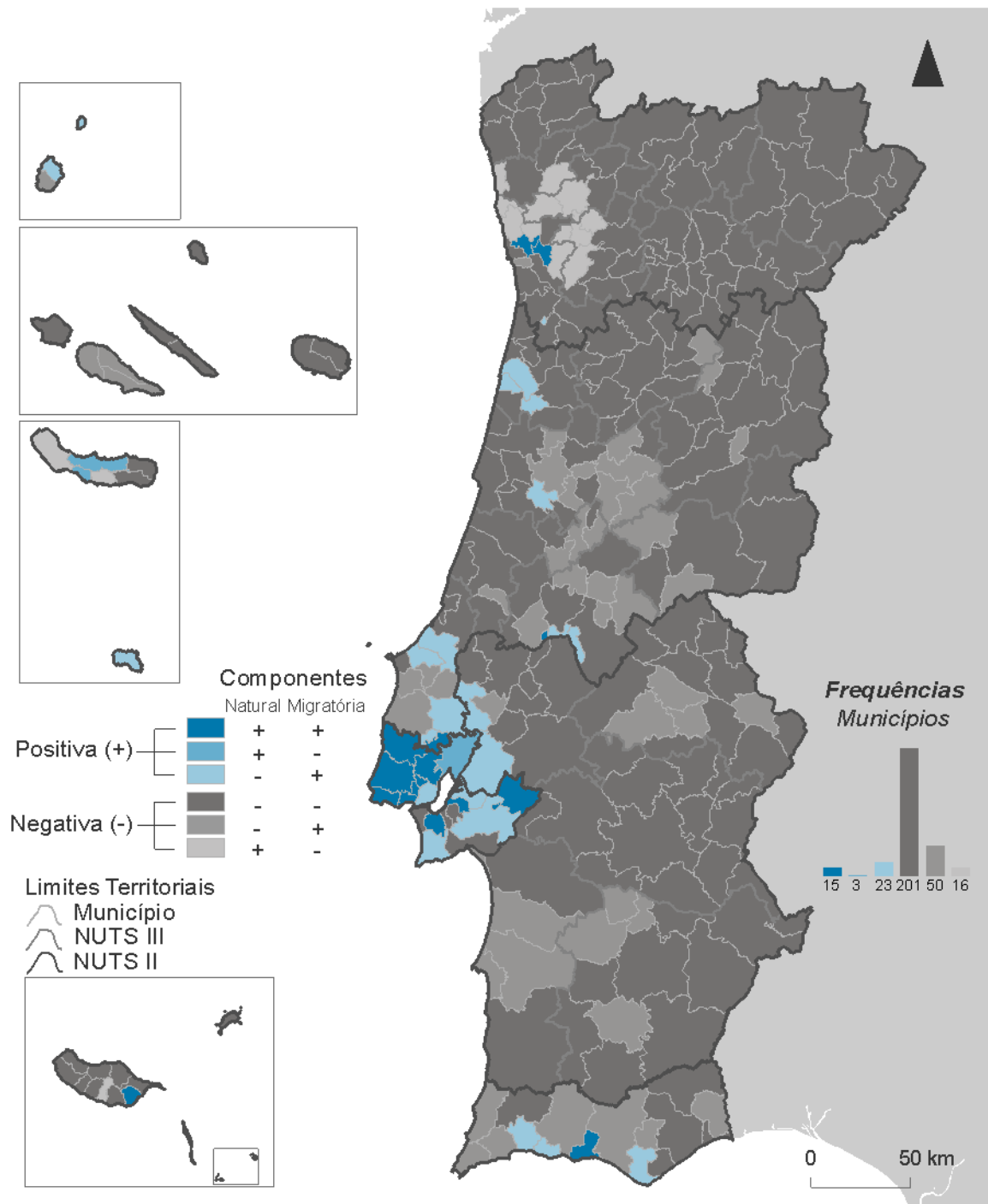
Fonte: INE e elaboração BSA

Através destes vários processos, nos últimos anos a região metropolitana de Lisboa ganhou não só dimensão territorial e demográfica mas também diversidade e complexidade, assistindo-se à reconfiguração da estrutura monocêntrica

polarizada na cidade de Lisboa numa estrutura tendencialmente mais policêntrica, territorialmente distendida e ligada por um sistema viário que vai progressivamente perdendo o tradicional sistema de radiais a favor de uma organização em rede.

Figura 7

Decomposição da taxa de crescimento efetivo da população residente, por município, 2015/2016



Fonte: INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente.

2.3.

Dinâmicas de ocupação urbana da AML-Norte e o território da Amadora

Importa agora perceber um pouco melhor as dinâmicas de ocupação urbana do processo de metropolização especificamente na margem norte do Tejo, procurando dar também conta do papel do território da Amadora nesses desenvolvimentos.

Até meados do século XIX a ocupação do território da atual AML-Norte estava intimamente associada às estradas reais e aos caminhos rurais e, posteriormente, já no final do século, à instalação do caminho-de-ferro, o que permitiu ultrapassar com maior facilidade os constrangimentos orográficos e assegurar ligações entre a cidade de Lisboa e o seu hinterland, tirando partido de condições mais favoráveis no litoral e em alguns vales e depressões.

Na primeira metade do século XX por toda a região é ainda em larga medida a fisionomia e as condições naturais dos terrenos que determinam e condicionam o desenvolvimento das redes de acessibilidades e transportes e favorecem o crescimento urbano ao longo dos principais eixos de comunicação e junto das principais estações de caminho-de-ferro.

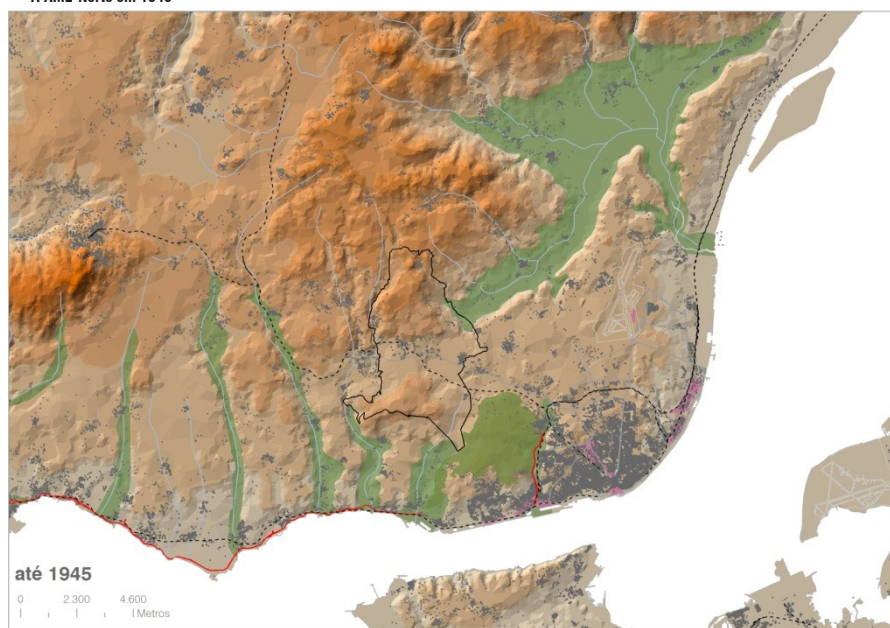
A proximidade do território da Amadora à capital desde cedo fez parte destes processos. Durante séculos este território, tal como outros da envolvente de Lisboa, funcionou sobretudo como área agrícola abastecedora do mercado consumidor da capital. Essa relação de interdependência com o espaço rural, vital para a cidade, foi reforçada com a construção, no século XVIII, do Aqueduto Geral das Águas Livres de que continua a ser visível, na Amadora, uma parte significativa das suas estruturas.

Por outro lado, o território da Amadora há muito que era atravessado por diversos caminhos e estradas reais que ligavam entre si importantes locais de presença da corte, nomeadamente entre o Palácio da Ajuda e o Palácio de Queluz (que está na origem da atual EN117) e entre Lisboa e Sintra/Mafra, que mais tarde ficou conhecida como “Estrada de Sintra” (passando na atual Rua Elias Garcia) e que foi durante muito tempo a principal via de comunicação entre Lisboa e a região oeste.

Com a abertura do caminho-de-ferro até Sintra em 1887, à vocação agrícola do território da Amadora juntou-se a de destino de vilegiatura da burguesia lisboeta, ligação que deu origem a quintas e “chalés”, que foram depois absorvidos nas áreas habitacionais e industriais, mas de que ainda permanecem alguns sinais na cidade.

Figura 8

A AML-Norte em 1945



Em 1945, nas vésperas do processo de metropolização, a ocupação urbana da cidade de Lisboa mantinha-se predominantemente contida na linha-de-cintura, apenas com prolongamentos para oeste até Algés e para nordeste até Sacavém, embora neste caso com um carácter mais industrial e logístico.

Contudo, a linha do caminho-de-ferro do Estoril e a Avenida Marginal (1940) haviam estimulado o crescimento de diversos aglomerados, com evidente vocação de vilegiatura e residencial (Estoril, Cascais, etc.), enquanto a linha de Sintra havia potenciado o crescimento da vila histórica até esta ganhar alguma individualidade e dimensão relevante no contexto regional.

Começava, também assim, a instalar-se um padrão de ocupação diferenciado, tanto funcional como socialmente, que ficou indelevelmente marcado na matriz do território metropolitano que se desenvolveu nas décadas seguintes.

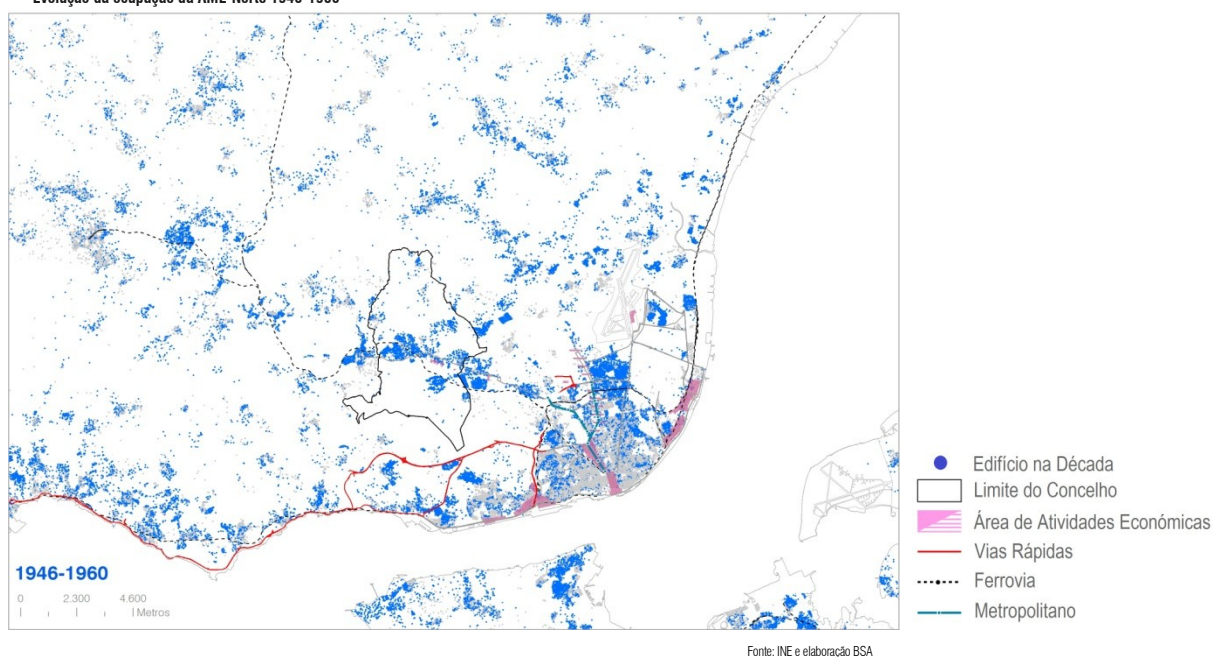
A cidade de Lisboa dominava de modo evidente o sistema urbano regional e as perspetivas da sua expansão eram já claramente condicionadas por diversos fatores físicos, nomeadamente:

- O Rio e o Estuário do Tejo;
- O relevo acidentado da envolvente norte à Capital;
- A existência de diversos vales de relativa profundidade, tanto a oeste como a norte, com destaque para a costeira de Loures, bem como de áreas com vocação agrícola (vale de Loures);
- A construção do aeroporto de Lisboa;
- A implantação da área florestal do Monsanto.

Em conjunto, estes condicionamentos acabaram em larga medida também por determinar a contiguidade da expansão da cidade de Lisboa para noroeste, através da antiga “Estrada de Sintra”, em direção ao território da Amadora.

Figura 9

Evolução da ocupação da AML-Norte 1946-1960



A partir da **década de 1950** assistiu-se a um forte crescimento demográfico e urbanístico por toda a margem norte, sendo mais evidentes:

- A consolidação da grande expansão de Lisboa nos setores servidos pelas avenidas da República, de Roma e Gago Coutinho;
- O crescimento urbano de diversos aglomerados em torno das estações da linha do caminho-de-ferro de Cascais, dinâmica também acentuada pela consolidação do efeito da Marginal e enquadrados pelos planos de Alfred Agache para a “Costa do Sol”;
- A constituição, no território da Amadora, de um eixo urbano estruturado pela rua Elias Garcia e dinamizado pelas estações do caminho-de-ferro prolongou, neste sentido, a forte dinâmica de crescimento que se verificava já ao longo da Estrada de Benfica. No decorrer desse processo, surge também a área da Venda Nova como importante destino de localização de várias indústrias, buscando boas acessibilidades e baixo custo do solo.

Entretanto, na Amadora duas grandes áreas começaram desde esse período e de forma muito visível a funcionar como uma espécie de zonas-tampão à expansão urbana da Amadora: a Academia Militar e a Estação Nacional de Seleção e Reprodução Animal (Figura 10), limitando às áreas na sua envolvente a configuração do crescimento da Amadora, nessa época orientado pelos planos de urbanização de Faria da Costa e João Aguiar.

Figura 10

Evolução da ocupação da Amadora 1946-1960

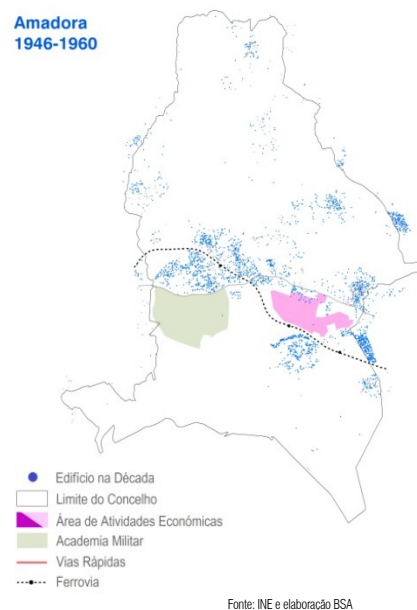
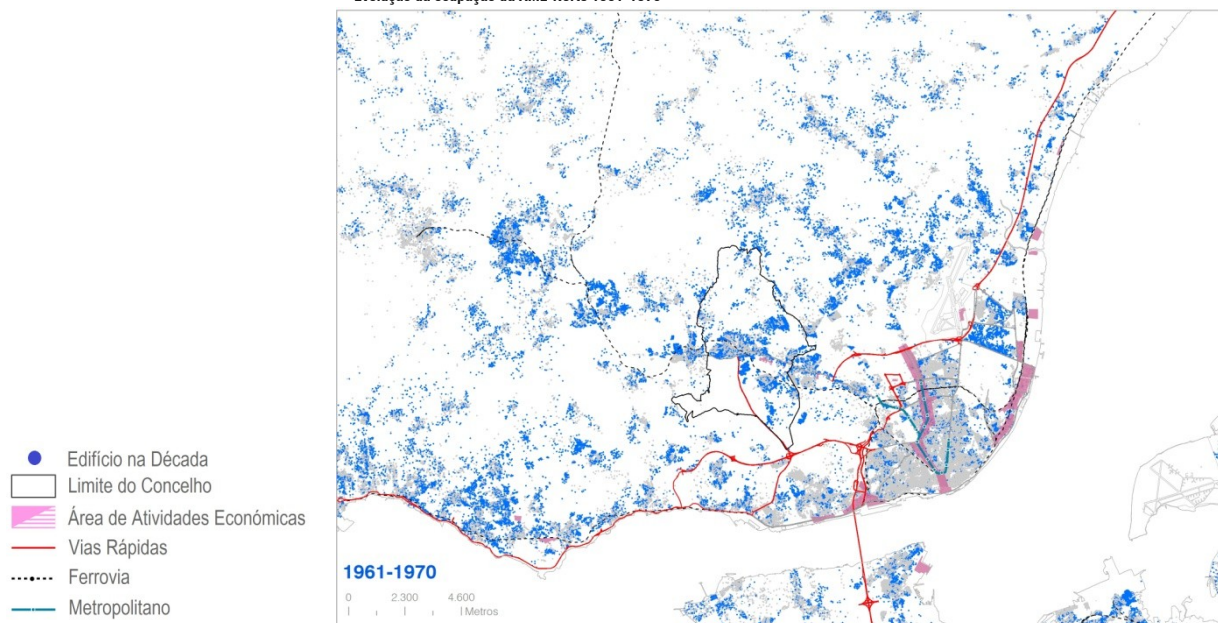


Figura 11

Evolução da ocupação da AML-Norte 1961-1970



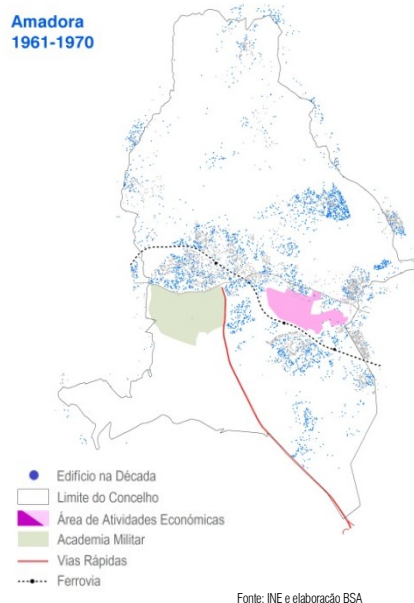
Fonte: INE e elaboração BSA

A **década de 1960** é marcada pelo crescimento demográfico explosivo apresentado acima, com impactos na estrutura urbana de toda a AML. O recenseamento de 60 vem confirmar a implantação crescente dos centros/municípios periféricos (em particular os da margem norte) ao município de Lisboa. Assiste-se de um modo pulverizado ao alargamento dos núcleos rurais e pequenos aglomerados já existentes na periferia e ao progressivo preenchimento dos espaços intersticiais, seja sob a forma de grandes promoções imobiliárias, seja através da urbanização informal dos chamados “bairros clandestinos”, em ambos os casos com enormes carências de equipamentos sociais, estimulados por vezes por novas infraestruturas rodoviárias (caso da EN117) mas quase sempre com escassa articulação com os transportes públicos “pesados”. No território da Amadora, a Reboleira e Alfragide, por um lado, e os “bairros clandestinos” da Brandoa, Moinhos da Funcheira e Casal da Mira, por outro, são casos exemplares das duas tendências referidas.

Neste período, o centro da Amadora apresentou um crescimento urbano notável, fundamentalmente associado ao caminho-de-ferro, ao mesmo tempo que avançava o processo de terciarização da cidade de Lisboa, nas Avenidas Novas, e expandiam zonas industriais na periferia (eixo de Vila Franca de Xira, Venda Nova, Queluz de Baixo e Outorela-Portela),

Figura 12

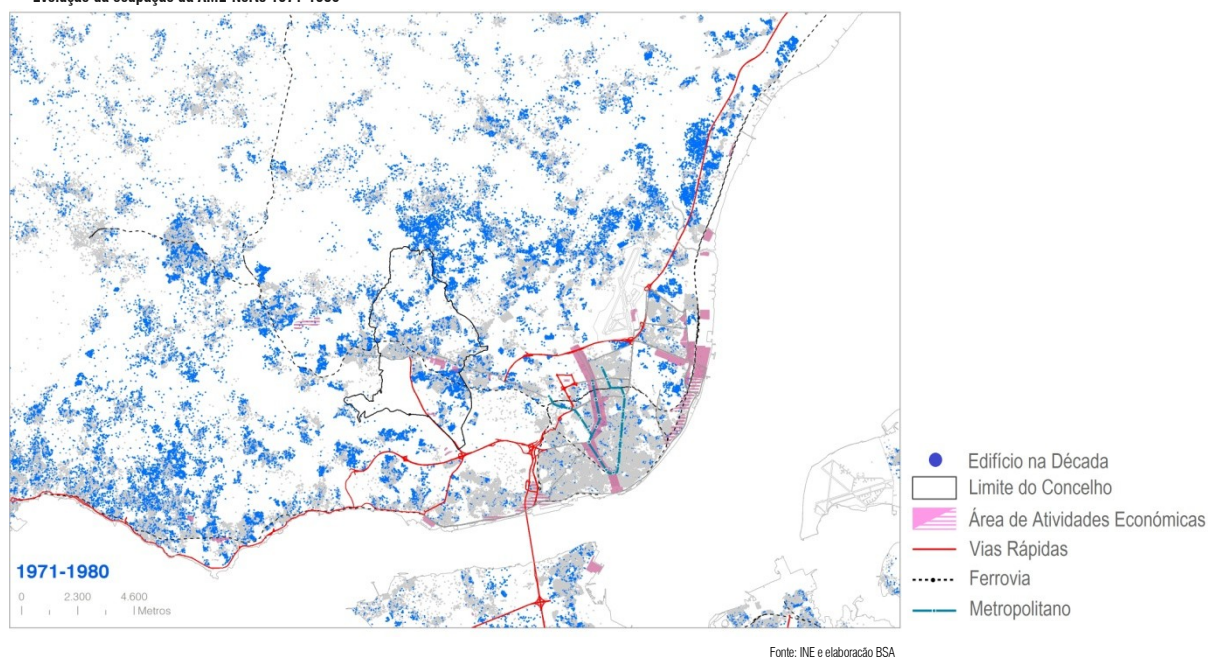
Evolução da ocupação da Amadora 1961-1970



Fonte: INE e elaboração BSA

Figura 13

Evolução da ocupação da AML-Norte 1971-1980



Na **década de 1970** acentuaram-se muitas das tendências de crescimento demográfico (+ 600 mil habitantes) e urbano do período anterior, ao mesmo tempo que o investimento em novas infraestruturas rodoviárias na AML-Norte era praticamente nulo e os principais eixos de transporte existentes, cada vez mais sobrecarregados, mantinham-se como suporte do processo de metropolização.

Por toda a periferia norte, a urbanização informal consolidava-se e ganhava novas frentes e dimensões, sobretudo através de ocupações de baixa densidade em áreas com enormes carências de equipamentos sociais e infraestruturas de saneamento e acessibilidade.

Entretanto, na fronteira dos concelhos de Amadora e Lisboa, instalaram-se e densificaram-se diversos “bairros de barracas” sobretudo em torno da Estrada Militar, destinados fundamentalmente à fixação de população das ex-colónias africanas (Estrada Militar da Mina, Alto da Damaia, 6 de Maio, Estrela de África, Cova da Moura, etc.).

Prosseguia o processo de terciarização de Lisboa, ao mesmo tempo que na periferia se consolidavam os loteamentos industriais existentes e começavam a surgir novas áreas de grande dimensão (Venda Nova, EN117, etc.). Disseminavam-se também por todo o território pequenas unidades industriais e de armazenamento, muitas das vezes em contexto de urbanização informal.

Figura 14

Evolução da ocupação da Amadora 1971-1980

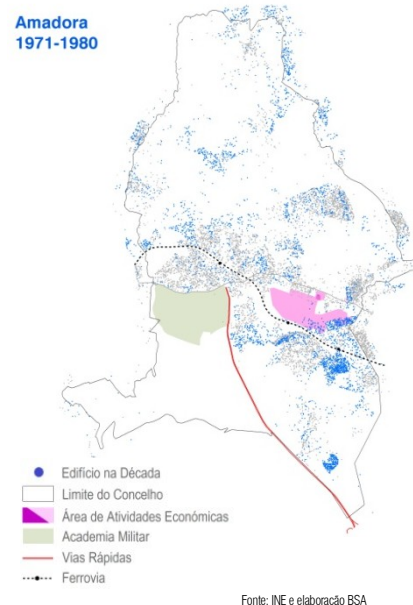
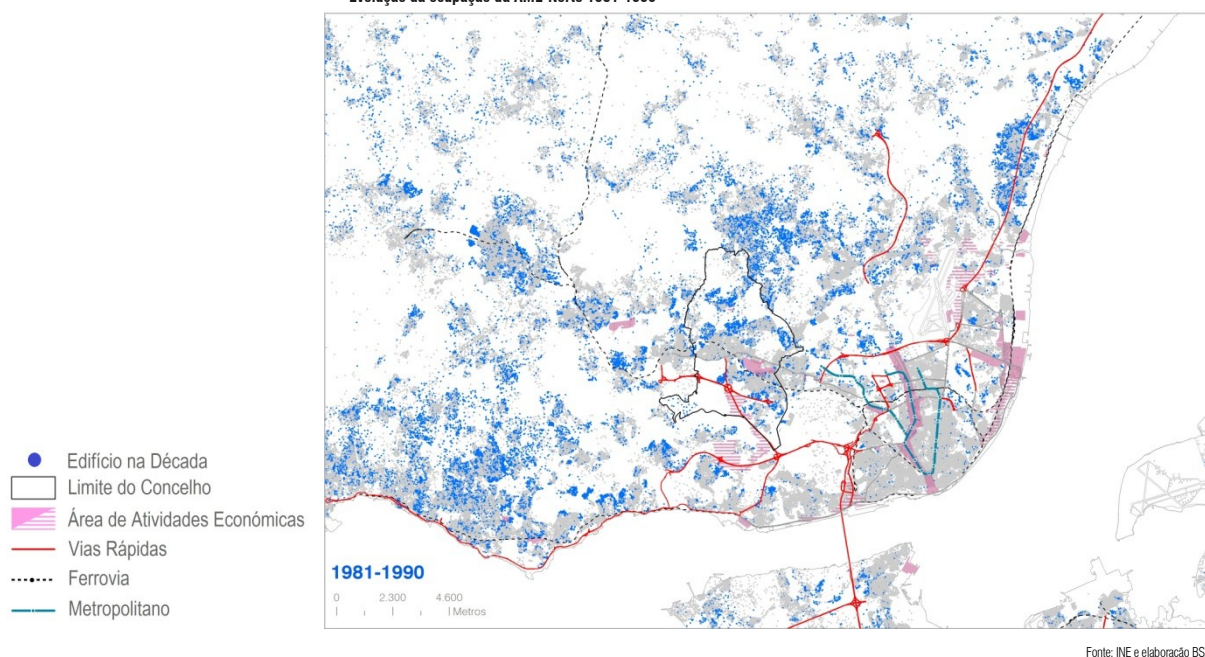


Figura 15
Evolução da ocupação da AML-Norte 1981-1990



Na **década de 1980**, com a consolidação dos processos da década anterior, a saturação e disfuncionalidades da estrutura monocêntrica da AML-Norte era evidente. A cidade de Lisboa entrava no seu processo de declínio demográfico e urbanístico ao mesmo tempo que continuava a ser o pólo principal de emprego e serviços de uma enorme população suburbana, cada vez mais dependente do uso do automóvel.

Já com estatuto de concelho, a **Amadora** consolidou praticamente todas as tendências dos períodos anteriores ao mesmo tempo que surgiram novos fenómenos de suburbanização, associados também ao peso crescente da motorização da população metropolitana e das novas condições de acessibilidade (IC19). Assim, as novas expansões residenciais dissociavam-se cada vez mais do transporte público pesado e assumiam claramente a sua dependência do uso do automóvel. São disso exemplo, para além da zona de Alfragide, as frentes urbanas no norte e nascente do concelho, tanto de novos "clandestinos" (Moinhos da Funcheira e Casal da Mira) como de urbanizações formais (São Brás e Alfovelos) e a urbanização do Borel junto ao nó do IC19/EN117.

Entretanto, no final da década de 1980 começaram a reforçar-se as tendências de instalação de novas atividades económicas em torno do eixo da EN117, tanto no concelho da Amadora como no de Oeiras, numa primeira fase constituída fundamentalmente por grandes superfícies comerciais, que aí se localizavam em função da acessibilidade a disponibilidade de solo (Continente, Jumbo e Makro).

Figura 16
Evolução da ocupação da Amadora 1981-1990

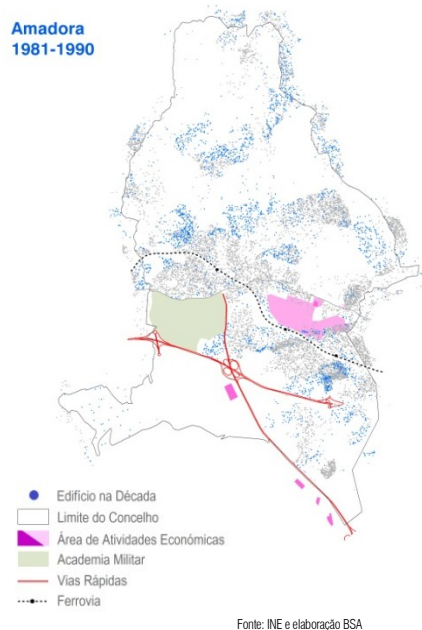
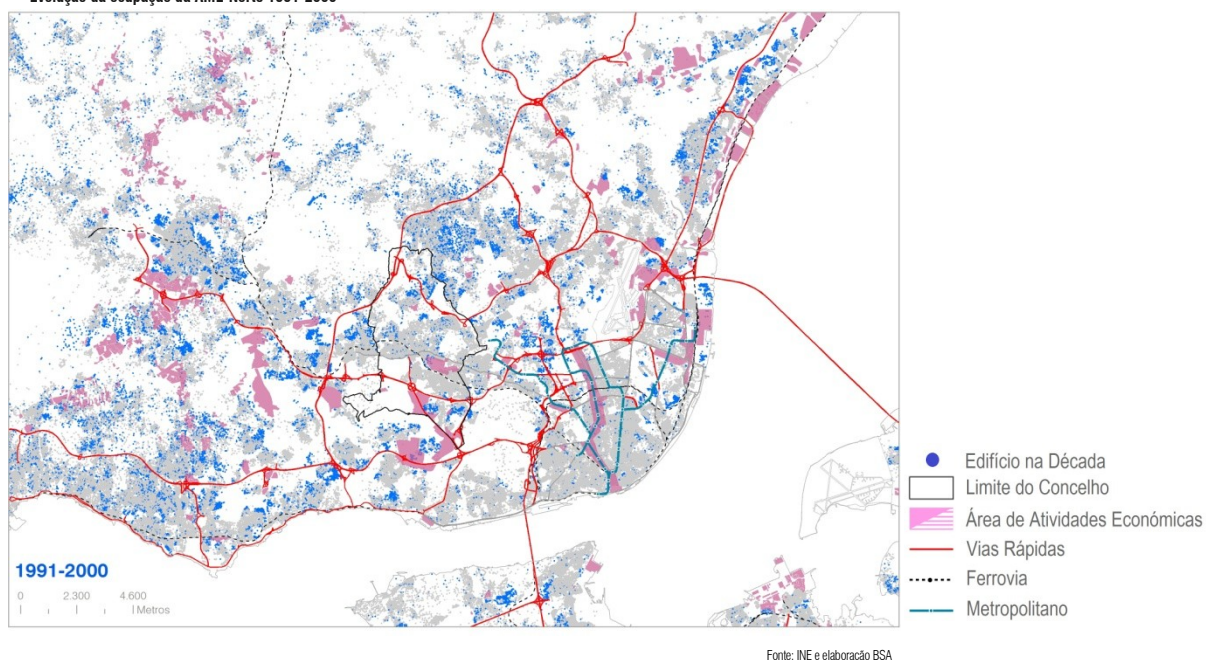


Figura 17

Evolução da ocupação da AML-Norte 1991-2000



A **década de 1990**, por sua vez, é marcada por uma desaceleração do crescimento demográfico e urbanístico e pelas profundas transformações ao nível da rede viária principal metropolitana, ao mesmo tempo que se acentuaram as tendências de desindustrialização por toda a AML, refletindo também mudanças paradigmáticas no processo produtivo a nível mundial. Assistiu-se, assim, a novos fenómenos de deslocalização e periferização das mais diversas atividades económicas, com destaque para o terciário superior, até então praticamente concentrado no centro de Lisboa, e ao aparecimento correspondente de novos parques tecnológicos e de empresas, nomeadamente no sector poente e associado ao eixo da A5, entretanto prolongada até Cascais.

Neste período, na **Amadora** surgiram também áreas de atividades de um novo perfil tecnológico em torno do eixo da EN117, enquanto na área industrial da Venda Nova começaram a notar-se alterações ao nível das tipologias empresariais presentes, perdendo significativamente o seu carácter industrial pesado.

Este período é também marcado pelo início de um enorme investimento público de infraestruturação, estruturação e requalificação das áreas de expansão residencial das décadas anteriores e pela criação do Programa Especial de Realojamento, que permitiu erradicar diversos bairros de barracas da AML.

Figura 18

Evolução da ocupação da Amadora 1991-2000

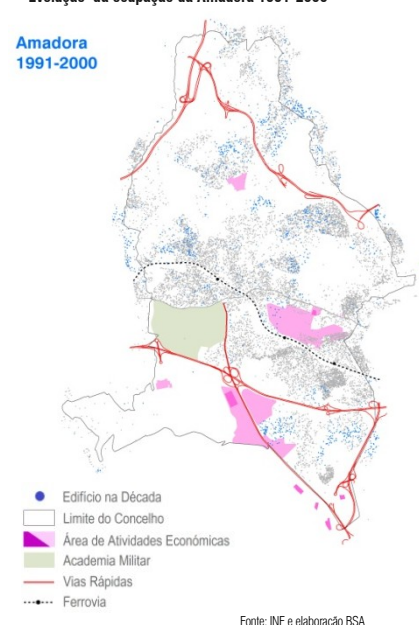
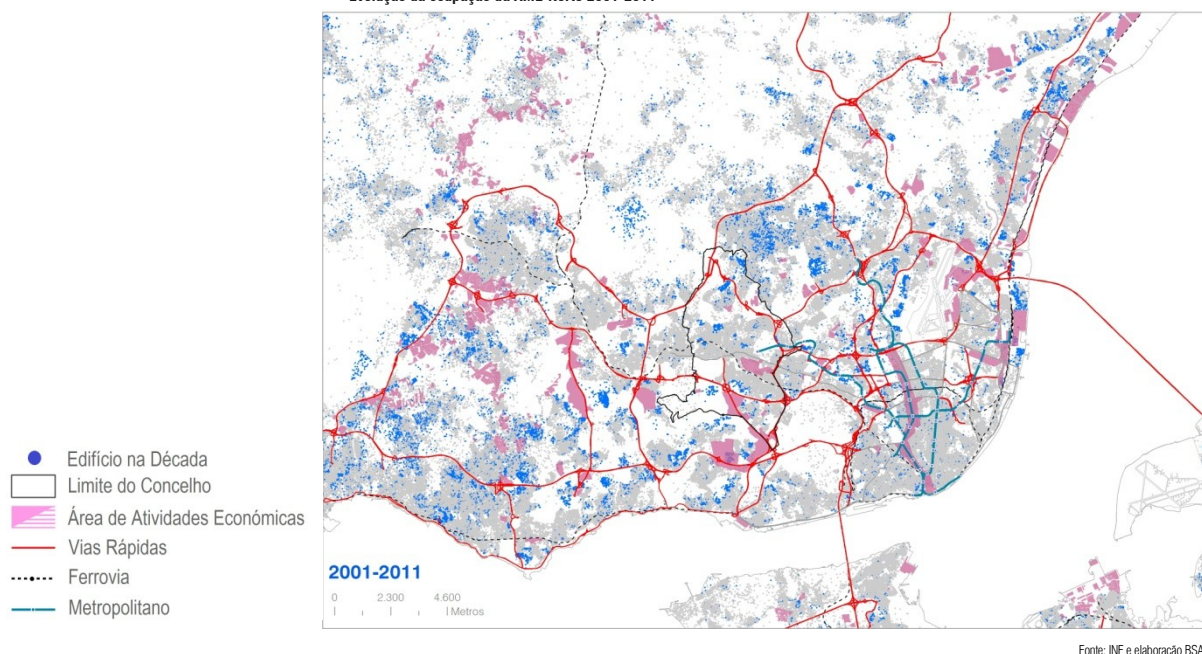


Figura 19
Evolução da ocupação da AML-Norte 2001-2011



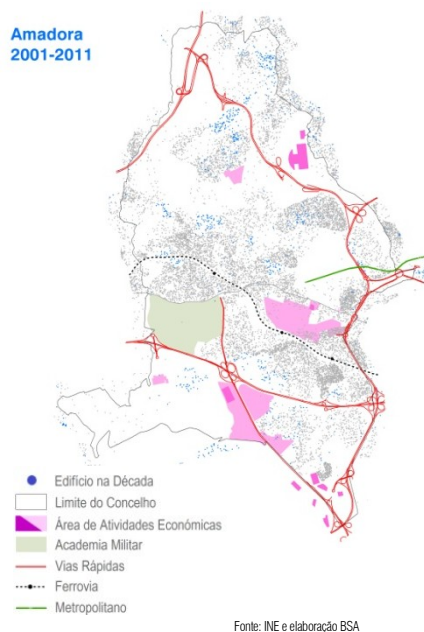
Entretanto, **neste início do século XXI**, assistiu-se na AML de certo modo aos efeitos das novas acessibilidades rodoviárias construídas no período anterior e à progressiva estabilização da matriz de estruturação do território metropolitano.

O terciário superior com mais fortes relações internacionais, em particular com o espaço europeu, concentrou-se na zona central da AML e foi-se deslocando do centro da cidade para o eixo da A5 (Oeiras – Cascais) e para o pólo do Parque das Nações, acentuando uma tendência de polinucleação em função de novas condições de acessibilidade metropolitana e de qualificação de espaços urbanos.

A área servida pela A5 e IC19 constituiu-se como um dos sectores mais dinâmicos de atividades industriais, comerciais e logísticas da AML, marcado por um padrão de ocupação do solo fragmentado e desarticulado e por uma rede viária fortemente congestionada.

No concelho da **Amadora** assistiu-se à consolidação das zonas de atividades económicas em torno da **EN117** e ao surgimento de grandes superfícies comerciais junto ao nó do IC16 (Dolce Vita), bem como o desenvolvimento de novas urbanizações na zona norte do concelho (Moinho do Guizo, Alto da Mira, A-da-Beja, etc.), uma dinâmica construtiva que, a partir de 2008, foi suspensa no contexto da crise económico-financeira mundial.

Figura 20
Evolução da ocupação da Amadora 2001-2011



Na área industrial da Venda Nova acentuaram-se as tendências já anteriormente verificadas: por um lado, instalou-se um processo de deslocalização ou encerramento de empresas, tendo como resultado a existência de cerca de 1/3 das edificações devolutas, cuja tendência tem sido para a sua progressiva degradação, existindo já algumas situações de ruína; por outro lado, verifica-se um processo de substituição de empresas, que dá lugar a unidades de menor dimensão e a atividades mais diversificadas, e à consolidação, por vezes com expansão de instalações, de algumas empresas, com destaque para as farmacêuticas.

Simultaneamente, diversos projetos liderados pelo município permitiram a requalificação urbana de diversos bairros do concelho, através de intervenções no espaço público, criação de uma rede de espaços verdes e desenvolvimento e requalificação de uma rede de equipamentos públicos (escolares, sociais, desportivos, etc.), enquanto diversas intervenções municipais ao nível do sistema de acessibilidades locais, sobretudo na zona norte, garantiram a matriz estruturante da organização geral do concelho para o crescimento urbano das próximas décadas.

Em termos de transportes, a evolução do sistema ferroviário com a criação de duas novas estações, uma na Damaia (substituindo as estações da Damaia e Santa Cruz de Benfica) e outra na Reboleira e a expansão do Metropolitano de Lisboa até à Amadora, com a criação de três novas estações, em Alfofornos, Falagueira, e Reboleira, melhoram as condições de acessibilidade em transporte público entre a Amadora e Lisboa e possibilitaram a redução da dependência do automóvel de importantes sectores urbanos da zona nascente do concelho.

3. ENQUADRAMENTO NAS REDES METROPOLITANAS DE ACESSIBILIDADE E TRANSPORTES

3.1.

Importância estratégica da acessibilidade no desenvolvimento do concelho da Amadora

A expansão urbana que se começou a concretizar fora dos limites da cidade de Lisboa, com expressão a partir da década de 1950, e que marcou o processo de metropolização da capital portuguesa, dependeu de dois fatores principais, (i) a acessibilidade a Lisboa, para a qual foram importantes a proximidade geográfica e a existência da infraestrutura ferroviária e fluvial, e, em menor medida, da rodoviária, e (ii) a criação, fora de Lisboa, de áreas de concentração de emprego com predominância da industrial e da armazenagem/logística.

A Amadora beneficiou destes dois fatores. Por um lado, confinava com Lisboa, à qual estava ligada através da estrada de Benfica e da linha do comboio, que ligam a capital a Sintra, e, por outro lado, proporcionou a localização de algumas indústrias dispersas a que se seguiu a instalação e desenvolvimento, nas décadas de 1940 e 1950, da zona industrial da Venda Nova.

No processo de desenvolvimento da Área Metropolitana, a Amadora, tal como os outros concelhos da periferia imediata de Lisboa, teve um papel primordial, nas décadas de 1960 e 1970, no acolhimento de população imigrante, sobretudo de trabalhadores tanto na indústria e na construção, como nos serviços que iam crescendo em Lisboa “centro metropolitano polarizador”.

Por isso, essa fase inicial da conformação metropolitana marcou a matriz social e a dependência crónica da população residente na periferia, de Lisboa, inicialmente apoiada nos transportes proporcionados pela CP e pela empresa de transportes Eduardo Jorge, ao longo do eixo Amadora-Venda Nova-Benfica-Sete Rios, e, mais tarde, no automóvel particular e noutras operadoras de transportes rodoviários.

Foi o reconhecimento deste processo de concentração demográfica, baseada na imigração, e de dependência dos concelhos periféricos do emprego e dos serviços que iam crescendo em Lisboa, que a estrutura da rede de transportes metropolitana foi pensada num modelo radio-concêntrico, o qual, definido nas suas linhas gerais no Plano Diretor da Região de Lisboa de 1967, só se veio a concluir recentemente com a construção da CREL (1998) e conclusão da CRIL (2011). Mesmo assim, estas realizações só abrangeram a componente rodoviária tendo ficado por construir a rede ferroviária também prevista.

Se a rede de transportes regional foi importante para o desenvolvimento da Amadora na fase de crescimento suburbano de Lisboa, compreende-se que é, atualmente, determinante para a afirmação da sua nova identidade urbana num modelo territorial metropolitano que se pretende policêntrico, no qual se reconhece a importância incontornável da cidade de Lisboa, mas cuja concretização dependerá da diversificação funcional, da qualificação urbana, e da capacidade atrativa que permita o desenvolvimento e consolidação dos outros centros funcionando em rede, potenciando, ao mesmo tempo, complementaridades supra municipais e serviços de proximidade e proporcionando, assim, novos equilíbrios territoriais.

É nesta perspetiva que se aborda a questão da acessibilidade do concelho da Amadora no âmbito metropolitano.

3.2.

Rede de infraestruturas de transportes

As acessibilidades externas do concelho da Amadora são proporcionadas, antes de mais, pelas redes fundamentais ferroviária e rodoviária nacional, através das vias que o servem diretamente, a saber:

- Rede ferroviária – Linha de Sintra
- Rede rodoviária – IC16, IC17, IC18, IC19, EN117

No funcionamento desta rede e da sua articulação metropolitana, e com evidentes implicações nas acessibilidades externas do concelho, têm também um papel destacado, a A5, Lisboa-Cascais, com nó no extremo da EN117 em Caselas, e a rede do Metropolitano de Lisboa.

Esta rede de serviço regional/metropolitano, que se pode considerar estabilizada no que respeita à sua componente rodoviária, após a conclusão da CRIL e da ligação da A16, foi melhorada na componente ferroviária com o prolongamento da linha azul do Metropolitano de Lisboa à Reboleira. Ainda, neste sentido, as câmaras municipais de Lisboa, Oeiras e Amadora retomaram conjuntamente o estudo da instalação da linha transversal em corredor dedicado a TP, de Algés a Odivelas, como preconizado no PROT-AML (2002) e identificado no PAMUS (2016).

Como se pode ver nas Figuras 21 e 22, a Amadora posiciona-se na coroa envolvente da cidade de Lisboa sendo atravessada na direção nascente-poente pelo IC19 e pela Linha de caminho-de-ferro de Sintra, e servida, nos seus

limites pelas duas principais circulares rodoviárias regionais, CREL e CRIL, e pelas radiais A5 (Cascais) e A16 (Sintra).

O atravessamento do concelho pela linha de Sintra, com ligação ao metropolitano na Reboleira, garante ligações ao centro de Lisboa pelo eixo Benfica Sete-Rios - Praça de Espanha - Marquês de Pombal - Avenida da Liberdade - Baixa/Chiado, ligando diretamente às travessias fluviais do Tejo nas interfaces do Cais do Sodré e do Terreiro do Paço. Por outro lado, para além da ligação da Linha de Sintra à estação do Rossio, a sua conexão com a Linha de Cintura de Lisboa, em Campolide, permite que o serviço de comboios proporcione fácil e rápido acesso ao arco de Entrecampos-Roma-Chelas-Parque das Nações.

Assim, o concelho da Amadora, localizado no Núcleo Central da AML, é servido, atualmente, por uma rede de vias de transporte que integra os principais tipos e níveis de infraestruturas de transportes terrestres de passageiros que lhe proporcionam uma posição privilegiada no sistema de transportes metropolitano.

3.3.

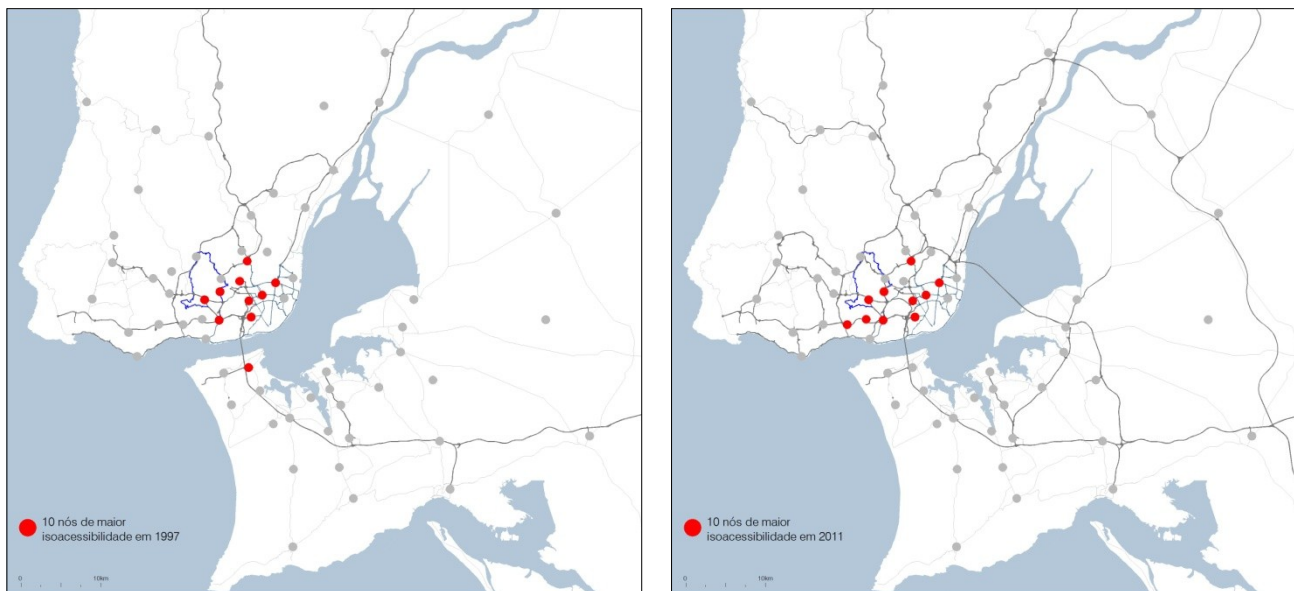
Acessibilidade metropolitana do concelho da Amadora na rede rodoviária

No estudo das condições de acessibilidade da rede rodoviária metropolitana realizado em 2011, no âmbito do Plano de Mobilidade e Transportes Intermunicipal da Área de Influência da Terceira Travessia do Tejo (PMTI), pode verificar-se que no ano de 1997, com uma estrutura metropolitana ainda profundamente radial, três nós da rede rodoviária fundamental que servem diretamente o concelho da Amadora (Caselas, Portas de Benfica e o cruzamento IC19/EN117), surgiam entre os 10 melhores pontos de acessibilidade metropolitana (respetivamente 3^a, 6^a e 7^a posições). Isto significa que os nós que servem o concelho da Amadora se encontram entre os que proporcionam menores tempos de deslocação no conjunto da rede metropolitana, representada por 66 nós.

Na avaliação feita para o ano de 2011, após as importantes transformações na estrutura rodoviária metropolitana, sobretudo com o desenvolvimento do sistema de circulares regionais, na zona de concentração dos nós de maior acessibilidade do conjunto da AML, verifica-se a deslocação dos ganhos de acessibilidade para a envolvente a poente da cidade de Lisboa, confirmando-se a relevância dos 3 nós que servem a Amadora, os quais se mantiveram entre os 10 de maior acessibilidade da AML.

Figura 21

Os 10 nós de maior acessibilidade da AML (1997 e 2011)



Fonte: PMTI, Plano de Mobilidade e Transportes Intermunicipal da Área de Influência da Terceira Travessia do Tejo, Câmaras Municipais de Barreiro, Seixal, Moita, Palmela e Sesimbra. BSA, 2011

A esta relevância do posicionamento metropolitano da Amadora, devemos ainda fazer referência ao nó da Damaia na CRIL, que não contabilizado no cálculo da matriz das acessibilidades realizado para o estudo do PMTI, beneficiou diretamente da construção do troço da CRIL entre Alfovelos e o IC19, o que, previsivelmente, o colocará também entre os de maior acessibilidade na AML.

Isto significa que o concelho da Amadora e, em particular os seus setores nascente e sul, dispõem de elevada acessibilidade potencial e ganharam uma grande centralidade na rede rodoviária que serve a Área Metropolitana de Lisboa, situação que é reconhecida pela concentração de grandes superfícies comerciais e pela localização de empresas que prestam serviços de nível supramunicipal ou que estão ligadas à exportação.

3.4.

Posicionamento do concelho da Amadora nas redes pesadas de transportes públicos

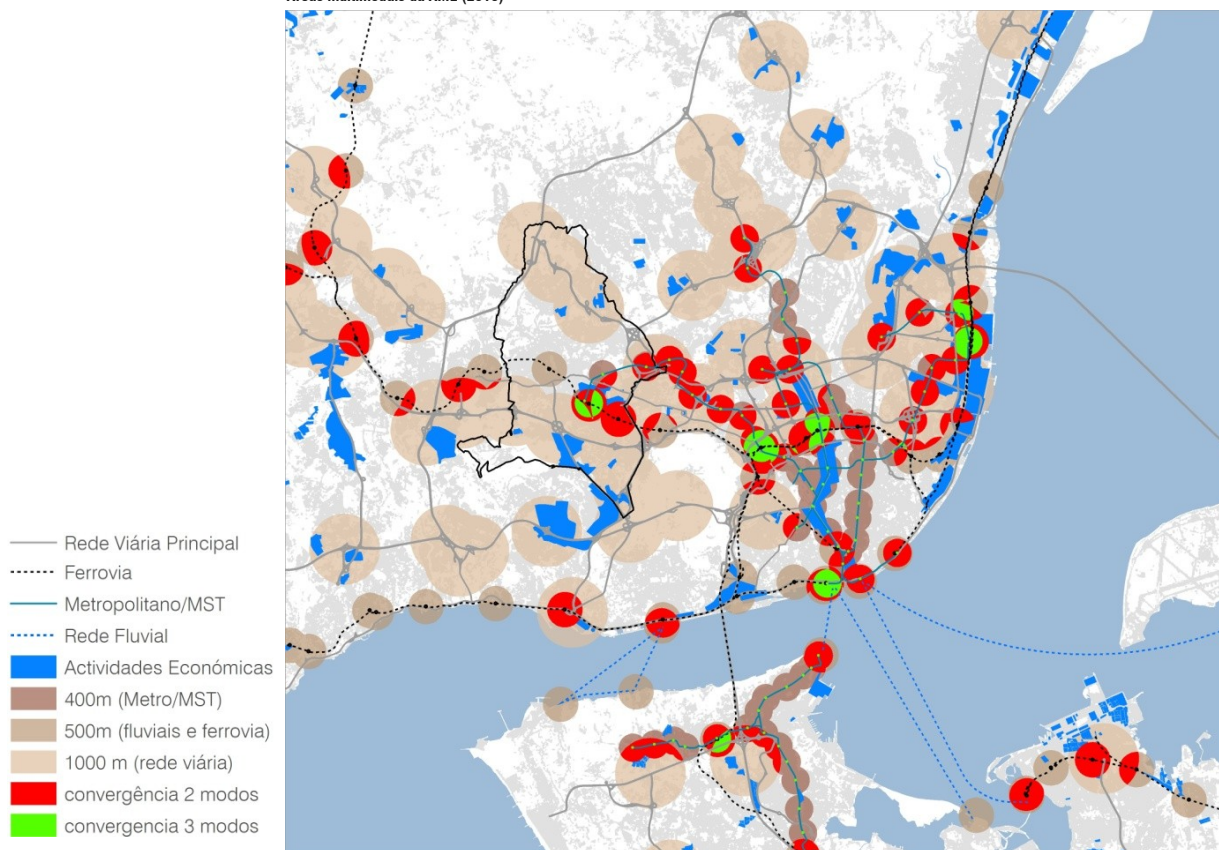
O prolongamento da Linha Azul do Metropolitano de Lisboa até à estação da Reboleira da Linha de Sintra (2016), criou na Amadora a primeira conexão periférica destas duas redes de transporte público pesado, passando a área da Reboleira-Venda Nova-Damaia a ser servida por 3 infraestruturas de transporte

relevantes na acessibilidade metropolitana – CRIL no nó da Damaia, Linha de Sintra e Linha do Metropolitano.

Observando a sobreposição das diversas áreas de influência dos sistemas de transportes fundamentais, é possível verificar que existem diversas áreas onde convergem duas das quatro redes de acessibilidade (IP/IC, caminho-de-ferro, metropolitano, fluvial), com predominância para a articulação caminho-de-ferro/nó rodoviário, nomeadamente na linha de Sintra. Mas a convergência de três destas redes dá-se atualmente em apenas 6 áreas de toda a AML, sendo que todas elas, com maior ou menor intensidade, geram na sua proximidade territorial importantes concentrações de atividades económicas ou de funções e serviços de nível metropolitano, a saber:

- Sete-Rios;
- Entrecampos;
- Parque das Nações;
- Cais do Sodré;
- Pragal.
- Reboleira/Venda Nova

Figura 22
Áreas multimodais da AML (2016)



Fonte: CMA/BSA, Estratégia Municipal para a Falagueira/Venda Nova, 2016

Esta rede de transportes públicos pesados serve a Amadora através das seguintes 5 interfaces

- **Amadora** – Comboio e transporte rodoviário (TP+TI)
- **Reboleira** - Comboio, Metropolitano e transporte rodoviário (TP+TI)
- **Damaia/Santa Cruz** - Comboio e transporte rodoviário (TP+TI)
- **Falagueira (Amadora Este)** - Metropolitano e transporte rodoviário (TP+TI)
- **Alfornelos** - Metropolitano e transporte rodoviário (TP+TI)

A estação do metropolitano da **Pontinha**, no concelho de Lisboa, constitui uma importante interface de transportes de proximidade que serve também o concelho da Amadora.

Atualmente, as redes pesadas de transporte proporcionam boas condições de acesso à cidade de Lisboa, nomeadamente ao seu eixo central e ao arco servido pela Linha de Cintura, onde se concentra a maior parte dos serviços e do emprego, mas também ligação à margem sul (Almada, Barreiro e Seixal) através do transporte fluvial nos terminais do Terreiro do Paço e do Cais do Sodré (Quadros 3 e 4).

Para além da acessibilidade potencial, em tempo, que as infraestruturas proporcionam, há que considerar que as condições de acessibilidade real resultam do serviço prestado pelas operadoras nessas redes, na qual a intermodalidade e os transbordos (interfaces) assumem também uma grande importância.

Neste contexto, pode verificar-se que naqueles percursos, a cidade de Lisboa pode ser servida a partir das estações da Amadora e Reboleira num tempo máximo de cerca de 35 minutos, verificando-se, por exemplo, que as deslocações entre a Amadora e o Aeroporto são mais rápidas realizadas em comboio e metropolitano com transbordo na Estação do Oriente (33 minutos) do que apenas de metropolitano com transbordo em São Sebastião (45 minutos).

Também é de assinalar que nas deslocações para o Rossio o tempo mais curto, a partir da estação da Reboleira, é proporcionado pelo comboio (14 minutos).

Em sentido inverso, no corredor de Amadora-Sintra, o tempo máximo de percurso é de 25 minutos entre a estação da Amadora e a interface da Portela em Sintra.

A evolução da rede ferroviária e o prolongamento da Metropolitano introduziram alterações significativas no sistema de transportes, tanto na reorganização dos percursos como na distribuição e volume de passageiros (B7 – acessibilidades, Quadro 7).

Quadro 3

Tempos de deslocação, na rede de metropolitano, entre a estação da Reboleira e:

Estação	minutos
Pontinha	8
Sete Rios	17
Marquês de Pombal	23
Rossio	33
Baixa/Chiado	28
Santa Apolónia	32
Caís do Sodré	34
Aeroporto	45

Fonte: Metropolitano de Lisboa

Quadro 4

Tempos de deslocação, na rede de comboio, entre a estação da Amadora e:

Estação	minutos
Reboleira	2
Sete Rios	10
Campolide	11
Rossio	16
Entrecampos	13
Av. de Roma/Areeiro	15
Parque das Nações	23
Sintra/Portela	25
Algueirão Mem Martins	18
Queluz	2

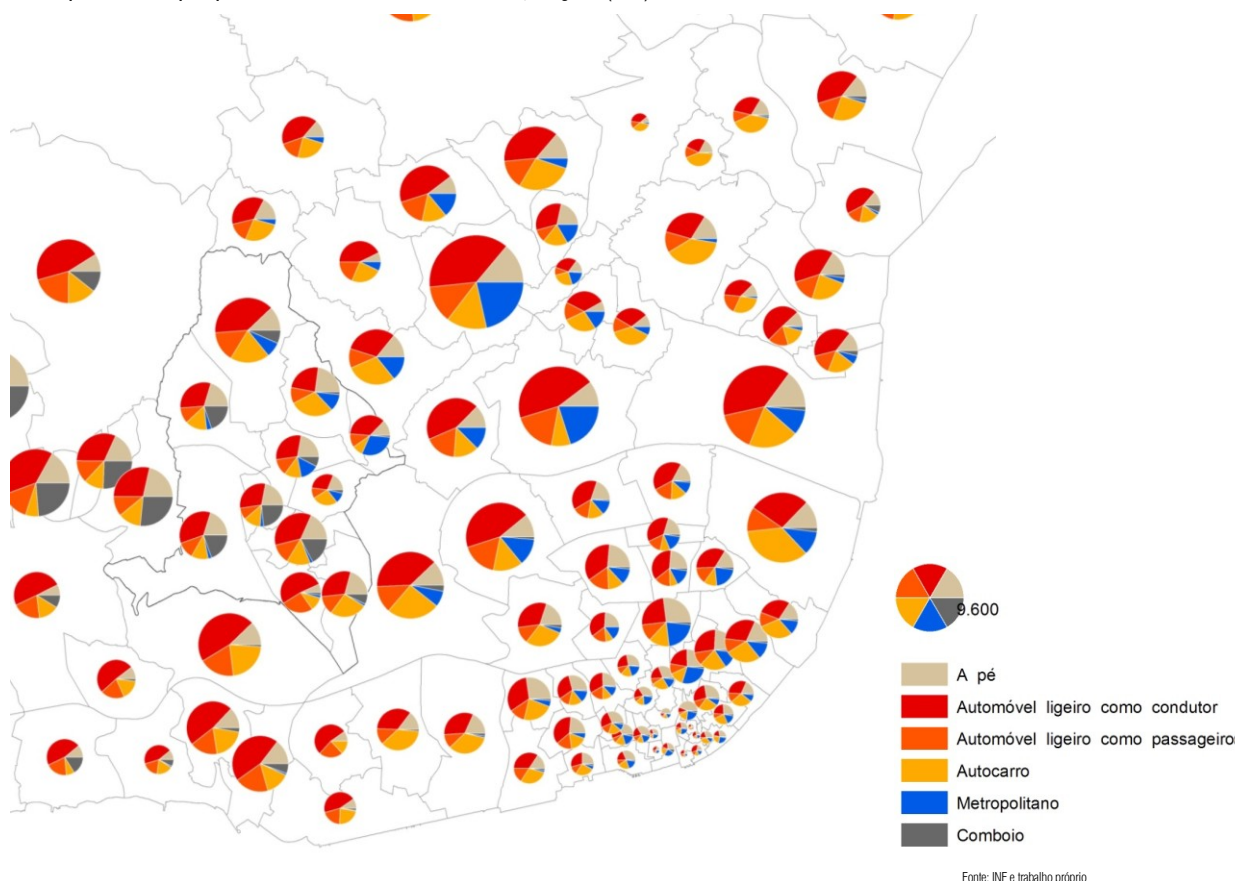
Fonte: CP

Assim, predominam ainda de modo claro as viagens convergentes em Lisboa, sendo no entanto de notar o surgimento mais recente de alguns importantes pares origem-destino de geometria diferente, possibilitadas também pela construção de infraestruturas transversais (CREL e CRIL), nomeadamente entre os concelhos das coroas norte de Lisboa (Cascais, Sintra, Oeiras, Amadora, Odivelas e Loures).

Por toda a AML domina também nas deslocações pendulares o uso do automóvel, nomeadamente nas freguesias sem serviço de nenhum transporte público “pesado” (comboio e metropolitano), com destaque para as freguesias da primeira coroa a norte da cidade de Lisboa. Esta situação contribui para a enorme pressão do automóvel sobre a cidade de Lisboa, tanto ao nível das suas infraestruturas como do espaço público e da qualidade ambiental de um modo geral.

Figura 24

Principal meio de transporte para o local de trabalho ou estudo na AML-Norte, à freguesia (2011)



Vejamos agora com mais detalhe a posição do concelho da Amadora no quadro destas tendências.

4.1.

Movimentos pendulares referentes ao concelho da Amadora

A captação dos movimentos pendulares da população baseados no apuramento do local de residência de cada indivíduo e respetivo local de trabalho e estudo dá-nos indicações sobre a organização do território que está na sua génese e remete para problemáticas que lhe estão associadas: gestão de redes e sistemas de transportes, ordenamento do território, impactes ambientais e sociais. Comparando os dois momentos verifica-se, para a Amadora, que:

- aumentou o número de movimentos intraconcelhios (+33,4%), o que significa que o município em 2011 suporta no seu interior mais de 1/3 do total de deslocações por motivos de estudo e trabalho;
- reforçou-se em termos absolutos e relativos a importância das entradas no concelho, o que traduz um aumento da capacidade atrativa da Amadora;
- embora em 2011 as “saídas” para trabalho ou estudo sejam o padrão de deslocações predominante, atenuou-se em 12,1pp a dependência funcional do exterior, face a 1991.

Quadro 5					
Movimentos pendulares da população empregada ou estudante entre 1991 e 2011					
		EMPREGADOS/ESTUDANTES			
		1991		2011	
		Nº	%	Nº	%
Movimentos Intraconcelhios		34.581	30,1	46.131	35,4
“Entradas” no concelho		17.906	15,6	29.110	22,3
Origem	outros concelhos da AML	17.644	15,3	28.176	21,6
	concelhos exteriores à AML	262	0,2	934	0,7
“Saídas” do concelho		62.545	54,4	55.123	42,3
Destino	outros concelhos da AML	61.892	53,8	54.081	41,5
	concelhos exteriores à AML	653	0,6	1.042	0,8

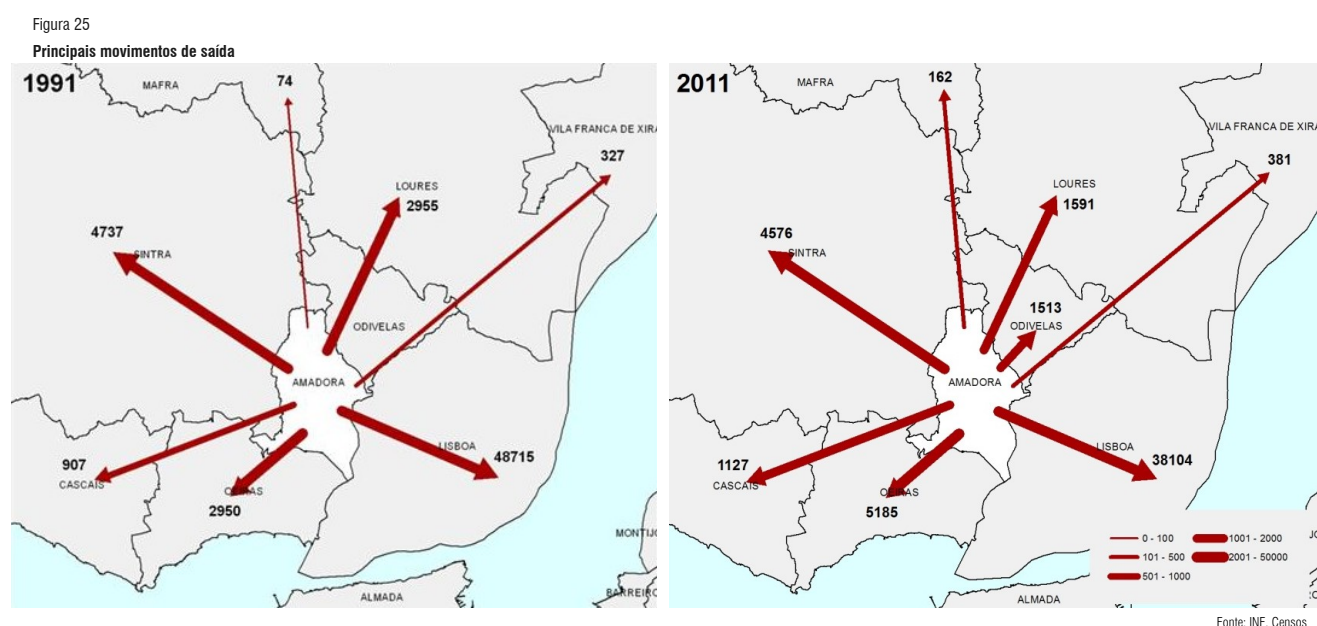
Fonte: INE, Censos

Tomou-se como referência para a análise das deslocações diárias com origem e destino na Amadora o território da Grande Lisboa, por ser no seu interior que se estabelecem a grande maioria dos movimentos pendulares. Isto significa, no universo da AML, que respetivamente 95% do total dos movimentos pendulares de saída e 88% dos movimentos de entrada de e para a Amadora se fazem com os municípios da margem norte.

4.2.

Principais movimentos de saída

Da observação dos mapas ressalta que Lisboa continua a ser o principal destino dos residentes da Amadora, uma vez que confluem para a Capital 72% dos movimentos por motivos de trabalho e/ou estudo. No entanto, entre 1991 e 2011 atenuaram-se os movimentos de saída da Amadora (-13,2%) para a AML-Norte e houve um reajustamento na hierarquia dos fluxos pendulares, assim como um reforço das deslocações para concelhos da segunda coroa metropolitana.



- Lisboa pela sua função polarizadora continua a manter uma posição preponderante como destino para trabalho ou estudo, mas regista um decréscimo de 22% de movimentos;
- Oeiras que detinha em 1991 o quarto lugar no ranking das deslocações passa para a segunda posição tendo aumentado em 76% os movimentos de saída da Amadora para Oeiras por motivos de emprego essencialmente e de estudo. Em 2011 observaram-se 5.185 deslocações em direção a Oeiras, das quais 90% para trabalhar e 10% para estudar;
- Sintra nos primeiros dez anos viu aumentar o número de fluxos a partir da Amadora, mas a partir de 2001 o número de deslocações diminuiu passando de 2º para 3º lugar;

- Loures ocupa o 4º lugar mas recuam os movimentos de saída da Amadora (-11% nos últimos dez anos) em direção a este concelho. A partir de 2001 é Odivelas que se afirma como destino ao ver aumentar 35% dos fluxos pendulares;
- Cascais consolida-se como destino para trabalho e estudo ao aumentar 24% dos movimentos pendulares;
- Mafra e Vila Franca de Xira aumentaram o seu relacionamento com a Amadora, sobretudo por motivos de trabalho.

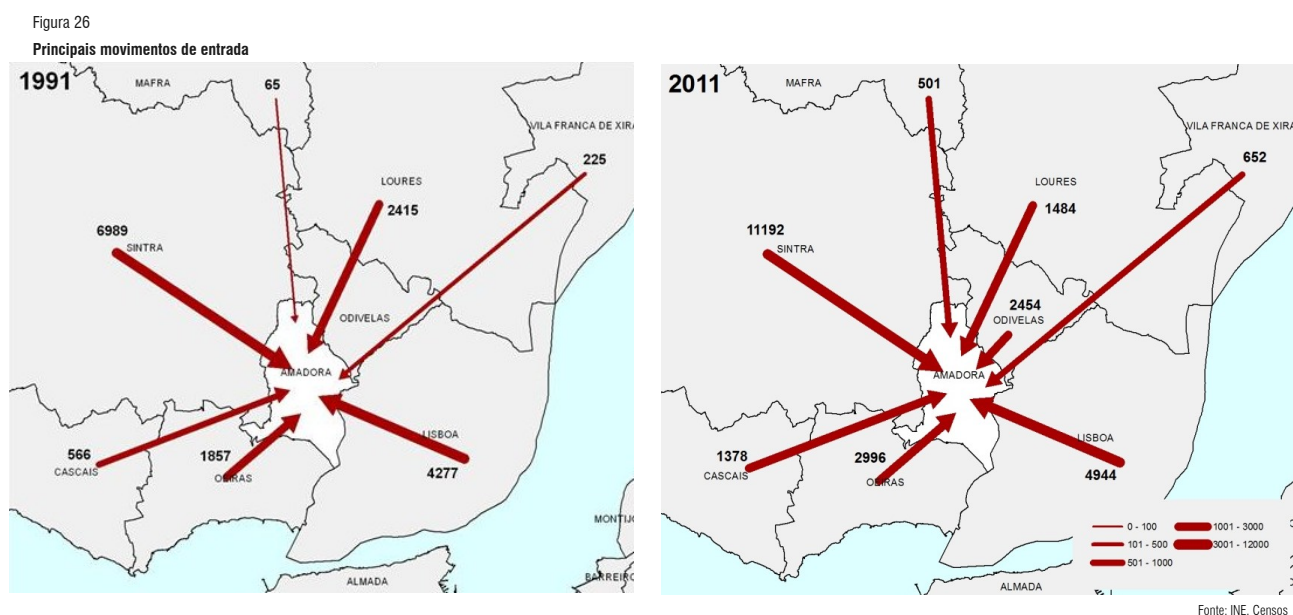
Embora a informação censitária seja basilar nesta análise, vale a pena referir os principais Resultados Provisórios do Inquérito à Mobilidade, promovido pelo INE em outubro de 2017, para as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto que atualizam os padrões de mobilidade diária e permitem destacar: a Centralidade de Lisboa com um número de deslocações de entrada superior ao número de residentes (110 entradas por 100 residentes); a Amadora com valores superiores a 70 entradas por 100 habitantes, sobressaindo como principal motivo de deslocações diárias o trabalho; o reforço das deslocações dentro do concelho da Amadora (57,1%) no total de deslocações com origem e destino na AML; o automóvel como principal meio de transporte nas deslocações realizadas pelos residentes na AML, mas o menos utilizado nas deslocações dos residentes da Amadora (51,1%), posição só suplantada por Lisboa (46,1%).

A evolução das deslocações pendulares e dos padrões de mobilidade da população dependerá não só das alterações da distribuição territorial do emprego e dos serviços de utilização frequente, nomeadamente de ensino e formação, mas também das condições de acessibilidade proporcionadas pelo sistema de transportes, isto é por infraestruturas e serviços prestados pelos operadores, e das políticas de estacionamento adotadas pelos diferentes municípios. Neste caso, uma atenção especial deverá ser dada às novas medidas adotadas no concelho de Lisboa, como principal destino das deslocações na AML, no respeitante à oferta de estacionamento central e através de parques dissuasores periféricos. A progressiva integração do sistema de transportes, a coordenação de políticas municipais e dos sistemas de gestão dos operadores vão ser aspetos a ter em consideração nos modelos e nos critérios de ordenamento e gestão do território dos PDM.

4.3.

Principais movimentos de entrada e intraconcelhios

Na Grande Lisboa e no período considerado, relativamente aos movimentos de entrada verificou-se um aumento muito significativo (56%) de deslocações para a Amadora de população empregada e a estudar. Chama-se no entanto a atenção para o total de entradas (25.601) que corresponde a menos de metade das saídas (52.639), equivalendo precisamente a 49% destas.



- Sintra, tal como acontecia em 1991, ocupa o 1º lugar no ranking das entradas na Amadora, mas reforçou a sua posição com o aumento de 60% de movimentos. Em 2011 é o concelho gerador de 44% das entradas na Amadora. Embora 77% destas sejam de população empregada é importante referir o valor dos restantes 23%, a que correspondem 2.552 indivíduos que entram na Amadora para estudar;
- Lisboa e Oeiras mantiveram as suas posições relativas, 2º e 3º lugares, acentuaram o número de deslocações e representam em 2011 respetivamente 19,3% e 12% das entradas;
- Odivelas e Loures reforçam o seu peso relativo de fluxos de entrada na última década posicionando-se em 4º e 5º lugares;
- Cascais, Mafra e Vila Franca de Xira aprofundam o seu relacionamento funcional com a Amadora, pelo incremento de entradas dominantemente por motivos de trabalho;
- Em 2011, 86% de deslocações de entrada eram de população empregada e 14% de população a estudar. Em 1991 a mesma repartição era de 95% e de 5%.

Considerando só o universo dos alunos que entram na Amadora para estudar verifica-se que em 2011 (3.689) eram cinco vezes mais do que em 1991 (745).

Esta mudança observada no peso e motivo de deslocação está globalmente relacionada com a diminuição da população ativa residente na Amadora, com a dinâmica positiva do emprego, que após o impacto da crise económica volta a dar sinais de recuperação e com a qualificação do território, de que é exemplo a oferta diversificada de equipamentos de ensino e formação.

Paralelamente, no interior do município cresceram em 33,4% os movimentos pendulares dentro do concelho, 52% dos mesmos dizem respeito a residentes que trabalham ou estudam na freguesia onde residem e 48% dirigem-se para outras freguesias. Esta situação de proximidade reduz o tempo gasto em deslocações, facilitando a conciliação entre a vida profissional, familiar e social.

4.4.

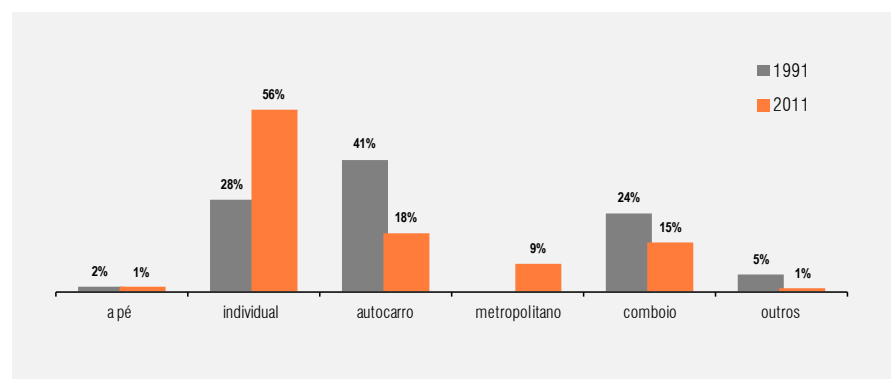
Principais meios de transporte utilizados no âmbito dos movimentos pendulares

Na Amadora, nas duas últimas décadas ocorreu uma inversão da lógica de opções predominantemente assente em transporte coletivo para uma lógica baseada em transporte individual.

Em 1991, 65% do total de movimentos pendulares entre a Amadora e a Grande Lisboa eram suportados por transporte coletivo, com uma utilização de 41% para autocarro e 24% para comboio, representando o transporte individual cerca de 28% das viagens.

Figura 27

Meios de transporte utilizados nos movimentos de entrada e saída (Grande Lisboa)

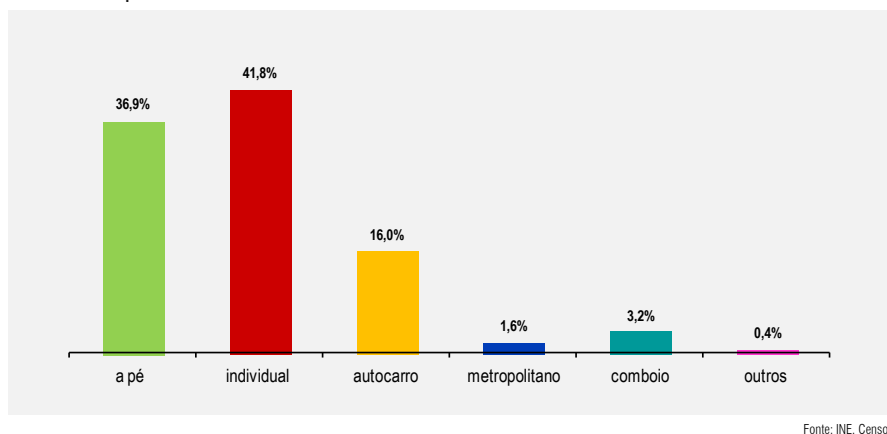


Fonte: INE, Censos

Em 2011, 56% dos movimentos interconcelhios são feitos essencialmente através do transporte individual e 42% em transporte coletivo, sendo neste 18% das viagens feitas por autocarro, 15% por comboio e 9% por metropolitano. No entanto, o transporte coletivo é ainda o modo predominante de entrada e saída para Lisboa, sendo este modo utilizado em 52% dos movimentos contra 46% em transporte individual. Situação inversa se passa relativamente a Sintra onde em 60% das deslocações é utilizado o automóvel e em 36% o transporte coletivo, nas quais o comboio é dominante (60%).

Figura 28

Meios de transporte utilizados nos movimentos intraconcelhios



Em 2011, a mobilidade quotidiana dos indivíduos que trabalham ou estudam na Amadora era feita a pé (37%), por automóvel (42%) e através de transporte público (21%).

4.5.

Duração média dos movimentos pendulares

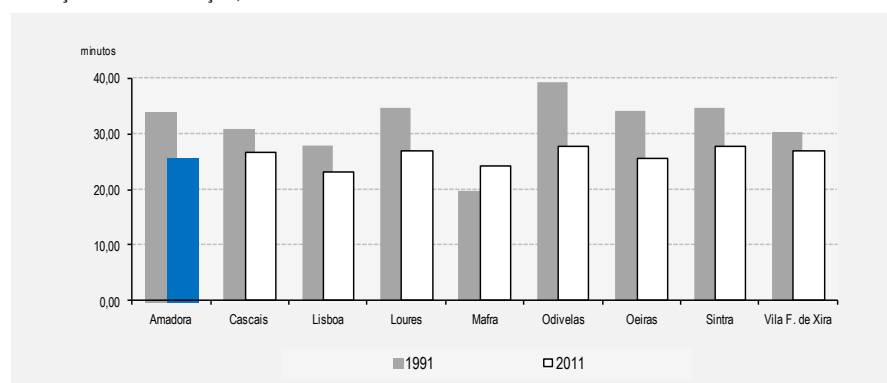
A duração média dos movimentos pendulares casa-trabalho ou casa-estudo diminuiu entre 1991 e 2011. A variação não foi uniforme em todos os concelhos da Grande Lisboa, assumindo maior expressão nos movimentos dos residentes de Loures, Oeiras, Sintra, Amadora e Odivelas com ganhos médios superiores a 7 minutos.

O tempo médio gasto nas deslocações casa-trabalho e casa-escola dos residentes na Amadora tem vindo a decrescer: de 33,76 minutos em 1991, para 32,37 minutos em 2001 e 25,83 minutos em 2011, o que representa um ganho médio de cerca de 8,5 minutos em vinte anos.

A duração média dos movimentos pendulares da população residente e empregada ou estudante na Amadora é de 25,83 minutos sendo muito próxima da duração média verificada na Grande Lisboa que é de 25,79 minutos. A duração média calculada para a Amadora em 2011 torna-se mais perceptível quando comparada com a duração dos trajetos em transporte público onde o tempo gasto sobe para 40,16 minutos e com a duração das deslocações em transporte individual em que o tempo médio desce para 20,74 minutos.

Quando utilizado o transporte individual a Amadora apresenta uma duração média mais baixa que a média da Grande Lisboa, posicionando-se em segundo lugar no conjunto dos municípios sendo só suplantada por Lisboa, onde o tempo médio é de 19,96 minutos.

Figura 29
Duração média das deslocações, 1991 - 2011



Fonte: INE, Censos

O município da Amadora pela sua posição geográfica é um importante gerador de viagens. O seu espaço urbano, ao absorver as várias componentes da rede de acessos do corredor – eixos ferroviário, de transporte público rodoviário e de transporte individual – constitui um importante suporte físico de viagens geradas fora dos limites do município com destino à capital e concelhos limítrofes. Ou seja, a Amadora para além dos fluxos gerados no e para o seu território, sustenta as deslocações dos municípios contíguos. É disso exemplo o peso da componente do tráfego de passagem que se tem vindo a acentuar com o desenvolvimento e expansão urbana do município de Sintra e com a persistência do carácter predominantemente radial das redes de infraestruturas viárias e de transportes públicos. Além disso, ao movimento rodoviário deve-se adicionar o transporte logístico que serve e atravessa a AML.

5. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO DA AMADORA NA ÁREA METROPOLITANA

A evolução da economia da Amadora no último quarto do século estabelece uma forte relação com o ordenamento do território, impulsionado pela transformação das acessibilidades no contexto metropolitano, e com a reestruturação económico-produtiva de indústrias transformadoras que historicamente se foram instalando na Amadora.

A análise da informação empírica disponível, a partir do processamento de dados estatísticos, mas também do conhecimento mais físico do território, evidencia a permanência de atividades industriais que moldaram a economia local (material de transporte, farmacêuticas e edição e artes gráficas). Estas atividades, na sua configuração atual, atravessaram processos de reestruturação empresarial mais ou menos complexos que alteraram a respetiva ocupação do espaço urbano, bem como as dinâmicas empresariais e empreendedoras.

A presença dessas empresas traduz uma ponderação de fatores locativos que favoreceu a Amadora no passado e que se encontram hoje fortalecidos por uma matriz de acessibilidades que acentua sobremaneira as condições de atratividade do concelho.

Todavia, importa ter presente que a combinação entre a proximidade e a elevada mobilidade na relação com Lisboa veio estabelecer, sobretudo ao longo da última década, um quadro de revalorização fundiária que não facilita a instalação de atividades económicas num concelho que se confronta com restrições físicas, de dimensão e de orografia.

Nas últimas décadas a melhoria da cobertura das redes rododiferroviárias de transporte, consolidou a proximidade/mobilidade de e para Lisboa. As dinâmicas pendulares geradas tendem a delimitar as polaridades empregadoras do concelho e deslocam para os fatores de atratividade valorizados pelas novas dinâmicas de procura de acolhimentos empresarial, a possibilidade de fixar empresas e investimentos no concelho.

Este é também o contexto que permitirá equacionar as perspetivas de desenvolvimento económico do concelho valorizando fatores locativos que combinem a integração metropolitana, com valorização e qualificação das condições de acolhimento empresarial associadas a uma mobilidade favorável e a oferta de competências, fruto de respostas construídas localmente, mas beneficiando também da mobilidade pendular existente, numa bacia de mão-de-obra metropolitana (sobretudo, na 1ª coroa de concelhos).

Na ótica do Enquadramento Metropolitano, os pontos seguintes deste capítulo estão organizados por forma a evidenciar as dinâmicas de especialização da Economia da Amadora e os seus argumentos competitivos no quadro da Estratégia Regional de Especialização Inteligente; a estrutura económica empresarial e as tendências de evolução ao longo da vigência do PDM de 1994 e mais recentes; a composição do emprego e das qualificações; e as dinâmicas de iniciativa municipal orientadas para dinamizar as condições de desenvolvimento económico-empresarial.

5.1.

Posicionamento da Amadora na Área Metropolitana de Lisboa

5.1.1. Elementos-chave de especialização económica

O padrão territorial de atividades económicas da Amadora é caracterizado por especializações¹ nas Atividades administrativas e Serviços de apoio (sobretudo, atividades de segurança, atividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins e atividades de serviços administrativos e de apoio prestado às empresas), na Construção (com destaque para a engenharia civil e atividades especializadas de construção), nas Outras atividades de serviços (sobretudo, reparação de computadores e bens de uso pessoal e doméstico), nos Transportes e armazenagem e no Comércio por grosso e a retalho e Reparação auto e motociclos.

Quadro 6 Quociente de localização dos estabelecimentos da Amadora em relação à AML (2016)				
CAE	Estabeleci- mentos	Pessoal ao Serviço	Volume de Negócios	VAB
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	0,52	0,35	0,24	nd
B - Indústrias extrativas	0,21	nd	nd	nd
C - Indústrias Transformadoras	0,99	1,04	1,11	1,40
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,40	0,16	0,02	0,00
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0,65	0,20	0,75	0,05
F - Construção	1,24	1,06	1,51	1,36
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1,09	1,38	1,41	1,67
H - Transportes e armazenagem	1,12	0,35	0,13	0,09
I - Alojamento, restauração e similares	0,82	0,97	1,16	1,77
J - Atividades de informação e de comunicação	0,82	1,04	1,16	0,86
L - Atividades imobiliárias	0,61	0,61	0,82	0,55
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	0,77	0,73	0,66	0,85
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1,32	1,14	1,04	1,05
P - Educação	0,94	0,76	0,56	0,35
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	0,87	0,81	0,99	0,90
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	0,82	nd	nd	0,18
S - Outras atividades de serviços	1,21	1,26	1,47	3,05

Nota: No caso do Volume de Negócios e do VAB, o indicador refere-se às empresas.

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas.

¹ O indicador corresponde ao Quociente de localização dos Estabelecimentos empresariais do concelho da Amadora em relação à Área Metropolitana de Lisboa (=1).

Ainda que com especialização inferior à AML, destaca-se o reforço da presença de alguns ramos de atividade de matriz urbana que se afiguram importantes para a consolidação de uma imagem social e económica da Amadora: Educação, Atividades de saúde humana e Apoio social, e Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas. Em sentido inverso, salienta-se a redução do Quociente de Localização relativo ao Alojamento, Restauração e similares, traduzindo a dificuldade de sedear unidades hoteleiras num contexto de grande proximidade a ofertas de qualidade e diversidade de categorias de alojamento.

Tomando por referência para a especialização um conjunto compósito de variáveis de natureza mais económica e o emprego, a tabela seguinte reforça, no retrato de 2016, a intensidade de algumas especializações.

A título de exemplos mais notórios, saliente-se os ramos de atividades seguintes:

- Indústrias transformadoras, com a Amadora a deter indicadores de especialização superiores à AML no Volume de Negócios e no VAB, mas também no Pessoal ao Serviço;
- Construção, com especializações mais vincadas quando reportadas ao VAB e, sobretudo, ao Volume de Negócios;
- Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos e Outras atividades e serviços (reparação de bens duradouros, ...) em que as especializações face à AML, medidas pelo Pessoal ao Serviço, Volume de Negócios e VAB, aumentam de forma significativa face às verificadas na avaliação através dos estabelecimentos empresariais.

Em sentido inverso, a utilização destas variáveis mais económicas evidencia o reduzido valor concelhio associado às Atividades artísticas e culturais e à Educação.

Os dados relativos à localização dos Estabelecimentos, variável mais frequentemente utilizada na construção de Quocientes de Localização, apontam para uma relativa estabilização deste perfil de especialização entre 2010 e 2016. A quebra ocorrida nas indústrias transformadoras é bastante ligeira permanecendo próxima dos limiares de especialização metropolitana, com “nuances” por ramo de atividade.

Com efeito, a evolução da especialização nas Indústrias transformadoras aponta para a existência de especializações elevadas na Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de Preparações farmacêuticas, da Indústria do couro e produtos de couro, da Fabricação de equipamento elétrico, da Impressão e reprodução de suportes gravados (artes gráficas) e Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos. Em alguns destes

ramos de atividade, observa-se mesmo uma melhoria da especialização entre 2010 e 2016 expressando a manutenção de uma componente industrial (e de terciário industrial) na matriz económica do concelho da Amadora, traduzida na atividade de empresas de referência, com poder de dominação de mercado a nível nacional e, em alguns casos, com potencial exportador.

5.1.2. Clusterização de atividades em contexto metropolitano

Os elementos de especialização económica referidos para a Amadora têm vantagem em ser contextualizados à luz de dinâmicas mais vastas de especialização regional que permitam ampliar a atratividade e reforçar a presença e posicionamento da Amadora. Nesse sentido, trata-se de compreender como o papel de especialização produtiva do concelho, decorrente da presença de determinado tipo de recursos e atividades inseridas em clusters de competitividade que evoluem segundo processos de globalização intensa, pode revelar-se propiciadora da atração de mútuas atividades, investimentos e empresas.

A essa luz, o trabalho promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), “Uma Metrópole para o Atlântico”, inserido no âmbito da *Iniciativa Cidades - o papel das cidades na economia global* (2015), identifica quatro tipos de clusters consolidados presentes no Arco Metropolitano de Lisboa², que combinam serviços, indústrias e valorização de recursos naturais. Nesse conjunto, são de destacar os clusters e polos industriais onde a Grande Lisboa sobressai:

- *Setores Infraestruturais*: Megaclusters da Construção, Obras Públicas e Engenharia; da Energia (Petróleo/Gás Natural e Eletricidade); das Telecomunicações e Serviços Associados; e dos Transportes e Logística.
- *Outros Serviços*: Cluster dos Serviços Financeiros; e Megaclusters dos Serviços Gerais às Empresas/Serviços em Tecnologias da Informação; das Indústrias Criativas e Entretenimento; do Turismo e Hospitalidade; e da Saúde.

A Grande Lisboa evidencia-se, ainda, nos protocusters das áreas da Bio farmacêutica e Engenharia Biomédica; da Mobile, Web & Cloud; e dos Vídeo Jogos/Entretenimento Digital.

² O Arco é composto por uma rede urbana suportada por um conjunto de centralidades com funções polarizadoras, com capacidade de atração e estruturação interna e externa à macro-região, apesar de estruturada pela cidade de Lisboa. A Amadora (em conjunto com Mafra, Odivelas, Loures, Vila Franca de Xira e, ainda, Seixal, Barreiro, Montijo e Palmela na AML) insere-se nas centralidades estruturantes.

O território da Amadora contribui e potencia este ecossistema de inovação e internacionalização, suportando a instalação de PME's, unidades empresariais com dimensão relevante e sedes de multinacionais, que vão sendo sinalizados ao longo do Estudo da FCG, corroborando parte das referências de especialização apontadas na alínea anterior, com destaque para os ramos/cachos de atividade mais dinâmicos:

- *Mega cluster Tecnologias de Informação e Serviços às Empresas:* cluster das TI - Software, Serviços Informáticos e Outsourcing de TI. Compreende um vasto conjunto de serviços às empresas que, partindo da sub-região, servem o conjunto do País (auditoria, consultoria, serviços jurídicos, marketing e publicidade, software e serviços informáticos, etc.); ligadas aos ramos das TIC e SIAT, têm vindo a apostar na venda de serviços e na orientação para os mercados externos. Entre as empresas sedeadas no concelho da Amadora, encontram-se a Reditus, a Siemens, a Nokia, a SIBS, a Nova Geo Solutions e a Indra-Sistemas.
- *Mega cluster Indústrias Criativas:* com presença distintiva na Grande Lisboa, engloba atividades culturais e criativas. O Estudo distingue no Mega cluster, o Cluster Livreiro - Edição, Distribuição e Retalho e o Cluster Media, Conteúdos e publicidade. No Cluster Livreiro, identificam-se as editoras como grande “motor”, por determinarem o que chega ao consumidor. A montante estão presentes agentes fundamentais na cadeia (como as artes gráficas) e a jusante, os clusters da distribuição e do retalho. Os últimos anos foram marcados por importantes processos de transformação e integração de diferentes funções nos mesmos grupos empresariais, destacando-se o Grupo Leya, criado em 2008 e a funcionar em Alfragide.
- *Mega cluster da Saúde:* no conjunto, integra as seguintes componentes: a Indústria Farmacêutica, uma concentração de unidades hospitalares de saúde públicas e privadas, clínicas privadas, a prestação de cuidados de saúde no âmbito do SNS, a maior concentração do País de laboratórios privados de análises clínicas e de meios complementares de diagnóstico, filiais de fornecedores de equipamentos e consumíveis, organismos de licenciamento de medicamentos e regulação do setor e universidades e centros de investigação.

A Amadora tem, assim, condições para participar e reforçar o seu papel na especialização, internacionalização e inovação na Região, desde logo porque beneficia da sua posição central na Grande Lisboa, afirmando-se precisamente em setores-chave como a Economia Digital, a Economia Criativa e a Economia da Saúde, em que a Cidade de Lisboa compete à escala internacional mas também retirando partido das dinâmicas da região envolvente.

5.1.3. Argumentos competitivos da Amadora no quadro da EREI Lisboa

Em reforço da identificação de clusters de competitividade em que a Amadora, pelas atividades e empresas instaladas, dispõe de vantagens competitivas no conjunto do Arco Metropolitano de Lisboa, sistematizam-se na tabela seguinte os principais elementos de fortalecimento e diversificação da base económica do concelho da Amadora, nos domínios de especialização da Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) de Lisboa, 2014-20.

Quadro 7 Fortalecimento e diversificação da base económica do concelho da Amadora, nos domínios de especialização da EREIL 2014-2020	
Domínios de especialização/ /Linhas de ação por domínio prioritário	Pontos fortes/Oportunidades da Amadora para o desenvolvimento nos domínios de especialização da EREI Lisboa
1. Meios criativos e indústrias culturais	
Formação Laboratório da produção cultural Valorização económica da produção cultural	<ul style="list-style-type: none"> Existência de atividades da Escola Superior de Teatro e Cinema (associada ao Instituto Politécnico de Lisboa); Organização de eventos (à semelhança do Festival Internacional de Banda desenhada); Existência de Áreas de localização empresarial disponíveis (edifícios devolutos/áreas desativadas); Existência de tradição produtiva na Amadora; Recuperação físico-económica dos Edifícios da EMEF
2. Mobilidade e Transportes	
Apoiar o desenvolvimento e teste de soluções inovadoras Áreas de suporte	<ul style="list-style-type: none"> Elevada quota do transporte individual e Interesse na sua redução; Intensos movimentos pendulares com os concelhos vizinhos, principalmente com Lisboa e interesse na promoção da mobilidade sustentável e maior comodidade no uso do transporte público; Projeto de parceria entre a CMA e a EMEL - interfaces de transporte; Criação de pistas cicláveis.
3. Turismo e Hospitalidade	
Produto turístico	<ul style="list-style-type: none"> Organização de eventos (à semelhança do Festival Internacional de Banda Desenhada)
Condições de suporte	<ul style="list-style-type: none"> Existência de unidades de Formação profissional
4. Investigação, Tecnologias e Serviços de saúde	
Indústria	<ul style="list-style-type: none"> Construção de equipamentos de suporte à radioterapia; Condições para desenvolver a produção de biofármacos; Centro de Competências da Siemens; Áreas de Localização Empresarial disponíveis para a atração de investimento industrial.
Investigação e Formação	<ul style="list-style-type: none"> Presença de empresas farmacêuticas, competências no segmento do medicamento e proximidade aos centros de investigação da AML Hospital Amadora Sintra; Hospital dos Lusíadas Hospital da Luz Hospital da Trofa; Centros de Hemodiálise; Laboratórios e Clínicas.
Serviços	<ul style="list-style-type: none"> Atividade de empresas farmacêuticas, com competências no segmento do medicamento; Condições para desenvolver a produção de biofármacos.

Fonte: EREIL e CMA

No período 2007-2014 (período de programação do QREN) foram desenvolvidas mais de três dezenas de projetos (públicos e privados) que beneficiaram de financiamento do FEDER em domínios de intervenção relevantes para a Amadora.

Quadro 8

Projetos aprovados no concelho da Amadora, por Domínio de Intervenção (2007-2014)

Domínio de Intervenção	Projetos		Investimento elegível	
	Nº	%	Montante (€)	%
Conectividade internacional, acessibilidades e mobilidade	1	3,2	41.342.078	49,8
Inovação e Renovação do Modelo empresarial	12	38,7	4.920.491	5,9
Política de Cidades	9	29,0	1.808.687	2,2
Rede de infraestruturas de apoio à competitividade regional	1	3,2	100.256	0,1
Rede escolar	3	9,7	5.692.786	6,9
Redução dos custos públicos de contexto e capacitação institucional	5	16,1	29.172.328	35,1
Total	31	100,0	83.036.625	100,0

Fonte: <http://www.qren.pt/>

Estes investimentos abrangeram domínios de intervenção que, pela sua heterogeneidade, têm relações de intensidade desigual com as problemáticas do desenvolvimento económico e empresarial, relações que evoluem numa “banda larga” que abrange:

- Acessibilidade e mobilidade (expansão da Linha Azul do Metropolitano de Lisboa à Reboleira);
- Redução dos custos públicos de contexto e capacitação institucional (gestão partilhada de recursos na Administração Pública/Apoios à Modernização Administrativa);
- Rede escolar (intervenção em escolas básicas em freguesias do concelho);
- Política de Cidades (intervensões de Reabilitação urbana em áreas desqualificadas e outras do espaço público municipal); e
- Inovação e Renovação empresarial (sistemas de incentivos à I&DT e à Qualificação e Internacionalização de PME's).

Trata-se de investimentos que contribuem para reforçar os argumentos competitivos do concelho em apostas estratégicas das políticas públicas setoriais com impacto metropolitano.

5.2.

Dinâmicas económicas e empresariais - tendências de evolução

O fortalecimento e a diversificação da base produtiva constituíam um dos eixos fundamentais do quadro de referência para as propostas do PDM de 1994, eixo suportado por um conjunto de objetivos secundários relevantes para a evolução do tecido socioempresarial da Amadora no contexto metropolitano: favorecer a criação de emprego; reforçar a competitividade do concelho face à AML-Norte, criando condições de atração de empresas; e apoiar a instalação de pequenas e médias empresas com projetos inovadores.

O Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) de 2014, refere que «Após o processo de reestruturação económica a região mantém uma especialização produtiva nos “serviços empresariais”, “transporte logística e distribuição” e “energia e ambiente” seguindo-se as “indústrias alimentares”, as “mecânicas e eletrónicas” e “químicas”, o que lhe confere uma base para processos de industrialização em setores chave». Esta referência metropolitana é útil para enquadrar a análise da Economia da Amadora e conhecer o peso e o perfil da atividade económica e empresarial do concelho e respetivas tendências de evolução, por forma a perspetivar o seu papel na AML e em outros contextos de integração económica.

5.2.1. Estrutura económica e empresarial

A Amadora insere-se na AML, território de grande dinamismo económico e que beneficia de um conjunto de recursos estratégicos essenciais para o desenvolvimento do País. A sub-região metropolitana da Grande Lisboa, organizada em torno da Capital, concentra o maior número de empresas e serviços públicos, bem como os principais centros de decisão económica nacionais e de filiais de empresas estrangeiras.

Considerando os objetivos de desenvolvimento preconizados para a AML no âmbito da Estratégia Europa 2020 (cf. Plano de Ação Regional Lisboa 2020 e EREI Lisboa 2014-2020), importa conhecer o peso e o perfil da atividade económica a fim de posicionar a Amadora no momento atual e perspetivar o seu papel no futuro.

Quadro 9 Peso demográfico (População, Empresas e Emprego) da AML e do município, no contexto do Continente					
Unidade territorial	População Residente		Empresas 2016	Pessoal ao Serviço (2016)	
	2011	2016		N.º	Média
Continente	10.047.621	9.809.414	1.144.634	3.576.831	3,1
AML	2.821.876	2.821.349	336.230	1.278.935	3,8
Amadora	175.136	178.169	16.074	52.414	3,3
AML/Continente (%)	28	29	29	36	-

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas; INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

A AML concentrava em 2017 mais de um terço do PIB do País (35,9%) correspondente a 66,5 mil milhões de euros.

As 336 mil unidades empresariais existentes em 2016 garantiam emprego a 1,279 milhões de indivíduos, significando que a AML fixava 29% das empresas e 36% do emprego no Continente, sendo ainda responsável por 29,3% do valor das Exportações. Em termos concelhios, observa-se numa reduzida expressão

empresarial e empregadora da Amadora que em 2016 representava cerca de 5% das empresas, 3% do VAB e 4% do emprego da AML.

O perfil de atividades económicas do concelho em 2016 era caracterizado pelo maior peso dos ramos de atividade do terciário com destaque para o Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos (34,2%), os serviços às empresas e o terciário de natureza social e Outras atividades de serviços (49,6%) que reunidos representam mais de 80% de um tecido empresarial fortemente terciarizado. A forte concentração populacional, a reestruturação da base económica a que se assistiu no concelho nas últimas décadas, a proximidade à Capital e a matriz de acessibilidades, que confere ao território uma centralidade singular em contexto metropolitano, constituem os fatores que sustentam esta repartição que se acentuou entre 2008 e 2016.

Não obstante predominar a terciarização da sua economia, a Amadora caracteriza-se por ter um setor secundário com peso significativo no total do VAB (17%), que suplanta a média registada na AML, sobressaindo uma especialização acentuada nos ramos “Fabricação de equipamento elétrico” (48%), da “Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas” (27%) e das “Indústrias alimentares” (11%).

Apesar da prestação modesta da Amadora para o total do VAB das Indústrias transformadoras da AML destacam-se, ainda, como indústrias mais dinâmicas a Indústria do couro e dos produtos do couro, a Indústria do vestuário, contribuindo com 21% e 10%, para os VAB respetivos da AML.

<p>Quadro 10</p> <p>Distribuição do nº de estabelecimentos, por ramos de atividade económica (%)</p>				
CAE	Amadora		AML	
	2008	2016	2008	2016
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	0,2	0,2	1,0	1,4
B - Indústrias extrativas	-	0,0	0,1	0,1
C - Indústrias Transformadoras	7,3	6,3	6,7	5,7
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,0	0,0	0,1	0,1
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0,1	0,2	0,2	0,3
F - Construção	14,9	9,6	10,5	6,9
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	32,2	34,2	29,8	28,4
H - Transportes e armazenagem	4,6	5,5	4,9	5,0
I - Alojamento, restauração e similares	11,8	11,6	11,9	12,9
J - Atividades de informação e de comunicação	2,4	2,9	2,4	3,3
K - Atividades financeiras e de seguros	2,5	2,8	3,0	3,2
L - Atividades imobiliárias	2,3	2,1	3,6	3,5
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	6,8	7,8	8,4	9,7
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	2,8	2,9	3,9	3,7
O - Administração Pública e Defesa, Segurança Social Obrigatória	0,3	0,0	0,3	0,1
P - Educação	1,6	1,8	1,7	1,9
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	3,8	5,4	4,9	6,7
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	0,6	0,8	1,2	1,5
S - Outras atividades de serviços	5,8	5,9	5,5	5,7
U - Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal.

Na comparação com a AML, a Amadora apresenta maior peso relativo empresarial: nas indústrias transformadoras, com quebra semelhante entre 2008 e 2016 (menos um ponto percentual); na construção, ainda a rondar dez por cento do volume de estabelecimentos; e nos transportes e armazenagem.

Alguns indicadores económicos e de estrutura expressam a natureza do tecido empresarial da Amadora no contexto metropolitano:

- predominio dos empresários em nome individual (69% do total das empresas), valor ligeiramente superior à AML (63%);
- forte atomização empresarial: as empresas com menos de 10 pessoas ao serviço representam 97,5% do total das existentes;
- cerca de 20% do volume de negócios concentrado em apenas quatro empresas, situação que contrasta com a AML onde esta concentração se situa próximo de 10%;
- um sexto do VAB tem origem nos ramos de atividade das indústrias transformadoras, situação favorável face à AML (8,8%);
- as sociedades representam 31% do total das empresas com atividade no concelho, presença é inferior à registada na AML onde este indicador atinge cerca de 37%. (Fonte: INE, *Sistema de Contas Integradas das Empresas*).

No período mais recente (2008-2016), ocorreu uma redução acentuada do volume de estabelecimentos tanto na Amadora (-28,9%) como na AML (-23,1%), e sectorialmente significativa em atividades como a construção (54% e 48,9%, na Amadora e na AML), as Indústrias transformadoras (38,3% e 35,4%), o Comércio por grosso e a retalho e a reparação auto (24,5% e 26,5%) e as Atividades de Consultoria, Científicas, Técnicas e similares (19% e 10,7%). A heterogeneidade dos ramos de atividade identificados aponta para uma recomposição intensa do tecido empresarial patente nos dados da demografia das empresas, com saldo entre a natalidade e mortalidade negativo e uma capacidade de sobrevivência no mercado após dois anos inferior a 40% (dados de 2011, INE - *Demografia das Empresas*).

5.2.2. Dinâmicas setoriais

Um vetor estruturante da economia e tecido empresarial da Amadora remete para as dinâmicas setoriais de especialização já destacadas [ponto 5.1, alínea b] com expressão desigual mas que, tendo atravessado processos complexos de reestruturação económico-produtiva ao longo das duas últimas décadas, permanecem como referências económicas no contexto metropolitano pela presença

continuada que detêm nos domínios da internacionalização, da inovação e desenvolvimento tecnológico e formação/recrutamento de competências qualificadas.

Trata-se, igualmente, de setores de atividade/empresas empenhadas em iniciativas de cooperação municipal visando a competitividade do território e do tecido empresarial local (cf. envolvimento no Conselho Estratégico Empresarial e na reestruturação urbano-territorial da Venda Nova/Falagueira - cf. Ponto 5.4).

Tecnologias da Informação e Serviços às Empresas

O concelho da Amadora tem uma concentração apreciável de atividades do Mega Cluster das Tecnologias de Informação e Serviços às Empresas que albergam telecomunicações, eletrónica e automação, serviços e tecnologias digitais, desenvolvimento de software e multimédia, um leque alargado de bens e serviços que dispõem de uma multiplicidade de clientes, em termos setoriais e também de mercados.

Do ponto de vista empresarial, estão instaladas na Amadora grandes e médias empresas mas também pequenas e micro-unidades empresariais que preenchem cadeias de valor dinâmicas e com capacidade competitiva que investem na investigação, inovação e desenvolvimento tecnológico e com fortes componentes exportadoras e também de fornecimento a clientes da Administração Pública e Setor Empresarial do Estado.

Alguns dos mais elevados Quocientes de Localização dos Estabelecimentos da Amadora no contexto metropolitano situam-se neste terciário económico com destaque para a fabricação de equipamentos eletrónico (evolução de QL de 1,53 para 1,60) para serviços de apoio prestado às empresas (QL de 1,24 em 2010, e de 1,36, em 2016) e para a reparação de computadores e de bens de uso pessoal e doméstico (evolução de QL de 1,53 para 1,60), concentrando grandes marcas de equipamentos e outros bens duradouros, em áreas empresariais do concelho.

Parte das empresas instaladas na Amadora que integram o Megacluster das Tecnologias da Informação e Serviços às Empresas tem revelado elevado dinamismo de investimento em I&DT com vários projetos apoiados por PO do QREN e PT2020. Entre esses investimentos destacam-se o desenvolvimento de projetos de suporte da digitalização na indústria como o i-Experience Center 4.0, o primeiro de três centros tecnológicos que estão a ser desenvolvidos no âmbito do compromisso da Siemens Portugal com a estratégia do Governo para a Indústria 4.0 (Academia Siemens 4.0).

Indústrias culturais e criativas

As atividades do Cluster das Indústrias culturais e criativas desempenham um papel relevante na especialização económica e empregadora mas também na afirmação competitiva da AML, no contexto nacional e europeu.

Nas atividades recreativas, culturais e desportivas, a Amadora tem vindo a melhorar a sua especialização no contexto metropolitano (QL dos estabelecimentos de 0,82 em 2016), ainda que com valor económico residual (QL do VAB de 0,18).

A Amadora regista uma variação negativa no período 2011-2016 nos estabelecimentos e no volume de pessoas ao serviço do setor, acompanhando a tendência de regressão do setor na AML (perda efetiva de mais de 500 estabelecimentos e mais de 9.000 trabalhadores). Na análise intrassectorial, constata-se que:

- a Amadora destaca-se nas atividades de edição e impressão, superando o peso relativo das mesmas na AML (estabelecimentos e pessoas ao serviço), este sendo também o ramo onde a perda foi mais significativa, com a agravante de se tratar de um ramo de atividade com grande tradição no concelho;
- nas atividades relacionadas com os serviços às empresas e atividades associativas diversas, o concelho revela um comportamento semelhante ao da AML;
- as atividades recreativas, culturais e desportivas registam uma percentagem inferior explicável pela própria dimensão do concelho;
- à exceção das atividades de edição, todas as outras registam um saldo positivo, embora modesto, no que respeita à evolução do emprego.

No entanto, importa acrescentar dois elementos com valor específico potencial para o posicionamento futuro do concelho nas atividades das indústrias, culturais e criativas:

- Regularidade de organização do Festival Internacional da Banda Desenhada desde 1990 (quando revestia a forma de 1.º salão de Banda Desenhada) com um enriquecimento gradual da programação e concursos e também das entidades, parceiras diretas e de apoios de produção e de divulgação.
- Missão e atividade da Escola Superior de Teatro e Cinema, a 1.ª escola de ensino superior artístico em Portugal, transferida para um edifício de raiz na Amadora em 1998 e constituindo uma Escola de referência nos seus domínios não só na AML como a nível nacional.

Ambos os elementos (Festival de BD e Escola de Teatro e Cinema) têm uma componente de internacionalização, com reconhecimento dos pares a nível europeu e mundial, e uma componente de interação com as escolas básicas do concelho contribuindo para a formação de públicos e a dinamização da procura de formação por parte dos jovens artistas e criadores.

Indústria Farmacêutica

A Amadora destaca-se como um dos Municípios da AML com maior presença do sector farmacêutico (empresas e emprego), está entre os primeiros quatro concelhos com maior número de empresas no setor e é o segundo maior concelho em número de empresas dedicadas ao fabrico de medicamentos, um dos ramos mais exigentes em tecnologia. O Estudo da Fundação Calouste Gulbenkian, referido em 5.1. refere algumas das empresas do setor, de acordo com a sua área de negócio e vocação exportadora, algumas delas localizadas na Zona Industrial da Venda Nova (Grupo Medinfar, Laboratórios Vitória, Générís-Farmacêutica³).

O território municipal também beneficia de um conjunto de vantagens locativas que tem sido valorizadas pelos operadores privados da saúde: contiguidade física a Lisboa; elevada concentração populacional (procura potencial); condições singulares de acessibilidade regional; oferta pública (Hospital Fernando da Fonseca) e privada instalada (Grupo Luz Saúde e Lusíada Saúde). Estas vantagens conjugadas entre si têm motivado a atração de novos investimentos e a instalação de novas unidades como o Hospital da Trofa e o Hospital de Monsanto.

A Amadora constitui um nó na rede do Cluster da Saúde e do Bem-estar à escala metropolitana, em conjunto com Loures, Lisboa, Oeiras e Cascais devido à elevada concentração empresarial nas áreas na prestação integrada de cuidados de saúde, do bem-estar, do envelhecimento ativo, das instituições de I&D que gravitam em torno das Universidades e dos Hospitais, na formação de recursos altamente qualificados, da emergência de start-ups com projetos inovadores (telemedicina, robótica, terapêutica, entre outros) e na oferta de competências, soluções e serviços na área da saúde (p.ex., Centro de Competências da Siemens).

5.2.3. Perfil de localização e fatores de competitividade empresarial

O concelho da Amadora dispõe de uma área territorial de muito pequena dimensão, e cuja ocupação por atividades económicas se encontra bastante limitada pelas condições orográficas existentes e pelas principais acessibilidades de vocação metropolitana da Amadora.

Não obstante estas condicionantes, a Amadora possui um conjunto de áreas de concentração de atividades económicas, quase todas relevantes no contexto metropolitano, em fases diferentes do seu ciclo de vida e com dimensões e perfis distintos:

³ Em 2017 esta farmacêutica portuguesa foi adquirida pela multinacional Aurobindo Pharma, através de uma subsidiária holandesa gestora de participações sociais, num negócio de montante superior a 135 milhões de euros.

— *Área industrial da Venda Nova*, a maior e mais antiga área de atividades económicas do concelho, com oferta de espaços livres para a instalação de novas empresas e instituições de ensino que procurem espaços de grande dimensão e com elevada acessibilidade rodoviária e por transporte público.

Esta área empresarial acolheu grande parte das atividades da industrialização tradicional do concelho (material de transporte, construção civil, vidro, farmacêuticas, alimentação, etc.) e foi significativamente atingida pela deslocalização e encerramento de empresas, processos que estão na origem de edificações atualmente devolutas e degradadas. Todavia, a extensão desta Área permite que em algumas zonas se tenha assistido à substituição de empresas com a proliferação de unidades de pequena dimensão em atividades bastante diversificadas.

O Estudo para a *Centralidade Metropolitana da Falagueira/Venda Nova* contempla elementos de regeneração e requalificação desta Área Empresarial.

— *Áreas ao longo da EN117* (Parque Empresarial da EN117), cujo padrão de ocupação teve origem nas dinâmicas de metropolização das décadas de 1970-1990, apoiadas fundamentalmente na acessibilidade rodoviária, proporcionada pelo eixo da EN117. No perfil de atividades bastante diversificado pontificam as grandes unidades comerciais, shoppings, empresas de telecomunicações, serviços de consultoria, indústria farmacêutica, logística e armazenagem. Estas áreas estão articuladas com os pólos empresariais de Miraflores, Carnaxide e Linda-a-Velha, importante eixo terciário que potenciou a penetração de atividades económicas (indústria, armazenagem, serviços, etc.) para a área residencial da Quinta Grande.

— *Zona norte do concelho*, em torno do nó do IC16, existe uma área de atividades de génese recente dominada pela presença de um shopping e de grandes superfícies comerciais, que beneficiam das novas acessibilidades rodoviárias.

Do ponto de vista dos fatores de competitividade, as lógicas de localização das atividades económicas situam-se no triângulo locativo custo do solo/acessibilidade/visibilidade, cujas vantagens foram sendo impulsionadas ao longo do tempo, sobretudo na vertente rodoviária e pela extensão da rede de Metro para as localizações mais urbanas.

A melhoria dos níveis de acessibilidade/mobilidade acentuam também a escala metropolitana do mercado de trabalho com a natural estruturação de uma bacia de mão-de-obra para as empresas instaladas que é supra-local e proporciona o acesso a qualificações para funções intermédias e mais especializadas, a partir de vários concelhos da AML.

Estes fatores de competitividade estão, igualmente, muito presentes no processo de revitalização/reestruturação da Zona Industrial da Venda Nova e no desenvolvimento de uma nova área urbana nos terrenos livres da Falagueira, prioritariamente destinada a serviços e equipamentos de nível supramunicipal, com este a conferir o fator adicional da qualificação urbana, fortemente apreciada pelas novas procuras de localização de investimentos terciários superiores e de Indústria 4D.

5.3.

Emprego, Qualificações e Inovação

5.3.1. Dinâmicas e fluxos territoriais do emprego

A integração metropolitana da Amadora contextualiza de forma muito acentuada o triângulo Emprego/Qualificações/Inovação, entre outras, pelas razões associadas à proximidade e à mobilidade na relação com a Capital da AML. Esta relação proporciona ofertas diversificadas em matéria de competências profissionais e de acesso a conhecimento/resultados de I&D, num mercado aberto e crescimento muito competitivo. No entanto, em matéria de I&D, como adiante se detalha, existem empresas na Amadora pertencentes aos Mega Clusters das Tecnologia de Informação e da Saúde que desenvolvem projetos de I&D com recursos próprios e co-financiamento público (nacional e comunitário).

Os fluxos relativos ao emprego estimulam movimentos pendulares quotidianos que proporcionam às empresas acesso a mão-de-obra relativamente abundante. O poder de dominação de mercado de médias e grandes empresas, que polarizam ofertas de emprego na Amadora, encontra assim uma resposta dinâmica de uma bacia de mão-de-obra com segmentos dotados de qualificação ajustadas às necessidades manifestadas. Essas empresas, sobretudo, em ramos de atividade com maior potencial empregador (indústrias transformadoras, comércio por grosso e a retalho, TIC, material elétrico e reparação de bens duradouros), oferecem condições de trabalho, níveis remuneratórios, regalias sociais, progressão de carreira, globalmente atrativos que facilitam o recrutamento num quadro metropolitano, sobretudo, nos concelhos da 1ª Coroa.

A relação de dependência com incidência no emprego traduz uma combinação de fatores que abrange a dinâmica da atividade económica, a capacidade de atrair e fixar emprego (expressa nos movimentos pendulares com motivação trabalho) e o perfil demográfico e profissional dos residentes. Estes indicadores

(referentes a 2011) apontam para que mais de um em cada três (35,6%) ativos empregados no concelho seja proveniente de outros municípios (em 2001, eram 27,6%).

Quadro 11 Indicadores específicos de emprego, 2011	
Indicadores	Evidências
Taxa de utilização dos recursos	42,0% peso dos indivíduos empregados face à população residente
Taxa bruta de atração	35,6% dos postos de trabalho são ocupados por população não residente.
Taxa bruta de repulsão	65,3% da população residente empregada sai do município para trabalhar.
Grau de localização do Emprego	34,7% da população trabalha e reside na Amadora.

Fonte: INE, Censos

O nível de atração em 2011 (35,6%) era superior ao grau de localização do emprego: 34,7% da população trabalhava e residia na Amadora. Estes números refletem satisfatoriamente as dinâmicas empregadoras da Amadora, em termos de relação movimentos pendulares e emprego. A outro nível, a fixação de imigrantes tem constituído um contributo de relevo para o funcionamento do mercado de trabalho fornecendo mão-de-obra a diversos segmentos da economia local e atenuando os efeitos do envelhecimento demográfico da Amadora.

Os ganhos de emprego na coroa externa da AML resultaram, sobretudo, dos processos de deslocalização e expansão continuada das atividades do comércio e distribuição e dos serviços prestados às empresas, em espaços de acolhimento empresarial que foram sendo criados nas imediações dos principais nós rodoviários.

No tocante às dinâmicas de emprego captadas pelas estatísticas formais do sector estruturado da economia (Quadros de Pessoal, MTSSS), as principais evoluções na vigência do PDM apontam para um crescimento global do volume de emprego acima de 23%, numa economia local que atravessou um processo de estruturação económica-produtiva intenso e períodos de crise acentuada do mercado de trabalho. O reforço da dimensão média do pessoal ao serviço nas empresas da Amadora de 9 para 11, entre 1995 e 2015 traduz a relevância da presença de um leque de médias e grandes empresas no concelho, sobretudo, no equipamento elétrico, nas farmacêuticas e no comércio a retalho.

Num período mais recente entre 2008 (início da crise económico-financeira) e 2016, a evolução do pessoal ao serviço nos estabelecimentos empresariais, caracterizou-se por uma relativa estabilidade com uma quebra ligeira de 1,6%, enquanto na AML essa quebra foi bastante mais acentuada (10,5%).

Na distribuição sectorial constata-se a existência de:

- ramos de atividade em que houve crescimento (Alojamento, restauração e similares, Atividades administrativas e dos serviços de apoio às empresas; Atividades da saúde humana e Apoio social e Atividades de Consultoria, científicas, técnicas e similares); e
- ramos de atividade em que ocorreram perdas com expressão absoluta e relativa, casos da Construção, das Indústrias transformadoras e do Comércio por grosso e a retalho.

Quadro 12 Pessoal ao Serviço nos Estabelecimentos, por ramos de atividade económica (%)				
CAE	Amadora		AML	
	2008	2016	2008	2016
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	0,0	0,1	0,5	0,8
B - Indústrias extrativas	-	0,0	0,1	0,0
C - Indústrias Transformadoras	11,8	8,8	10,2	8,3
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,1	0,0	0,3	0,2
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0,2	0,1	0,5	0,7
F - Construção	15,5	6,8	9,4	4,9
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	27,2	25,7	20,0	18,7
H - Transportes e armazenagem	1,7	1,6	6,3	6,4
I - Alojamento, restauração e similares	6,2	12,4	8,1	9,1
J - Atividades de informação e de comunicação	4,9	5,0	4,4	5,5
K - Atividades financeiras e de seguros	2,2	1,8	4,8	4,9
L - Atividades imobiliárias	0,6	0,5	1,1	1,0
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	4,4	5,1	5,8	6,9
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	10,0	16,1	15,9	17,2
O - Administração Pública e Defesa, Segurança Social Obrigatória	0,8	0,2	1,0	0,4
P - Educação	1,7	1,4	2,5	2,5
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	9,6	12,1	5,7	8,7
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	0,3	0,2	0,9	1,1
S - Outras atividades de serviços	2,9	2,1	2,7	2,6
U - Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal.

De modo geral, as tendências na AML são de sentido semelhante ainda que de intensidade diferenciada. Assim, a quebra do emprego no comércio por grosso e a retalho e reparação auto, é muito superior na AML; o reforço do peso do emprego das Atividades de Consultoria Científica, técnicas e similares é duas vezes superior na Amadora; nas Atividades Artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas a evolução do peso empregador é negativa na Amadora e positiva na AML; e nas Atividades de Informação e de Comunicação e da Agricultura e Produção animal observa-se uma evolução positiva do emprego ainda que mais acentuada na AML.

5.3.2. Desemprego registado

As dinâmicas de evolução do desemprego registado no Serviço Público de Emprego no período entre 2012 e 2018 apontam para uma redução acentuada do volume global de desempregados com a Amadora a revelar uma capacidade de absorção superior a 55%, enquanto na Região de Lisboa e Vale do Tejo essa capacidade se quedava em cerca de 44%; naquele período, a redução do desemprego masculino revelou-se mais rápida que a do desemprego feminino.

Entre os principais atributos e características dos desempregados inscritos no Centro de Emprego da Amadora, salienta-se:

- os desempregados de longa duração (+ de 1 ano de inscrição) representam 47% dos inscritos (eram 37,3%, em 2012) seguindo uma tendência de alguma rigidez de regresso ao mercado de trabalho dos atualmente inscritos;
- a procura do 1.º emprego tem expressão na Amadora (7,6%) ainda que seja praticamente residual na Região, refletindo um mercado de trabalho mais dinâmico nos últimos anos, nomeadamente, na absorção de jovens recém-diplomados ou em situações de abandono e insucesso escolares;
- os desempregados inscritos são predominantemente do escalão etário 35-54 anos (45%), à semelhança do que acontece na Região;
- cerca de dois em cada três inscritos tinha em Abril de 2018 habilitações superiores ao 2.º ciclo de Ensino Básico, também em linha com a Região de Lisboa e Vale do Tejo;
- cerca de metade dos desempregados inscritos pertencem aos grupos dos profissionais não qualificados e pessoal dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores, profissões menos qualificadas de subsectores do comércio e serviços.

Os ritmos de saída da situação de desemprego são menores face à média geral por parte dos mais habilitados (níveis de instrução secundária e superior), o que pode significar que o retorno ao mercado de trabalho (traduzido na queda acentuada do desemprego) se tem revelado mais fácil para os menos habilitados, refletindo o predomínio de ofertas de trabalho menos especializadas. Todavia, existem atividades com dinâmicas de recrutamento de recursos humanos dotadas de qualificações profissionais de nível IV e V que contribuem para estruturar um mercado de trabalho enriquecido em termos de competências e de potencial de empregabilidade, territorialmente mais competitivo.

5.3.3. Qualificações - níveis de habilitação e investimento na formação

Na evolução dos níveis de habilitação e de qualificação do pessoal ao serviço nos estabelecimentos empresariais da Amadora está refletido o aumento da escolaridade obrigatória e da frequência de ações de aprendizagem ao longo da vida, fruto do esforço de investimento público e individual na formação profissional.

Quadro 13 Pessoal ao serviço, por níveis de habilitação (2008-2016)						
Nível de habilitação	2008	Amadora 2016	Var. (%)	2008	AML 2016	Var. (%)
Inferior ou igual ao 1.º ciclo do EB	8.474	4.938	-41,7	172.643	81.965	-52,5
2.º ciclo do EB	5.048	3.730	-26,1	123.062	76.136	-38,1
3.º ciclo do EB	8.693	9.436	8,5	225.847	216.182	-4,3
Ensino secundário e pós secundário não superior nível IV	9.876	11.864	20,1	271.449	281.057	3,5
Ensino superior	8.577	10.534	22,8	202.205	242.803	20,1
Ignorado	603	89	-85,2	11.601	3.047	-73,7
Total	41.271	40.591	-1,6	1.006.807	901.190	-10,5

Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal

A evolução do volume de pessoal ao serviço com habilitações superiores ao 3º ciclo do Ensino Básico no período 2008-2016 é notoriamente superior na Amadora, na comparação com a AML. Tanto nas formações escolares de nível IV como no ensino superior, o pessoal ao serviço representava em 2016 cerca de 55% do total. O progresso registado em níveis de habilitação correspondentes ao ensino básico do 3.º ciclo e ao ensino secundário e pós-secundário posiciona a Amadora mais próxima do nível da instrução verificado no conjunto da AML.

Quadro 14 Evolução do n.º de alunos e de turmas do Ensino Secundário na Amadora					
Ano letivo		2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015
N.º de Alunos	Regular	2.593	2.096	1.963	1.961
	C. Profissionais	-----	1.138	1.264	1.171
	Totais	2.593	3.234	3.227	3.132
N.º de Turmas	Regular	112	88	83	83
	C. Profissionais	33	57	72	66
	Totais	145	145	155	149

Fonte: CMA / DEDS

Na vertente da formação escolar verifica-se um aumento progressivo da frequência dos Cursos Profissionais do Ensino Secundário em todos os municípios da AML, posicionando-se a Amadora em 2016 como o quarto concelho com maior número de alunos matriculados e com a maior taxa de

participação em Cursos Profissionais face ao Ensino regular. Esta aposta no Ensino Profissional está documentada na tabela relativa à evolução recente da formação secundária local.

A problemática da oferta formativa do concelho tem merecido análise e propostas recentes⁴, que referem que na estrutura da oferta predominam cursos comuns a todas as escolas/instituições de educação e formação, sem especialização nas formações mais representadas. Embora existam alguns cursos com proximidade aos perfis profissionais predominantes no tecido económico, não transparece uma estratégia de resposta às necessidades económicas do concelho, nem aos eixos de desenvolvimento local e regional. O planeamento da oferta existente não releva uma estratégia concertada entre os diferentes atores de educação e formação e o tecido empresarial.

Com vista a corrigir este “estado da arte”, o município tem procurado promover o planeamento e a racionalização da oferta de ensino profissional nas escolas públicas aproximando-a das necessidades do tecido económico e social. A expansão do ensino profissional nos estabelecimentos sediados na Amadora em 2017 traduz-se numa oferta repartida pelas escolas públicas (65%) e pela Escola Profissional Gustave Eiffel (35%) numa aposta que visa contribuir para uma melhor integração dos jovens no mercado de trabalho e para a melhoria das qualificações da população residente. As áreas de formação do ensino público com maior frequência são as seguintes:

- Ciências informáticas, multimédia e restauração/turismo (43% da oferta);
- Cursos técnicos de saúde, gestão desportiva e apoio social (33%);
- Comércio, contabilidade, gestão e secretariado (15%);
- Eletrónica e instalações elétricas (9%).

5.3.4. Inovação e Desenvolvimento Tecnológico

O concelho da Amadora insere-se num contexto regional favorável ao desenvolvimento das atividades de I&D, demonstrado pelo desempenho da AML em diversos indicadores. Contudo, a Amadora posiciona-se abaixo da média da AML no que respeita à intensidade tecnológica na indústria, ao peso dos recursos humanos afetos às atividades de I&D e ao rácio despesa em I&D/habitante. No território municipal, são as empresas os grandes promotores da investigação, cabendo ao Estado um papel muito reduzido, o que se explica em grande parte pela fraca presença no concelho de entidades públicas

⁴ Mariana Peliz (2015), Relatório “Que oferta formativa de nível profissional para a Amadora?”, CMA.

vocacionadas e com competência para este tipo de atividades. Os principais indicadores de I&D são sintetizados nas alíneas seguintes:

- Cerca de 30 unidades de investigação nas empresas sedeadas na Amadora abrangendo aproximadamente um milhar de pessoas, representando 4% das unidades de investigação e 3% dos recursos humanos existentes na AML;
- 1,5% dos recursos humanos em I&D na população empregada, metade do valor registado na AML (3,3%);
- Pessoal (ETI) em I&D na população ativa: 8,7‰ (14,3‰ na AML);
- Investigadores (ETI) na população ativa: 0,8% (2,4% na AML);
- Repartição do investimento em I&D por setor de execução: empresas 94% e Estado 6%;
- Rácio da despesa por habitante: Amadora cerca de 278€ e AML 351€.

A informação disponível relativa aos investimentos aprovados ao âmbito dos Sistemas de Incentivos às Empresas (tabela seguinte) aponta para a importância do investimento do abrigo dos incentivos à I&DT (75% do investimento elegível dos projetos aprovados) e para a internacionalização e diversificação de mercados de empresas instalados no concelho quer em áreas de produção (Iluminação), quer de domínios do terciário económico (consultoria às empresas, engenharias e técnicas afins e publicidades).

<p>Quadro 15</p> <p>Projetos aprovados pelos Sistemas de Incentivos no concelho da Amadora, segundo a CAE (2007-2014)</p>		
CAE	Investimento elegível Montante (€)	%
27400 - Fabricação de lâmpadas elétricas e de outro equipamento de iluminação	518.962	10,5
70220 - Outras atividades de consultoria para os negócios e a gestão	168.869	3,4
71120 - Atividades de engenharia e técnicas afins	326.536	6,6
73110 - Agências de publicidade	222.749	4,5
Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1.237.115	25,1
46460 - Comércio por grosso de produtos farmacêuticos	405.947	8,3
46494 - Outro comércio por grosso de bens de consumo, n. e	358.805	7,3
62010 - Atividades de programação informática	90.403	1,8
62020 - Atividades de consultoria em informática	1.098.569	22,3
63120 - Portais web;	90.403	1,8
63110 - Atividades de processamento de dados, domiciliação de informação e atividades relacionadas	90.403	1,8
70220 - Outras atividades de consultoria para os negócios e a gestão	237.956	4,8
74900 - Outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, n. e	1.310.888	26,6
Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	3.683.376	74,9
Total SI	4.920.491	100,0

Fonte: <http://www.qren.pt/>

Nos incentivos à I&DT, com montantes médios de investimento elegível superiores a 460 mil euros predominam a consultoria em informática e para os negócios e gestão, mas também atividades das fileiras da saúde e da

farmacêutica, com componentes de programação e integração de sistemas e desenvolvimento de produtos inovadores em várias áreas clínicas.

A Amadora deve prosseguir o investimento na qualificação e diversificação da base económica no sentido da sua modernização e desenvolvimento tecnológico, do crescimento da incorporação de resultados da investigação e desenvolvimento no tecido produtivo. Neste processo assume uma importância central, a qualificação do capital humano e a capacidade de atração de recursos qualificados para funções técnicas especializadas de nível intermédio e outras avançadas.

5.4.

Iniciativas municipais de dinamização da atividade económica

O REOT 2014, na análise da trajetória de evolução dos objetivos de desenvolvimento municipal do PDM de 1994, revela que o “objetivo económico” ligado ao fortalecimento da base produtiva não foi plenamente concretizado.

Essa constatação resulta, em boa medida, da focagem da intervenção pública municipal nos demais objetivos de desenvolvimento, com destaque para a “Melhoria do padrão de vida” e a “Atenuação das carências habitacionais” que se revelaram fortemente exigentes na organização de intervenções e na mobilização de recursos financeiros; de forma complementar, resulta também dos complexos processos de reestruturação económica do tecido industrial e da crise financeira pós 2008 que se refletiram nas dinâmicas territoriais. Todavia, no passado recente, a Câmara Municipal tem vindo a estruturar um conjunto de iniciativas que expressa uma maior preocupação com a dinamização económico-empresarial dos recursos ativos do território, sendo de destacar as seguintes intervenções e projetos:

Relançamento da área estratégica da Falagueira/Venda Nova

Este território-âncora para a reconfiguração funcional do município na perspetiva do PDM vigente, não beneficiou de concretização nas últimas décadas, com efeitos negativos sobre a competitividade territorial urbana da Amadora. O *Estudo para a Centralidade Metropolitana da Falagueira/Zona Empresarial da Venda Nova* constitui uma relevante base de trabalho para a qualificação urbana, a atratividade empresarial e a competitividade de um território estruturante para o desenvolvimento futuro da Amadora.

O processo de mudança da área da Falagueira/Venda Nova com vista ao desenvolvimento de uma centralidade metropolitana, com base na regeneração urbana da atual Zona Industrial e na estruturação e ocupação urbana dos terrenos da Falagueira, envolve diversos atores públicos e privados, fundamentais para o sucesso da transformação a realizar assente em objetivos comuns, em programas concertados e em ações coordenadas.

Para apoiar a concertação de interesses, de objetivos e de estratégias, a articulação de programas e a ponderação e negociação de soluções, a Câmara Municipal organizou o recurso a uma *Plataforma Colaborativa de apoio ao processo de regeneração da Zona Industrial da Venda Nova e de estruturação urbana da área da Falagueira*.

A *Plataforma colaborativa* suportará, nomeadamente, os seguintes conteúdos técnicos:

- Diretório de empresas, instituições e serviços interessados no âmbito do desenvolvimento de uma centralidade urbana na Falagueira /Zona Empresarial da Venda Nova com vista a promover uma discussão aberta sobre temáticas de interesse para a elaboração e implementação dos programas e ações;
- Informação sobre ocorrências com relevância no território, projetos e concursos nacionais e internacionais de interesse para a Área de Intervenção;
- Interface de comunicação interinstitucional para a formação profissional e a empregabilidade particularmente na Área de Intervenção; e
- Integração de serviços da autarquia de modo a garantir a interoperabilidade com outras aplicações informáticas ou serviços existentes e utilizadas pelos parceiros.

Esta iniciativa, para além da sua importância no desenvolvimento dos processos específicos da regeneração e estruturação urbanas da Área de Intervenção da Falagueira/Venda Nova, enquadra-se nos objetivos da RENER, Rede de Cidades Inteligentes, de que o município da Amadora faz parte e na qual já participa com projetos de outra natureza.

Constituição do Conselho Estratégico Empresarial da Amadora (CEEA)

A CMA tem vindo a desenvolver um trabalho de convergência com a comunidade empresarial, numa lógica de revitalização do seu tecido económico, valorização das potencialidades do território e criação de formas de articulação entre atores relevantes à escala local, regional e nacional. Nesse âmbito, o município promoveu, em Outubro de 2016, o estabelecimento de um protocolo de colaboração que abrange empresas com forte implantação e

tradição no território municipal⁵, formalizando a criação de um órgão consultivo municipal (setorial e de carácter permanente) de apoio à definição de estratégias e tomada de decisão em matéria de desenvolvimento económico.

O Conselho Estratégico Empresarial da Amadora (CEEA) elegeu como áreas prioritárias de atuação: a definição e identificação de projetos de Inovação e desenvolvimento tecnológico; a qualificação e formação dos recursos humanos; a captação de investimento, a promoção do empreendedorismo; e a produção e gestão de informação e conhecimento, em diferentes setores de atividade económica relevantes para o município.

O CEEA, composto inicialmente por 14 empresas fundadoras, tem vindo a reunir a adesão de novos membros e conta atualmente com cerca de 20 empresas, observadores, associações empresariais (COTEC Portugal) e instituições de ensino superior (ISCTE e UNL).

O Protocolo prevê a definição de um plano estratégico de implementação e desenvolvimento dos projetos e iniciativas empresariais, bem como de linhas de interseção setorial com a finalidade de criar valor nos projetos/iniciativas de cooperação.

Amadora Inova

A *Amadora Inova*⁶ desenvolve as suas atividades na sua sede (Falagueira/Venda-Nova) e no pólo da Reboleira e está focalizada em três áreas de intervenção: (i) *Amadora TECH*, de apoio ao empreendedorismo e ao desenvolvimento do tecido empresarial do concelho; (ii) *Amadora Sorri*, de combate ao abandono e insucesso escolar; e (iii) *Amadora Cuida*, da inovação social.

A Amadora TECH é uma incubadora de negócios acreditada pelo IAPMEI, que pretende disponibilizar aos empreendedores e ao longo do processo de desenvolvimento sustentado das suas ideias de negócio condições adequadas ao seu arranque e aceleração. Tem por principal objetivo, a promoção e acompanhamento de start-ups, disponibilizando-lhes espaços físicos, e pondo ao seu dispor conjunto de serviços e apoios, que lhes proporcionem a inserção num ambiente empresarial dinâmico assim como as condições necessárias ao seu desenvolvimento e sustentabilidade futura.

Paralelamente, trabalha na promoção de interações entre o meio empresarial, instituições de ensino e investigação e desenvolvimento, outras estruturas idênticas,

⁵ Entre as 14 empresas signatárias do Protocolo figuram as principais empresas das TIC/Serviços e tecnologias digitais, telecomunicações e eletrónica e da Indústria farmacêutica e saúde.

⁶ Esta designação foi adotada, a partir de Julho de 2016, enquanto evolução da *Amadora Innovation, E.M Unipessoal*, uma instituição pública, detida integralmente pela Câmara Municipal da Amadora, com o estatuto de empresa municipal, constituída para impulsionar a criação de empresas e emprego.

numa lógica de rede e como suporte no acesso a mecanismos e redes de financiamento (Capitais de Risco, Business Angels, etc.) de modo a garantir no processo de incubação, os contextos adequados ao desenvolvimento das ideias de negócio e ao sucesso dos projetos. De acordo com o balanço da atividade realizado em 2017, apresenta os seguintes resultados intermédios:

- 39 empresas apoiadas, 4 em pré-incubação, 5 em incubação virtual, e 30 em incubação/instalação física;
- taxa de ocupação do coworking - 87%;
- taxa de ocupação do espaço para empresas - 88%;
- trabalhadores/empregos gerados - 121; e
- faturação das empresas instaladas - superior a 7 milhões de €.

A proximidade do Amadora TECH a uma aglomeração de espaços como incubadoras, coworks e investidores, pode constituir uma vantagem para potenciar outras dinâmicas decorrentes da convergência de recursos e de financiamento na cidade de Lisboa, que dispõe de uma agenda e de um ecossistema de empreendedorismo, de inovação e conectividade global que tem vindo a densificar a sua estruturação institucional e logística.

Centro de Competências para a Qualificação da Amadora

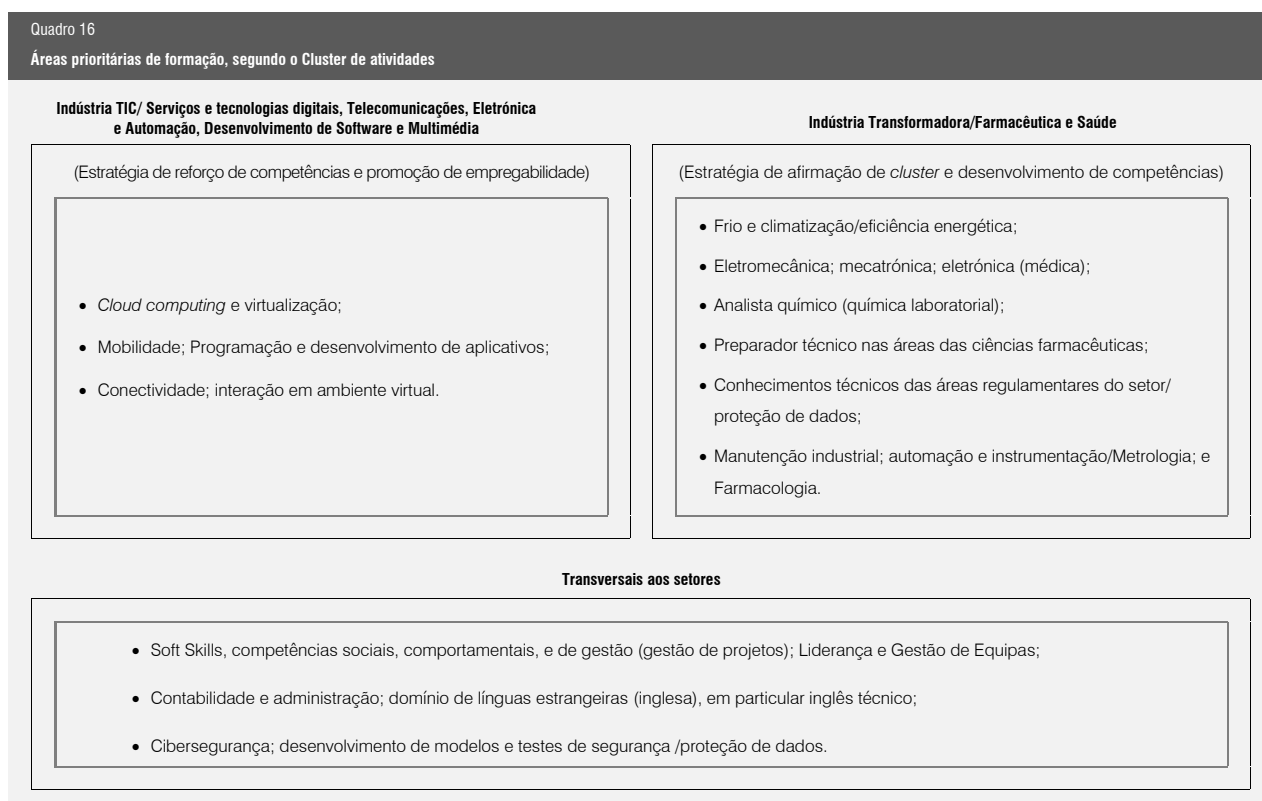
A formação para a qualificação constitui um fator comum à maioria das empresas as quais reconhecem que o concelho da Amadora apresenta um potencial de qualificação associado, p.ex., às empresas fundadoras do Conselho Estratégico Empresarial da Amadora. Esse potencial está ancorado na natureza das atividades ligadas à investigação e desenvolvimento científico e tecnológico (áreas da saúde, das tecnologias de informação e comunicação eletrónica e automação e biotecnologia), na exploração do seu posicionamento nestes segmentos de mercado, bem como nas indústrias criativas (de forte atratividade para o Turismo), de conteúdos/média/entretenimento e multimédia predominantes nos eixos de desenvolvimento económico da região da Grande Lisboa [cf. Projeto *Centro de Competências para a Qualificação* - Reforço das Competências e Qualificações no concelho da Amadora (CMA, Fevereiro de 2018)].

De acordo com este documento, “A competitividade destes setores é reforçada, entre fatores como o acesso ao conhecimento e a investigação e desenvolvimento e a recursos humanos altamente qualificados (atenuando os desajustamentos entre as funções e níveis de responsabilização requeridas e a formação de base/qualificações dos recursos humanos). As empresas reconhecem que existem funções na cadeia de valor que estão a ser desempenhadas por

níveis de qualificação superior universitário e que poderiam ser desempenhadas por qualificações de nível IV e V profissional, o que permitiria obter um melhor ajustamento entre a oferta e a procura e consequentemente diminuição na rotatividade dos recursos humanos”.

Neste contexto, o município da Amadora entendeu promover uma iniciativa articulada com o setor empresarial e o sistema educativo que contribua para o reforço das competências, qualificação e reconversão dos recursos humanos, e prepare o concelho para os desafios da economia digital, tendo como objetivo final, a constituição de um Centro de Competências para a Qualificação da Amadora, enquanto estrutura certificada de formação para a economia digital, que proporcione formações de nível IV e V.

Na sequência do diagnóstico realizado a empresas dos setores das Tecnologias de Informação e Comunicação, da Indústria Transformadora e da Indústria Farmacêutica foi identificado um conjunto de **áreas prioritárias de formação** com um forte potencial de qualificação e de empregabilidade local e regional que constam do quadro seguinte:



Fonte: Adaptado de “Que oferta formativa de nível profissional para a Amadora”, CMA (2015).

6.1.

Revisão do PDM da Amadora - enquadramento no PNPOT

“O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) é o instrumento de topo do sistema de gestão territorial, define objetivos e opções estratégicas de desenvolvimento territorial e estabelece o modelo de organização do território nacional. O PNPOT constitui-se como quadro de referência para os demais programas e planos territoriais e como um instrumento orientador das *estratégias com incidência territorial*.”

Embora a revisão do PDM da Amadora tenha sido iniciada na vigência do PNPOT publicado em 2007, o seu desenvolvimento faz-se no quadro da alteração realizada com base na Resolução do Conselho de Ministros nº 44/2016 de 23 de agosto, cuja versão recentemente apresentada a Discussão Pública aqui se analisa.

O PNPOT 2018 é constituído por três documentos:

I. Diagnóstico

O Diagnóstico dá destaque a um conjunto de “recursos” e “ativos” considerados estratégicos para o desenvolvimento do território nacional, nomeadamente os recursos naturais, os espaços rurais, os equipamentos e serviços e o “capital humano”, que interessa valorizar e rentabilizar com vista a uma maior coesão territorial e reforço da integração interna, à construção de uma economia mais competitiva, inclusiva e sustentável, e, de forma abrangente, ao desenvolvimento sustentável do país, na garantia da equidade de oportunidades e de direitos dos cidadãos.

O sistema urbano é considerado “um dos elementos mais estruturantes na organização do território. Reflete as dinâmicas de urbanização, identifica as centralidades funcionais, constrói comunidades interurbanas e regiões funcionais e projeta os centros urbanos em matéria das redes regionais, nacionais e internacionais”. O sistema urbano é um dos 5 sistemas do Modelo Territorial do PNPOT.

II. Estratégia e Modelo Territorial

Na formulação da estratégia, o PNPOT caracteriza as “Mudanças Críticas a longo prazo (2050)” e os seus principais fatores e impactos, sistematiza as principais

tendências territoriais na Europa e em Portugal, formula um conjunto de princípios e identifica 5 Grandes Desafios (orientações estratégicas do PNPT) com base nos quais se organizam “15 políticas de base territorial que vão informar o Modelo Territorial”.

Por sua vez, este Modelo de organização espacial estrutura-se em 5 sistemas – Natural, Social, Económico, de Conectividades e Urbano.

III. Agenda para o Território

A Agenda contém o Programa de Ação do PNPT. Começando por enunciar um quadro de 10 “Compromissos para o Território” que “traduzem as ideias fortes das apostas de política pública para a valorização do território”, estabelece 49 Medidas de Política, apresentadas em fichas e organizadas em 5 Domínios de Intervenção – Natural, Social, Económico, da Conectividade e de Governança Territorial.

Os Domínios de Intervenção correspondem, maioritariamente, aos sistemas do modelo territorial aos quais se aplicam as Medidas de Política.

O Sistema Urbano é o único que não tem correspondência com um Domínio específico, mas releva-se que “pilotar o desenvolvimento sustentável passa estrategicamente por uma gestão adequada dos espaços urbanos”, e que “é necessário privilegiar as densidades, otimizar a utilização do solo, reduzir as necessidades de transporte, valorizar os espaços de socialidade, de interação cultural e social de forma a contribuir para melhorar a qualidade urbana”.

Os resultados esperados da aplicação das medidas de política propostas são sistematizados no capítulo sobre a Operacionalização do Modelo Territorial, para cada sistema territorial. As listas dos “efeitos esperados” e dos “indicadores de monitorização”, constantes desse capítulo, constituem um importante quadro de referência para o processo técnico e político da revisão dos PDM.

A Agenda termina com as “diretrizes para os instrumentos de gestão territorial” explicitando um conjunto de questões de articulação e de conteúdo territorial e temático a ter em consideração nos IGT e, designadamente, nos planos diretores municipais.

Para além da evidente importância global dos documentos, considera-se que a articulação mais direta do PNPT com a revisão dos PDM poderá fazer-se a partir dos “Compromissos com o Território”, estabelecidos no ponto 1 da Agenda, e das Diretrizes para os Instrumentos de Gestão Territorial no respeitante particularmente aos Planos Diretores Municipais. Neste sentido, no Quadro 17, mostra-se a relação entre três vertentes fundamentais e estruturantes do PNPT: as Mudanças Críticas, os Desafios Territoriais e os Compromissos com o Território.

MUDANÇAS CRÍTICAS	DESAFIOS	COMPROMISSOS
<p>Ambientais e climáticas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumento da temperatura • Alteração dos padrões de precipitação • Subida do nível médio do Mar <p>Sociodemográficas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crescimento natural negativo • Estrutura demográfica envelhecida • Intensificação dos movimentos migratórios <p>Tecnológicas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforço da necessidade de competências em TIC • Aumento da especialização em tecnologias-chave • Reforço da conectividade e comunidades virtuais <p>Económicas e sociais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Maior consciência ecológica e novas perceções de bem-estar • Globalização mais financeira e desigual • Sociedade mais multipolar e participativa 	<p>Gerir os recursos naturais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valorizar o capital natural • Promover e eficiência do metabolismo regional e urbano • Aumentar a resiliência socio-ecológica <p>Promover os sistemas urbanos policêntricos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Afirmar as metrópoles e principais cidades como motores da internacionalização • Reforçar a cooperação interurbana e rural-urbana como fator de coesão • Promover a qualidade urbana <p>Promover a inclusão e diversidade territorial</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a atratividade populacional, a inclusão social, e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral • Dinamizar os potenciais locais e regionais e o desenvolvimento rural face à dinâmica da globalização • Promover o desenvolvimento transfronteiriço <p>Reforçar a conectividade interna e externa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Otimizar as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica • Reforçar e integrar as redes de acessibilidades • Dinamizar as redes digitais <p>Promover a governança territorial</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a cooperação intersectorial e multinível • Promover redes colaborativas de base territorial • Aumentar a cultura territorial 	<ul style="list-style-type: none"> • Robustecer os sistemas territoriais em função das suas centralidades • Atrair novos residentes e gerir a evolução demográfica • Adaptar os territórios e gerar resiliência • Descarbonizar acelerando a transição energética e material • Remunerar os serviços prestados pelo capital natural • Alargar a base económica territorial com mais capacitação, conhecimento e inovação • Incentivar os processos colaborativos para reforçar uma nova cultura do território • Integrar nos IGT novas abordagens para a sustentabilidade • Garantir nos IGT a diminuição da exposição aos riscos • Reforçar nos IGT a eficiência territorial pela concentração da habitação e das atividades, pela reabilitação e regeneração urbanas, pela mobilidade sustentável, economia circular e de partilha e consumos de proximidade

Fonte: Elaboração CMA/DIG baseado em PNPOT, 2018

É na linha desta abordagem que se procuram estabelecer as principais relações entre os Compromissos assumidos no PNPOT e os Objetivos Estratégicos estabelecidos nos Termos de Referência, definidos em 2016 pela Autarquia, para a revisão do PDM da Amadora (Quadro 18).

Pode considerar-se que os 10 compromissos estabelecidos no PNPOT têm âmbitos diferentes. De facto, os 7 primeiros referem-se a grandes opções para enquadramento das estratégias e propostas dos programas e planos territoriais, e os 3 finais centram-se em orientações específicas para os IGT.

Assim, a abordagem realizada, no referido quadro, aos compromissos do PNPOT, através dos objetivos estratégicos para a revisão do PDM da Amadora, faz-se apenas em relação aos 7 primeiros itens, tendo mais sentido utilizarem-se os restantes 3 na fase de apresentação das propostas do plano.

Recorde-se que foram estabelecidos pela Autarquia 5 objetivos estratégicos a ter em consideração no desenvolvimento das propostas de ordenamento do PDM.

Os dois primeiros referem-se a duas escalas de integração territorial, a Regional/Metropolitana e a do próprio município, as quais se interligam e têm incidências significativas no território municipal e que deverão refletir-se nas propostas de ordenamento do PDM.

O terceiro procura trazer para o primeiro plano do planeamento e gestão do território a crescente importância dos impactes das alterações climáticas e da aplicação do conceito de resiliência, assim como de novas exigências ambientais, económicas e financeiras que garantam, a médio e longo prazo, a sustentabilidade dos serviços urbanos, através da otimização do seu desempenho face às necessidades das populações e aos encargos que representam nos orçamentos familiares e também das autarquias.

O quarto traduz uma ambição da Autarquia de desenvolver um novo sentido de pertença da população residente e trabalhadora no concelho e de mudar a imagem do município no exterior, em torno de uma ideia de cidade que integre, numa mesma entidade territorial, a Cidade da Amadora, áreas até agora entendidas e vividas de forma separada, situação que tem contribuído para o acentuar de desequilíbrios e assimetrias que atualmente se verificam no município.

Assim, são objetivos da revisão do PDM:

1. Potenciar o posicionamento do concelho na estrutura metropolitana,

tendo em vista integrar a cidade da Amadora nas dinâmicas de desenvolvimento da Área Metropolitana, nomeadamente nos processos da sua internacionalização, valorizando as suas capacidades competitivas e de atração de novos residentes, de empresas e de investimento produtivo que contribua para qualificar o emprego e o quadro de vida das pessoas e das comunidades.

2. Melhorar a integração e qualificação urbanística do território,

tendo em vista reforçar a coesão territorial reduzindo desequilíbrios e assimetrias socio-urbanísticas, dando especial atenção nomeadamente: à segmentação do espaço urbano resultante do efeito de barreira física provocado pelos grandes corredores de transportes; às diferenças de padrões de serviço de infraestruturas, equipamentos coletivos e do espaço público que se verificam ainda no espaço urbano; e aos efeitos urbanísticos, ambientais e sociais provocados pela degradação do parque edificado, sobretudo nas zonas mais antigas do concelho.

3. Melhorar os padrões ambientais e de sustentabilidade dos serviços urbanos,

tendo em vista desenvolver condições de resiliência aos riscos naturais e antrópicos e maior racionalidade na gestão dos serviços e na execução das infraestruturas e equipamentos, nomeadamente na gestão da água, da energia, dos resíduos, da mobilidade e da segurança, e, assim, garantir adequados níveis de desempenho da cidade com sustentabilidade económica e financeira dos serviços públicos urbanos.

4. Construir a identidade urbana da Amadora,

tendo em vista criar condições à perceção integrada do território urbano, hoje profundamente fragmentado e diferenciado tanto pelas características tipo-morfológicas do tecido urbano e pela herança da segmentação socio-urbanística, como pela geomorfologia do território e pelas circunstâncias históricas da formação do concelho. Entender a Amadora como Cidade, na sua diferenciação urbanística e diversidade sociocultural, é uma ambição central da estratégia territorial do município.

5. Aprofundar formas de governança na gestão da cidade,

tendo em vista melhorar as condições de governabilidade do território, através de uma maior eficiência da gestão urbanística e eficácia dos instrumentos de planeamento, particularmente do PDM no quadro do novo RJIGT, de uma melhor articulação com os diferentes parceiros institucionais, e do prosseguimento de novas formas de relacionamento com os diversos atores sociais, económicos, culturais e com os cidadãos em geral.

Estes objetivos foram definidos não só no sentido de abrir novas perspetivas para a governação e gestão do território, mas também de prosseguir e concretizar políticas já adotadas e caminhos já iniciados os quais interessa consolidar através do Plano Diretor Municipal.

Assim, em relação aos 7 compromissos assumidos no PN POT com o território, os objetivos estabelecidos pela Autarquia para a revisão do PDM permitem, desde já, identificar convergências significativas:

Robustecer os sistemas territoriais em função das suas centralidades

A Autarquia propõe-se prosseguir programas e ações, alguns já em curso, para o desenvolvimento de centralidades concelhias de nível supramunicipal e local, com destaque para o centro tradicional da cidade, o eixo empresarial da EN117 e a nova centralidade da Falagueira/Venda Nova, reforçando a conectividade, integração e complementaridade funcional dos diversos espaços urbanos, melhorando a qualidade ambiental e o nível de prestação dos serviços urbanos, recorrendo a programas de ações integradas que envolvam os diversos atores sociais, económicos e institucionais, interessados.

Atrair novos residentes e gerir a evolução demográfica

O concelho da Amadora apresenta a maior densidade populacional do país, sendo, por isso, prioridade do município erradicar a habitação precária, resolver carências crónicas de habitação e estabilizar a população residente através da reposição demográfica.

Adaptar os territórios e gerar resiliência

É objetivo da Autarquia garantir a Amadora como território seguro, nomeadamente através da salvaguarda em relação aos riscos naturais e antrópicos, dando prioridade ao controlo e gestão das áreas de risco e à integração do concelho na Estrutura de Proteção e Valorização Ambiental Metropolitana através da rede hídrica e dos corredores “Verde” e “Azul”.

Descarbonizar acelerando a transição energética e material

O incentivo à utilização do transporte público, valorizando a intermodalidade do sistema de transporte, através do desenvolvimento das interfaces de transportes que servem o concelho e que o integram no espaço metropolitano, é uma linha de ação do município que se encontra em curso e que se espera tenha impactes ambientais significativos, nomeadamente a nível da redução da emissão de CO₂. Complementarmente estão a ser valorizados os espaços e percursos pedonais e implementada uma rede estruturante de pistas cicláveis articulada com as interfaces de transportes.

Remunerar os serviços prestados pelo capital natural

O carácter urbano dominante do município da Amadora impõe uma importância estratégica à estrutura verde do concelho, aos seus usos sociais e económicos e aos serviços ambientais que deverá prestar. Neste sentido, serão aprofundados, tanto a nível municipal como intermunicipal, a organização e gestão da prestação dos serviços pelos ecossistemas naturais integradas na estrutura verde.

Alargar a base económica territorial com mais capacitação, conhecimento e inovação

A prioridade do município é atrair novas empresas e aumentar e qualificar o emprego, promovendo e qualificando as áreas de instalação empresarial e dos serviços às empresas. Assim, as áreas de concentração empresarial constituem áreas estratégicas de intervenção municipal que são abrangidas por programas de ação integrados, dos quais se encontra já em execução o da Venda Nova/Falagueira. Para apoio à Autarquia foi criado, em 2017, o Conselho Estratégico Empresarial da Amadora.

Incentivar processos colaborativos para reforçar uma cultura do território

A Autarquia tem em curso processos de cooperação estratégica e operacional no respeitante à organização, qualificação e gestão do território com os municípios de Lisboa, Sintra e Oeiras.

No âmbito municipal, a Autarquia elaborou e dá acesso público a um conjunto de documentos de política e de estratégia de âmbito social, cultural e territorial como a Estratégia Municipal de Reabilitação Urbana, o Plano Estratégico de Arborização, o Plano Estratégico para o Envelhecimento Sustentável, o Plano de Desenvolvimento Social e Saúde e a Estratégia Municipal de Habitação, em elaboração.

Para os programas de ação integrados são criadas Plataformas Colaborativas por áreas de intervenção.

No respeitante às **Diretrizes para os Instrumentos de Gestão Territorial do PNPOT**, e tendo em consideração que o concelho da Amadora é globalmente um território urbano integrado na área central da Área Metropolitana, na continuidade da estrutura e do tecido urbano da cidade de Lisboa, devem relevar-se as seguintes orientações para o ordenamento do território:

- i. Definir as áreas de localização empresarial tendo em conta a inserção das centralidades nas redes municipais e supramunicipais e considerando os sistemas de mobilidade e as adequadas condições de acesso da população

a serviços de interesse geral e das empresas a serviços de interesse económico.

- ii. Identificar as carências e necessidades habitacionais e promover disponibilidades de habitação acessível em regime de arrendamento, através da reabilitação e regeneração urbana e de políticas específicas considerando a habitação como um fator determinante da atração de novos residentes.
- iii. Delimitar áreas de suscetibilidade a perigos de risco, tendo em consideração os cenários de alteração climática e definir as medidas de precaução, prevenção, adaptação e redução da exposição a riscos, incluindo a identificação de elementos expostos sensíveis a gerir e a realocar, considerando a análise de perigosidade e risco próprios e à escala adequada e as macro vulnerabilidades territoriais críticas apontadas pelo PNPOT e desenvolvidas pelos PROT:
- iv. Integrar estratégias de abordagem e diretrizes de sustentabilidade que garantam a salvaguarda e valorização de recursos e valores naturais, nomeadamente da água, solo e biodiversidade, a criação de estruturas ecológicas e infraestruturas verdes, a valorização dos serviços dos ecossistemas e a qualificação da paisagem.
- v. Identificar os passivos ambientais e o solo com usos obsoletos e ocupações desqualificadas e definir estratégias e ações de incentivo à sua recuperação, reconversão e/ou reposição tendo em vista a sua incorporação nas cadeias de valor económico e social, nomeadamente através de mecanismos de compensação pela instalação de novos usos.
- vi. Definir modelos de organização territorial e normativos de gestão que potenciem a descarbonização da economia e da sociedade, a mobilidade sustentável, a economia circular e de partilha e os consumos de proximidade.
- vii. Considerar a paisagem e a arquitetura como recursos com valor patrimonial, cultural, social e económico estabelecendo as bases para a gestão e qualificação da paisagem e a promoção de uma cultura territorial.

Este conjunto de orientações detalham o conteúdo expresso nos três últimos compromissos da Agenda PNPOT para o território que visam integrar a sustentabilidade diminuir a exposição a riscos e reforçar a eficiência territorial nos domínios da atividade económica, habitação, reabilitação urbana e mobilidade.

Quadro 18

Objetivos estratégicos para a revisão do PDM da Amadora e Compromissos para o Território do PNPOT

Objetivos estratégicos para a revisão do PDM		1	2	3	4	5
PNPOT, Compromissos para o Território		Potenciar o posicionamento do concelho na estrutura da AML	Melhorar a integração e qualificação urbanística do território	Melhorar os padrões ambientais e de sustentabilidade dos serviços urbanos	Construir a identidade urbana da Amadora	Aprofundar formas de governança na gestão da cidade
1	Robustecer os sistemas territoriais em função das suas centralidades	Prosseguir programas e ações, alguns já em curso, para o desenvolvimento de centralidades concelhias de nível supramunicipal e local	A conectividade, interdependência e complementaridade dos espaços urbanos contribuem para a eficiência dos sistemas urbanos e das suas redes de centralidades	A qualidade ambiental e o nível de prestação dos serviços urbanos são condição para o desenvolvimento e valorização dos sistemas territoriais	O reposicionamento metropolitano da Amadora tem em atenção a reconstituição da identidade da Amadora ultrapassando o estigma de "subúrbio"	O robustecimento e o desenvolvimento da rede de centralidades concelhias implica ações integradas envolvendo diversos atores sociais económicos e políticos
	Atrair novos residentes e gerir a evolução demográfica	A prioridade do município é atrair novas empresas e aumentar e qualificar o emprego, estabilizando a população residente através da reposição demográfica	A qualidade do espaço urbano e a eficiência funcional das estruturas urbanas são fatores de atratividade de empresas e de novos residentes	Os padrões ambientais e a acessibilidade social a serviços urbanos qualificados, são fatores competitivos para fixação e atratividade de residentes	A identidade urbana da Amadora deve constituir um fator de bem-estar, de coesão social e de convivência multicultural	É prática municipal a divulgação e aprofundamento das políticas e programas, de forma partilhada com a população e organizações locais
	Adaptar os territórios e gerar resiliência	Integrar o concelho na estrutura de Proteção e Valorização Ambiental metropolitana e salvaguarda de riscos naturais e antrópicos	Valorizar e integrar na estrutura fundamental do concelho, em articulação com outros municípios, a rede hídrica e os corredores Verde e Azul	Implementar ações no sentido da redução de riscos de cheia	Garantir a Amadora como um território seguro, proporcionar informação e promover uma cultura de território mais coeso e sustentável	Partilha de informação/ experiência entre instituições e divulgação de informação junto da população, dos serviços e das empresas
	Descarbonizar acelerando a transição energética e material	Potenciar a utilização do transporte público e a intermodalidade do sistema de transportes na rede de acessibilidade metropolitana	Valorizar o uso pedonal do espaço público, desenvolver e integrar a rede ciclável, e dar prioridade à qualificação do acesso às interfaces de transportes	Ampliar a estrutura verde e melhorar a sustentabilidade ambiental e económica. Tornar os espaços e serviços urbanos energeticamente mais eficientes.		
	Remunerar os serviços prestados pelo capital natural	Aprofundar a nível intermunicipal a organização e prestação dos serviços prestados pelos ecossistemas	Colmatar os espaços edificáveis intersticiais e desenvolver, estruturar e valorizar os espaços abertos e a estrutura ecológica municipal	Otimizar a gestão dos espaços verdes e das redes de serviços urbanos		Promover os sistemas de informação entre os cidadãos e a administração e serviços municipais
	Alargar a base económica territorial com mais capacitação, conhecimento e inovação	Promover e qualificar as áreas de instalação empresarial e dos serviços às empresas	Melhorar a integração urbana da zona empresarial do corredor da N117. Promover a regeneração da Zona Industrial da Venda Nova. Desenvolver a nova centralidade da Falagueira		Reforçar a Amadora como cidade de Nível Estruturante e Pólo sub-regional, funcionalmente complementar e territorialmente integrada com Lisboa	Desenvolvimento de estruturas de cooperação institucional como o "Conselho Empresarial Estratégico da Amadora" Desenvolvimento da "Amadora Inova" Incubadora
	Incentivar os processos colaborativos para reforçar uma nova cultura do território	Desenvolvimento de áreas de colaboração intermunicipal e metropolitana, nomeadamente com Lisboa e Oeiras	Implementação de estratégias e programas integrados de intervenção municipal incentivando a requalificação, a reabilitação e a regeneração dos espaços	Promover a equidade no acesso aos serviços urbanos	Alargar e diversificar os meios de informação e comunicação com os diversos atores urbanos e com a população em geral	Desenvolvimento do Fórum Amadora, prosseguindo a instalação de Plataformas Colaborativas para as áreas de ação integrada (Venda Nova/Falagueira)
8	Integrar nos IGT novas abordagens para a sustentabilidade	A completar na fase de apresentação das propostas do Plano				
	Garantir nos IGT a diminuição da exposição aos riscos					
	Reforçar nos IGT a eficiência territorial pela:					
10	Concentração da habitação e das atividades;	A completar na fase de apresentação das propostas do Plano				
	Reabilitação e regeneração urbanas;					
	Mobilidade sustentável; Economia circular e de partilha; Consumos de proximidade					

Fonte: Elaboração CMA/DIG baseado em PNPOT, 2018

As mudanças críticas e os princípios da coesão territorial identificados no PNPOT deverão ser identificados e desenvolvidos nos Programas Regionais de Ordenamento do Território (PROT) no âmbito da definição de um quadro de referência estratégico de âmbito regional, orientador para os planos territoriais e para os instrumentos de programação estratégica e operacional regional.

6.2.

Plano Regional de Ordenamento do Território da AML

À luz do novo quadro legal os instrumentos de gestão do território de âmbito regional são materializados em programas em vez de planos, contudo mantêm a natureza estratégica, o conteúdo material e documental sendo de realçar a orientação do reforço da articulação dos PROT com as estratégias definidas para aplicação dos fundos europeus e nacionais.

Neste enquadramento e face à inexistência de um novo instrumento estratégico de ordenamento de âmbito regional, o PROTAML 2002 constitui-se ainda como um dos documentos de base territorial de referência para o processo de planeamento da Área Metropolitana de Lisboa dele se sublinhando, em síntese, os aspetos que se consideram estruturantes e de referência para os planos territoriais de âmbito municipal: a Visão Estratégica Global e respetivas Medidas e o Modelo Territorial.

6.2.1. A visão estratégica e as medidas

Na visão estratégica global afirma-se a importância decisiva de centrar a AML e com ela, Lisboa, no contexto internacional, sobretudo europeu e ibérico.

Para tanto preconizaram-se medidas de reforço da estrutura interna da região em termos ambientais, das suas inter-relações e complementaridades regionais e internacionais, do desenvolvimento económico e da justiça social, a concretizar no âmbito de intervenções ao nível da qualificação socio-urbanística, patrimonial e ambiental, do reforço das centralidades e das acessibilidades bem como dos sistemas de ensino, formação, cultura e investigação e do incremento e desenvolvimento do lazer e desporto, do turismo e dos serviços, com destaque para a inovação e a I&D no setor e para os multimédia de acordo com o seguinte alinhamento de estratégias e de medidas a que se acrescentaram os objetivos estratégicos definidos nos termos de referência que fundamentaram a decisão de rever o Plano Diretor Municipal:

Quadro 19

PROTAML, linhas estratégicas de desenvolvimento para a AML e PDM, objetivos estratégicos

Políticas	PROTAML 2002		Revisão PDM
	Linhas estratégicas	Medidas	Objetivos estratégicos
Economia	Afirmar Lisboa como região de excelência para residir trabalhar e visitar apostando na qualificação social, territorial, urbana e ambiental da AML	Incremento do lazer e do turismo Realização e promoção de eventos multiculturais e desportivos	Atrair novas empresas, aumentar e qualificar o emprego, estabilizando a população residente através da reposição demográfica
	Inserir a AML nas redes globais de cidades e regiões europeias atrativas e competitivas		Potenciar o posicionamento da Amadora na estrutura metropolitana
	Desenvolver e consolidar as atividades económicas com capacidade de valorização e diferenciação funcional, ao nível nacional e internacional	Desenvolvimento das indústrias de conteúdos	Prosseguir programas e ações, alguns já em curso, para o desenvolvimento de centralidades concelhias de nível supramunicipal e local
	Desenvolver e consolidar as atividades económicas com capacidade de valorização e diferenciação funcional, ao nível nacional e internacional	Desenvolvimento de serviços avançados de nível internacional Reforço do sistema de produção e difusão científica e tecnológica Qualificação dos sistemas de educação, formação e inserção profissional	Promover a modernização e desenvolvimento da base económica, proporcionando a expansão, renovação e consolidação do tecido empresarial
Ambiente	Potenciar as condições ambientais da AML		Valorizar e integrar na estrutura fundamental do concelho, em articulação com outros municípios, a rede hídrica e os corredores Verde e Azul Melhorar os padrões ambientais e de sustentabilidade dos serviços urbanos
Território	Afirmar Lisboa como região de excelência para residir trabalhar e visitar apostando na qualificação social, territorial, urbana e ambiental da AML	Qualificação do território, elegendo o ambiente e o património como fatores de competitividade;	Reforçar a Amadora como cidade de Nível Estruturante e Pólo sub-regional, funcionalmente complementar e territorialmente integrada com Lisboa
		Promoção habitacional enquadrada em planos de ordenamento e padrões construtivos qualificados, estimulando o repovoamento das áreas urbanas centrais. Requalificação socio-urbanística de áreas degradadas	Melhorar a integração e qualificação urbanística do território Construir a identidade urbana da Amadora
Coesão social	Potenciar as inter-relações regionais da AML		Aprofundar a participação do concelho da Amadora no desenvolvimento, coesão e internacionalização da Área Metropolitana de Lisboa, nomeadamente desenvolvendo novas formas de cooperação intermunicipal
	Promover a coesão social, através do incremento da equidade territorial da empregabilidade, do aprofundamento da cidadania e do desenvolvimento dos fatores da igualdade de oportunidades.	Integração urbana e social de grupos social e economicamente desfavorecidos – combate à pobreza e à exclusão social Qualificação dos serviços de saúde	Promover a coesão social, através do incremento da equidade territorial da empregabilidade, do aprofundamento da cidadania e do desenvolvimento dos fatores da igualdade de oportunidades. Melhorar o quadro de vida da População, nomeadamente criando condições e oportunidades ao desenvolvimento de modos e padrões de vida contemporâneos
Mobilid		Reforço das acessibilidades internas e externas (portos, aeroportos, redes transeuropeias)	Potenciar a utilização do transporte público e a intermodalidade do sistema de transportes na rede de acessibilidade metropolitana

Fonte:: Elaboração CMA/DIG baseado em PROTAML, 2002

6.2.2. O Modelo Territorial

Para a construção do Modelo Territorial o PROTAML integra o conceito de território enquanto recurso e estrutura, “palco/cenário”, de ocorrência e aplicação de todas as medidas preconizadas e por isso estratégico na sua implementação, sucesso e monitorização.

Para o efeito estrutura o modelo territorial em três áreas distintas e interdependentes: a Área Metropolitana Central constituída pelos contínuos urbanos que se articulam diretamente com o núcleo central metropolitano, a cidade de Lisboa; a Periferia Metropolitana que integra as áreas suburbanas envolventes, onde se evidenciam centros com dimensão demográfica, dinâmica económica e relativa autonomia face à Área Metropolitana Central; e toda uma outra vasta região polarizada por este sistema urbano contínuo, estendendo-se quase até à fronteira a leste, até Leiria, a norte, e até Sines/Santiago do Cacém/Grândola, a Sul.

Para o sistema das duas primeiras, a central e a suburbana, definiu por sua vez as seguintes tipologias de espaços e de áreas (os primeiros mais abrangentes e virtualmente mais difusos, os segundos mais circunscritos e porventura mais definidos):

- Motores;
- Emergentes;
- Problema;
- Críticos;
- De Reconversão e renovação;
- Dinâmicos Periféricos e,
- Naturais Protegidos.

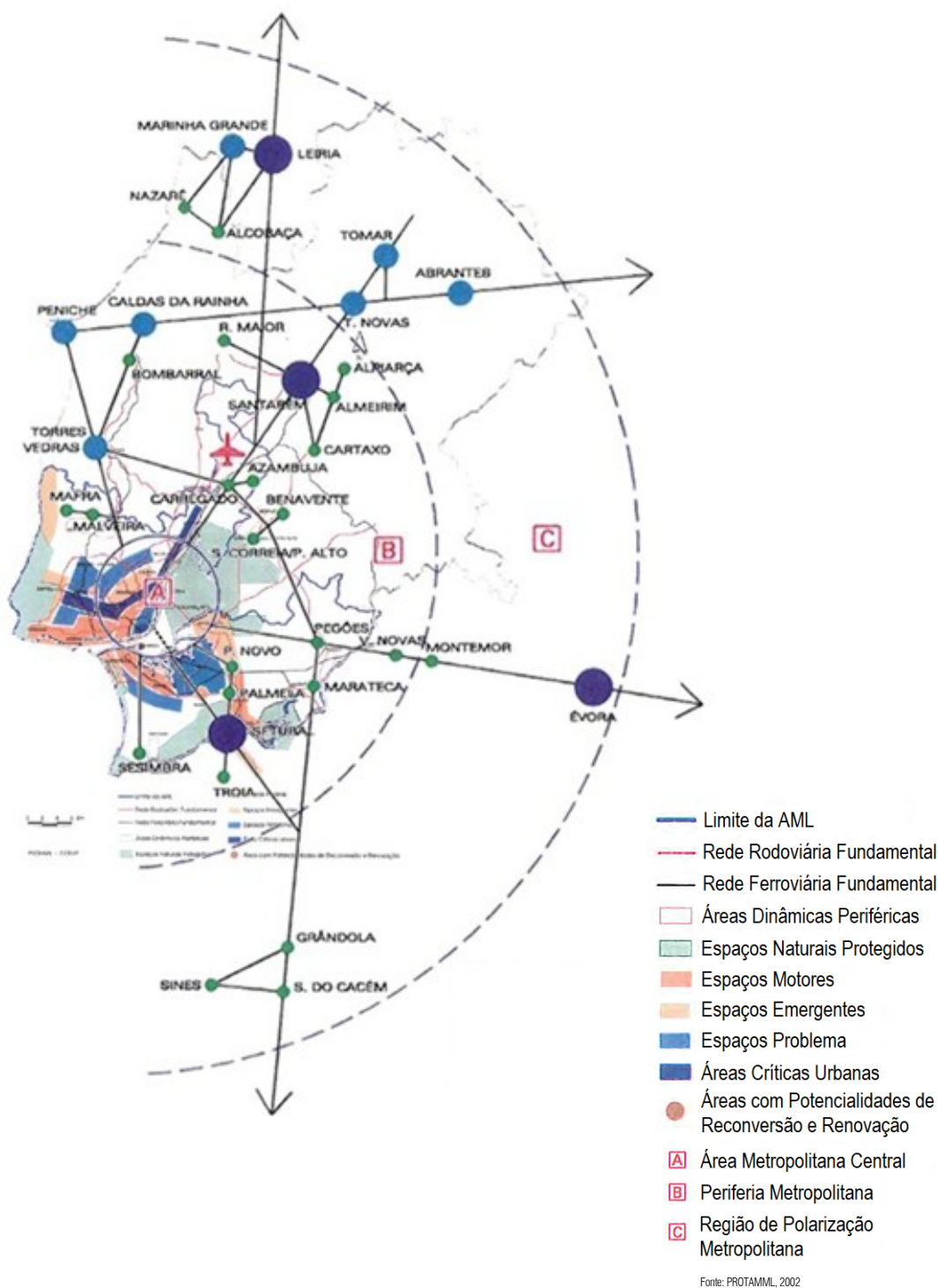
Toda esta sistematização foi por sua vez articulada com uma proposta de estrutura polinucleada de diversos centros urbanos dotados ou a dotar de autonomia funcional, agregadores de unidades sub-regionais ou regionais, ainda que mantendo de igual forma uma relação forte com Lisboa. Esta estrutura/modelo territorial formalizou-se de acordo com os seguintes esquemas:

- Polarização Urbana
- Dinâmicas Territoriais
- Estrutura da polinucleação de centros urbanos
- Acessibilidades regionais e internacionais
- Principais estruturas ambientais, e por fim o:
- Modelo e Unidades Territorial de síntese

Para uma melhor perceção do significado conjugado dos dois primeiros esquemas construiu-se o seguinte, resultante da sua sobreposição:

Figura 30

Polarização Urbana e Dinâmicas Territoriais

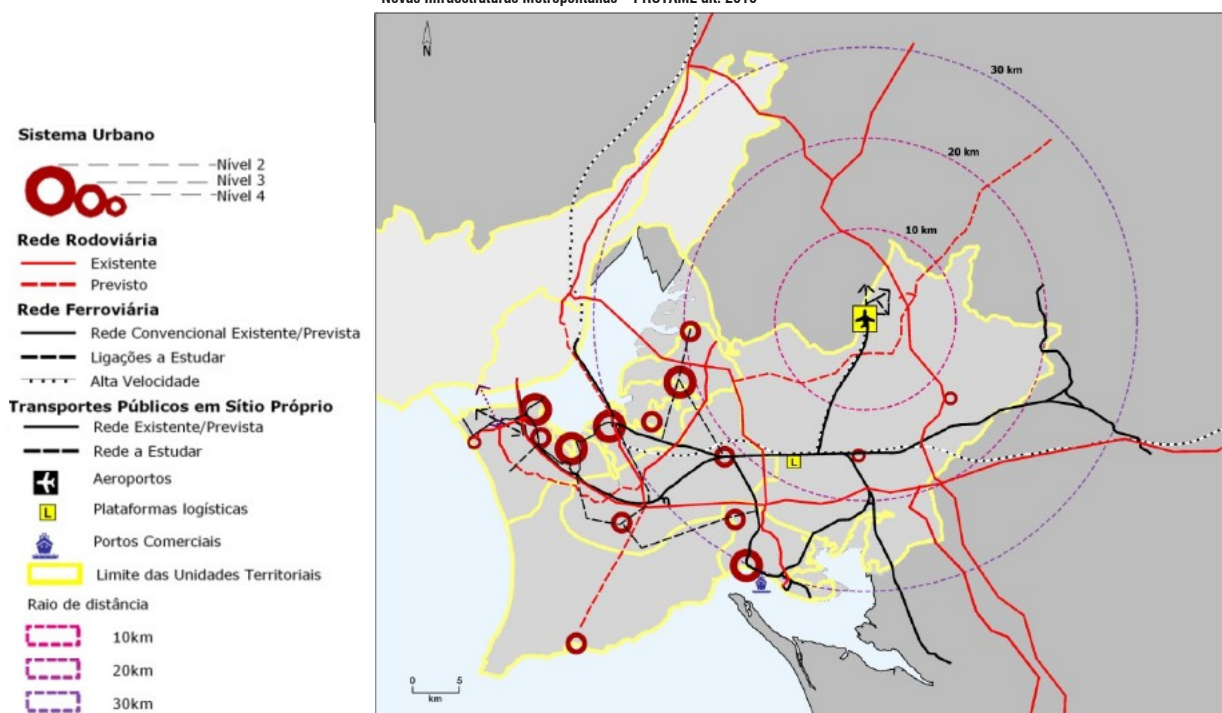


A modelação das unidades territoriais de 2002 identificava na Amadora um eixo de articulação com Sintra, integrado na unidade territorial Metropolitana Poente Norte, e duas áreas urbanas, da unidade do Arco Urbano Envolvente, uma onde se insere Carenque e a Serra da Carregueira, tendo como polos agregadores, Sabugo/Caneças e Loures, e a outra, mais a nascente, envolvente do Rio da Costa, integrando o conjunto Odivelas/Unhos. Para estas unidades, e no concelho da Amadora, era indicado pelo Modelo que o eixo Amadora/Sintra era uma área crítica que deveria ser contida e qualificada, e o restante território uma área urbana a estruturar e ordenar.

Em síntese, este IGT, estruturado e desenvolvido de acordo o sistema concetual do Relatório Brundtland, afirmou quatro prioridades essenciais: sustentabilidade ambiental, qualificação metropolitana, coesão socioterritorial e organização do sistema metropolitano de transportes.

Entretanto com a publicação em 2007 do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e a decisão de construção de um conjunto de infraestruturas de grande impacto regional (Figura 31), de entre as quais, a realocação do novo aeroporto de Lisboa, da margem norte do Tejo para a margem sul e a ligação ferroviária à Europa, em alta velocidade, iniciou-se um procedimento de alteração do PROTAML para realinhamento da sua estratégia regional.

Figura 31
Novas Infraestruturas Metropolitanas – PROTAML alt. 2010



Fonte: CCDRLVT

Este procedimento, finalizado em novembro de 2010, foi suspenso embora os seus documentos constituam elementos de referência importantes, onde se encontram registados os principais sistemas estruturadores do território, e da sua evolução e transformação, ao longo dos anos que mediarão entre uma e a outra versão. De entre as diversas propostas de alteração evidenciam-se: os ajustamentos na delimitação das unidades territoriais; a reestruturação do sistema urbano metropolitano concebido como uma “cidade de cidades” sustentado em quatro níveis de aglomerações urbanas (Figura 32), sendo a Amadora considerada uma centralidade de nível 2 dado o seu carácter funcional polivalente e apreciáveis níveis de oferta de emprego, equipamentos e serviços; o reforço do planeamento e gestão no domínio dos transportes; a introdução de medidas de enquadramento, compatibilização e conciliação entre a Estrutura Verde de Proteção e de Valorização Ambiental (Figura 33) e os outros sistemas igualmente estruturantes do território, introduzindo-lhe ajustes na delimitação de algumas áreas e corredores, sobretudo do seu sistema secundário, sem contudo se afigurar qualquer alteração de maior quanto ao modelo territorial (Figuras 34 e 35), e aos pressupostos e medidas de ação estratégica, que mantiveram o essencial do seu conteúdo.

Refere-se que face ao PROTAML 2002 (Figura 36) a alteração de 2010 veio aportar uma abordagem mais integradora em termos da identificação das unidades territoriais, onde a Amadora surge como inserida na UT3 – Espaço Urbano Norte e Poente (Figura 37), uma grande área envolvente de Lisboa, mais ou menos correspondente a uma coroa envolvente de Lisboa, já identificada na versão de 2002, no Esquema do Núcleo Central, estendendo-se de Vila Franca de Xira até Cascais, integrando os três eixos ferroviários estruturadores de conurbações análogas, entre os quais ocorreram ocupações territoriais muito diversas, normalmente fragmentadas, apresentando grande variação qualitativa de padrões de sudoeste para noroeste e do litoral para o interior.

- Áreas edificadas compactas no eixo central ao longo do caminho-de-ferro;
- Áreas edificadas fragmentadas, a norte do concelho;
- Espaços vazios sem construção, nas serras da Carregueira, Carnaxide, envolvente da Boba e área da Falagueira a sul da Brandoa;
- Indústria, armazenagem, comércio e logística, na Venda Nova, e ao longo da EN117.

Importa evidenciar na ótica municipal a continuidade da Estrutura Metropolitana de Proteção e Valorização Ambiental assente sobre o princípio da conectividade ecológica e materializada num sistema hierarquizado de áreas e corredores – Rede Ecológica Metropolitana (REM) – constituído por uma rede primária de importância regional, rede secundária com importância intermunicipal e rede complementar, onde se demarcam as áreas para a manutenção da continuidade da REM a nível municipal.

Figura 32

Estruturas de polos, aglomerações urbanas e acessibilidades



Figura 33

Rede Ecológica Metropolitana - PROTAML 2002/2010

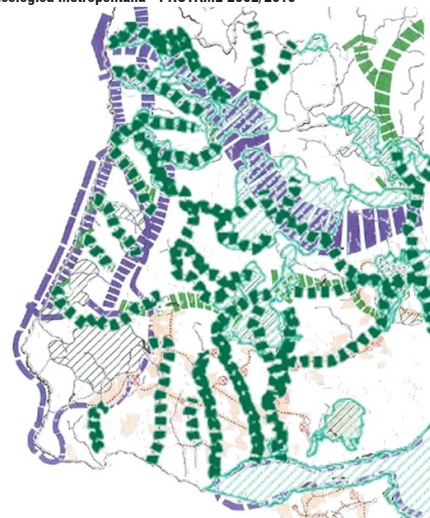


Figura 34

Modelo Territorial PROTAML 2002



Figura 35

Modelo Territorial PROTAML 2010

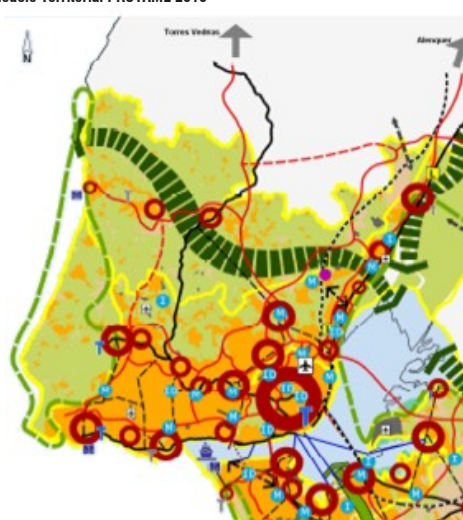


Figura 36

Unidades Territoriais PROTAML 2002

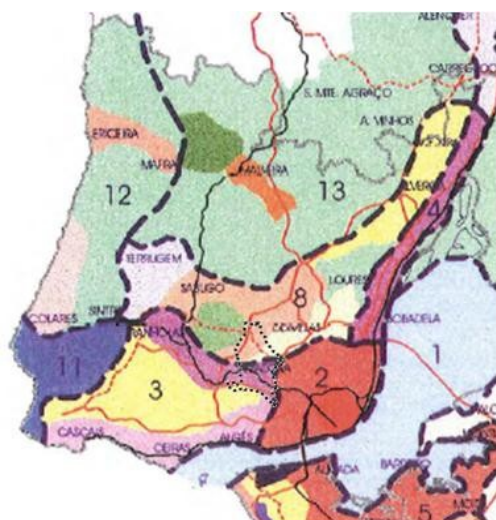
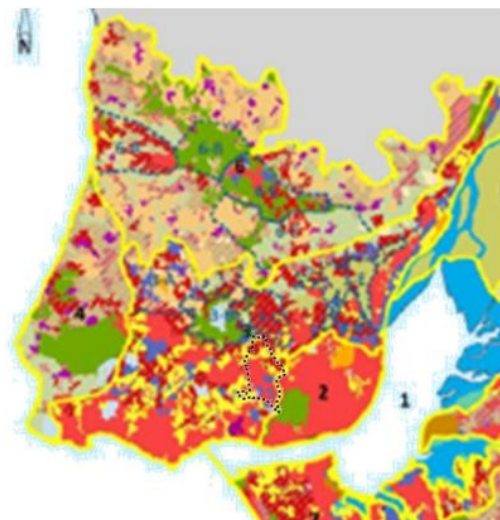


Figura 37

Unidades Territoriais PROTAML 2010

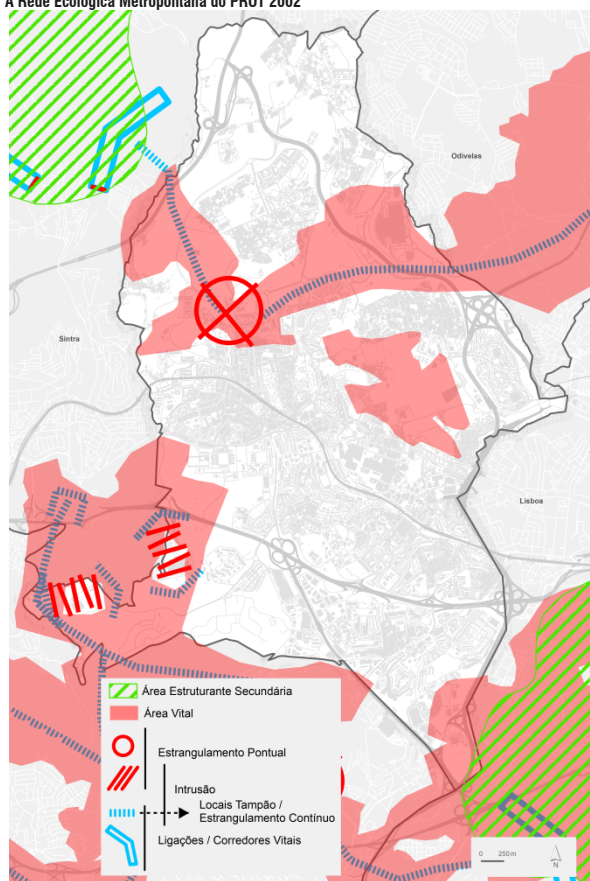


Fonte: PROTAML

No que respeita a delimitação da REM, como se pode ver nas Figuras 38 e 39, o município da Amadora, não possui no seu território valores naturais com significado no Sistema Ecológico Metropolitano. No entanto, usufrui a sudeste da contiguidade geográfica com a Mata de Monsanto, a sul integra a Serra de Carnaxide, a noroeste beneficia da continuidade com a Serra da Carregueira e confina a nordeste com a Mata da Paiã. Com este enquadramento, a REM estabelecida no PROTAML 2002 integra na Amadora um corredor vital que estabelece a ligação entre Sintra e Odivelas, uma área vital que recai sobre a Falagueira e um corredor junto à Ribeira de Carenque, na extremidade sudoeste do concelho.

Figura 38

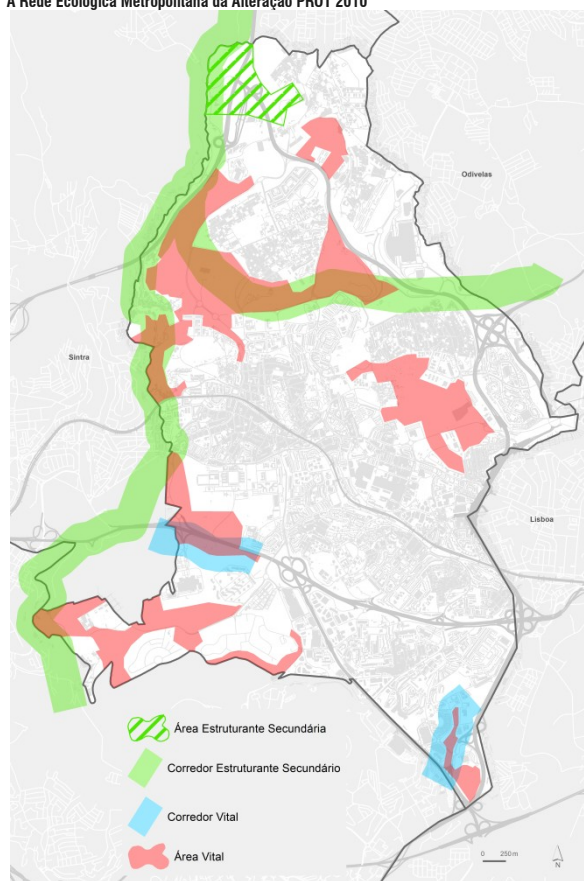
A Rede Ecológica Metropolitana do PROT 2002



Fonte: PROTAML, com elaboração própria

Figura 39

A Rede Ecológica Metropolitana da Alteração PROT 2010



No âmbito da alteração do PROTAML foi revista a identificação e delimitação da REM, dando especial destaque às linhas de água, vales e margens através de corredores de ligação como acontece no Corredor Estruturante Secundário que acompanha a Ribeira de Carenque, limite administrativo entre Amadora e Sintra. Este importante recurso à escala intermunicipal a valorizar do ponto de vista ecológico, paisagístico e cultural beneficia de um projeto em curso, Eixo

Verde e Azul, que prevê uma intervenção ao longo do Rio Jamor assente na regularização da linha de água e na requalificação do espaço público envolvente, o que para além de possibilitar o acesso das populações ao património natural e cultural contribuirá para esbater as descontinuidades e a fragmentação do tecido urbano entre os concelhos da Amadora, Sintra e Oeiras.

A reavaliação desta rede concretizar-se-á no território da Amadora quando se proceder à delimitação da Estrutura Ecológica Municipal em articulação com o modelo de desenvolvimento urbano, na fase de proposta do Plano Diretor.

Por último e pese embora, como já se referiu, este documento não constituir um referencial eficaz do ponto de vista legal ainda assim sublinham-se e dele se retêm as seguintes opções estratégicas com especial relevância para a Amadora:

- a) Promover um desenvolvimento urbano suportado essencialmente nos princípios de compactação, reabilitação, renovação e regeneração urbana, fortalecendo as aglomerações urbanas estruturadoras;
- b) Aprofundar a estruturação policêntrica apoiada numa melhor articulação do sistema ferroviário com as ligações de transporte público em sítio próprio;
- c) Consolidar as principais áreas de concentração de atividade económica como motores de desenvolvimento económico, fixação de investimento e promoção de inovação na AML;
- d) Concluir a recuperação das áreas de génese ilegal e a supressão das áreas de barracas;
- e) Promover a concretização do Parque Metropolitano da Serra da Carregueira
- f) Assegurar uma ocupação do território adequada à suscetibilidade de risco de cheia, instabilidade de vertentes, incêndios florestais e riscos tecnológicos.
- g) Garantir que os Corredores Estruturantes Secundários associados a linhas de drenagem natural assumam funções de descompressão urbana.

Por último e ainda que marginalmente, a área da Serra da Carregueira incluída na extrema noroeste do concelho, induz a que se registem de igual forma as recomendações que neste documento e para esta subunidade se pensam interessarem à Amadora:

- Relevância regional em termos ecológicos (extensão da mancha florestal e presença de cursos de água);
- Necessidade de promover, valorizar e salvaguardar estes recursos ecológicos;
- Presença de áreas urbanas fragmentadas e loteamentos clandestinos (Casal do Rebentão/Quinta da Fonte Santa).

6.3.

Desafios do ordenamento do território e conclusões expressas no REOTLVT 2017

Cumprindo a obrigatoriedade legal de elaboração de relatórios sobre o estado do ordenamento do território, a CCDRLVT publicou em dezembro de 2017 o REOT LVT que sistematiza e disponibiliza informação relevante para monitorizar e avaliar as dinâmicas regionais e apresenta um balanço da implementação dos PROT e dos níveis de coordenação interna e externa alcançados. Em consonância com os desafios que se colocam à ação das políticas públicas já equacionados pelo PNPOT (Quadro 18) o REOTLVT defende a articulação das políticas, instrumentos e investimentos sectoriais no território, bem como o alinhamento de base territorial entre os IGT e os vários planos, programas e estratégias que estabelecem compromissos nacionais tais como o Programa Nacional das Reformas, Estratégia para a Economia Circular, Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas e o Roteiro para a Neutralidade Carbónica. Neste sentido são apontados antecipadamente alguns princípios que os PDM deverão atender nas suas propostas de ordenamento, considerando para tal que os processos de planeamento municipal devem visar os seguintes objetivos:

- Implementar estruturas ecológicas urbanas
- Eliminar a exposição de pessoas e bens ao risco
- Salvar os recursos e valores territoriais de ocupação edificada
- Conter a extensão das áreas edificadas urbanas e dispersas
- Estruturar, qualificar e fortalecer a identidade territorial dos espaços urbanos periféricos
- Regenerar as áreas centrais
- Compatibilizar os meios de transporte com as diferentes funções urbanas
- Conformar as atividades económicas ao espaço em que se inserem
- Manter espaços disponíveis e acessíveis para a instalação de atividades económicas
- Incentivar a criação de espaços de multiusos compatíveis
- Aumentar a integração entre os diferentes meios de transporte
- Equilibrar a oferta de habitação às necessidades existentes
- Conformar os serviços de infraestruturas e equipamentos com as necessidades existentes
- Eliminar as disfunções ambientais e territoriais

Neste quadro de análise, vale a pena referir que foi no domínio dos Transportes e Logística que o PROT 2002 menos resistiu às transformações estruturais que entretanto se verificaram na AML. Esta debilidade radica na excessiva utilização do transporte individual que decorre da expansão e qualificação da rede rodoviária, do modelo de urbanização e dispersão das atividades económicas, a que se alia a falta de uma política integrada para o sistema de transportes na AML.

6.4.

Revisão do PDM

Tendo em atenção todos os instrumentos que se têm vindo a referir, do PNPOP ao PROTAML (e neste tomando em consideração igualmente, a sua proposta de alteração de 2010) e estabelecida a relação convergente entre os compromissos a nível nacional e as linhas estratégicas e medidas de nível regional com os objetivos estratégicos delineados para a revisão do PDM, centramo-nos agora no processo que culminou com a revisão do Plano Diretor.

6.4.1. Objetivos de desenvolvimento do município

Grandes Opções do Plano

O município da Amadora tem, ao longo dos últimos anos, dado, de modo sustentado, continuidade às políticas de desenvolvimento municipal nos termos do cumprimento da sua Missão. Esta visa a construção de uma cidade centrada nas pessoas que promove a coesão social, económica e territorial, mas também uma cidade orientada para a competitividade e a inovação no contexto metropolitano, no quadro de um desenvolvimento ambientalmente sustentável.

Assim, as Grandes Opções do Plano (GOP), definidas pela Autarquia desde 2014, integram um leque diversificado de projetos e ações (de natureza material e imaterial) e visam contribuir para atingir os seguintes grandes objetivos e linhas estratégicas enquadradoras da atuação municipal:

- a) Reforçar a coesão social e territorial:
 - Investindo na resolução sustentada dos déficits habitacionais, na regeneração e qualificação urbanas, na educação e na formação profissional;
 - Diversificando a oferta na idade escolar e apoiando a formação/qualificação ao longo da vida profissional e nas políticas sociais,
 - Melhorando o quadro de vida da população;
 - Criando condições e oportunidades ao desenvolvimento de modos e padrões de vida contemporâneos.
- b) Reforçar a competitividade do município no contexto da região:
 - Investindo na criação de oportunidades económicas para a instalação de novas empresas e criação de emprego;
 - Promovendo a modernização e desenvolvimento da base económica;
 - Proporcionando a expansão, renovação e consolidação do tecido empresarial.

c) Promover a sustentabilidade ambiental, investindo em novas políticas ambientais fundadas em soluções economizadoras de energia e amigas do ambiente.

d) Modernizar o quadro de gestão municipal:

- Promovendo a transparência, a qualidade dos serviços prestados e a aproximação da Câmara Municipal aos Cidadãos;
- Aprofundando a participação do concelho da Amadora no desenvolvimento, coesão e internacionalização da Área Metropolitana de Lisboa;
- Desenvolvendo novas formas de cooperação intermunicipal;
- Dinamizando os sistemas de governação de forma a garantir as melhores condições de governabilidade através de:
 - promoção da democracia participativa;
 - inovação dos processos;
 - gestão inteligente do território.

Estes objetivos gerais traduzem-se num modelo de desenvolvimento estruturado em torno da promoção da igualdade de oportunidades, da inclusão sociourbanística e da sustentabilidade local, perspetivando o reforço da atratividade e competitividade da cidade, no contexto da região e visando, designadamente, a atração de novas empresas e novos investimentos e a promoção do emprego.

Para a Autarquia, elevar os níveis de coesão social e territorial significa, antes de mais, promover as condições efetivas de igualdade no acesso aos recursos indispensáveis à manutenção de padrões dignos de qualidade de vida por parte das pessoas, aumentando a oferta qualificada de espaços públicos e de equipamentos com incidência particular nas áreas da educação e formação e da terceira idade, atenuando os défices habitacionais dispersos no tecido edificado ou concentrados em zonas urbanisticamente segregadas, aprofundando as dimensões do combate ao abandono escolar, da promoção da formação e da educação ao longo da vida e da procura da afirmação de uma identidade verdadeiramente multicultural.

Nesta linha, as apostas em construir uma cidade orientada para a competitividade e a inovação, no quadro de um desenvolvimento urbano harmonioso e sustentável e para a promoção da igualdade de oportunidades, contrariando os processos de segregação sociourbanística e os ciclos de reprodução da exclusão, têm constituído, no passado recente, os princípios fundadores da ação municipal.

6.4.2. Bases da estratégia territorial

Orientação geral para a revisão do PDM do município da Amadora

A revisão do PDM da Amadora deverá focar-se no desenvolvimento do concelho para o horizonte de 2030, prevendo-se um quadro de partida que dentro de cinco anos se encontrará modificado pela execução de um conjunto de ações em curso, já anteriormente previstas nas GOP e, também, das resultantes da aplicação das medidas candidatas ao programa Lisboa 2020.

As mudanças resultantes destas medidas e ações serão, previsivelmente, acompanhadas por dinâmicas e processos económicos e sociais que terão impactes significativos sobre o território e que marcarão, inevitavelmente, o quadro de referência para as propostas de revisão do PDM para o período 2020/2030.

O REOT Amadora 2014 apresentou, para diversos domínios de análise, a identificação de potencialidades, debilidades, oportunidades e ameaças (SWOT), a qual constitui uma base de partida para os estudos e para a elaboração das propostas de ordenamento e de gestão deste território.

Neste sentido, estabeleceu-se como orientação geral para a revisão do PDM, a atenção especial à utilização sustentada dos recursos e potencialidades do concelho tendo por fim:

- Melhorar o quadro de vida da População, nomeadamente criando condições e oportunidades ao desenvolvimento de modos e padrões de vida contemporâneos;
- Promover a modernização e desenvolvimento da base económica, proporcionando a expansão, renovação e consolidação do tecido empresarial;
- Aprofundar a participação do concelho da Amadora no desenvolvimento, coesão e internacionalização da Área Metropolitana de Lisboa, nomeadamente desenvolvendo novas formas de cooperação intermunicipal;
- Dinamizar os sistemas de governança de forma a garantir as melhores condições de governabilidade, através da promoção da democracia participativa, da inovação dos processos e da gestão inteligente do território.

No sentido de alcançar destes objetivos de forma territorializada foram delineados 5 objetivos estratégicos já anteriormente citados (ponto 6.1).

Quanto à sua implementação e de acordo com as conclusões do REOT LVT o Plano Diretor Municipal deverá ser concebido como um instrumento:

- i) estratégico nas questões estruturantes, dando visibilidade à estratégia municipal;

- ii) regulamentar nas matérias de risco de pessoas e bens e proteção de valores naturais e culturais;
- iii) flexível nas soluções urbanísticas a adotar, numa ótica de planeamento adaptativo e mais adequado às aceleradas mudanças da sociedade;
- iv) incentivador ou prepositivo nas questões de regeneração e/ou requalificação ambiental e territorial, bem como nas preocupações que se colocam na atualidade ao nível das alterações climáticas, da energia, da economia, dos recursos e da demografia (utilizar mais regras do que valores quantitativos/introduzir regras potenciadoras e não apenas limitadoras) e
- v) programático nas questões de execução, considerando uma correta programação económica e financeira das intervenções estruturantes e recorrendo aos instrumentos de execução dos planos previstos no RJIGT, tendo por base uma atitude proativa dos municípios no processo de planeamento.

6.5.

Outros instrumentos de planeamento

Sendo relativamente extensa a lista dos documentos existentes que têm implicações diretas com as várias dimensões das políticas de ordenamento com expressão territorial que se têm vindo a abordar nos pontos anteriores, considerou-se suficiente organizá-los por âmbito territorial, sendo que no decurso do delinear das propostas de revisão do PDM necessariamente terão de ser abordadas na sua pertinência e dimensão temática à escala do concelho da Amadora.

Considerando o reforço da dimensão estratégica do PDM no âmbito do sistema de gestão territorial, a presente revisão deverá dotar o PDM da Amadora de um conteúdo que lhe permita, com uma maior flexibilidade, proceder à política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e das demais políticas urbanas, bem como enquadrar e ser concretizado pelos demais planos territoriais de âmbito municipal.

Quadro 20

Outros instrumentos de planeamento

Âmbito	Políticas	Designação	Natureza do Documento	Ano
Nacional	Global	Europa 2020	Estratégica	2010
		Portugal 2020 – Acordo de Parceria	Estratégica	2014
		Cidades Sustentáveis 2020	Estratégica	2015
		Programa Nacional das Reformas	Estratégica	2016
		Objetivos de Desenvolvimento Sustentável –Indicadores para Portugal Agenda 2030	Estratégica	2018
		Para a Estratégia 2030 da RLVT	Estratégica	2018
	Ambiente	Estratégia Nacional para a Energia 2020	Estratégica	2010
		Programa de Eficiência Energética na Administração Pública	Estratégica	2011
		Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética 2016	Estratégica	2013
		Programa Nacional de Ação para as Energias Renováveis	Estratégica	2013
		Programa Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020	Estratégica	2015
		Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020)	Estratégica	2014
		Estratégia para o Sector de Abastecimento de Água e de Saneamento de Aguas Residuais 2020	Estratégica	2015
		Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050	Estratégica	2017
		Plano de Ação para a Economia Circular 2030	Estratégica	2018
	Economia	Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente	Estratégica	2014
		O conceito de Reindustrialização, Indústria 4.e Política Industrial para o Séc. XXI	Estratégica	2017
		Estratégia Nacional para a Digitalização da Economia	Estratégica	2017
		Plano Estratégico dos Transportes - Mobilidade Sustentável Horizonte 2011-2015	Estratégia	2011
	Território	Plano Rodoviário Nacional (DL 182/2003)	Planeamento	2000
		Política de Cidades 2014-2020 – URBACT	PO	2014
		Estratégia Nacional para a Habitação 2015-2031	Estratégia	2015
		Cidades Sustentáveis 2020 – URBACT III	PO	2015
		Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas	Estratégia	2014
		Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo 2016-2021	Especial	2013
Regional	Global	Plano Regional de Ordenamento Florestal da AML	Estratégica	2006
		Estratégia Regional, Lisboa 2020	Estratégica	2011
		Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-2020	Estratégica	2013
		Programa Territorial Integrado para a Área Metropolitana de Lisboa 2014-2020	PO	2013
		Programa Operacional da Região de Lisboa	PO	2014
Municipal	Global	Plano de Pormenor da Encosta Norte da Serra de Carnaxide	PTAM	1998
		Plano de Urbanização da Amadora-Zona Nascente	PTAM	2001/2012
		Plano de Pormenor da Ribeira da Falagueira	PTAM	2005
		Carta Educativa do Município da Amadora	Planeamento	2007
		Plano de Pormenor do Parque Urbano do Neudel	PTAM	2008
		Estratégia Municipal de Reabilitação Urbana – Amadora 2025	Estratégica	2012
		Plano Estratégico Arborização do concelho da Amadora 2020	Estratégica	2013
		Plano Local de Saúde 2014-2016	Estratégica	2014
		Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios	Estratégica	2014
		Plano de Ação (PERSU 2020) da Amadora	Estratégica	2015
		Plano Estratégico para o Envelhecimento Sustentável da Amadora 2025	Estratégica	2016
		Plano Estratégico Educativo da Amadora- Diagnóstico e Linhas Gerais de Ação 2016-2020	Estratégica	2016
		Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil	Planeamento	2016
		Plano de Desenvolvimento Social e de Saúde 2018-2025 do concelho da Amadora	Estratégica	2018

Fonte: CMA, 2018

7. A POSIÇÃO DA AMADORA NO TERRITÓRIO METROPOLITANO HOJE

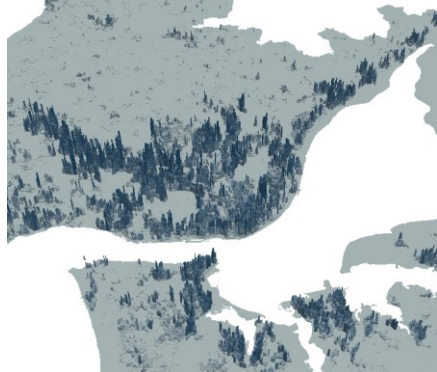
Grosso modo, podemos identificar duas grandes fases na evolução da estrutura territorial da Área Metropolitana de Lisboa:

Uma primeira fase, **entre 1960 e 1990**, marcada por um crescimento demográfico extremamente acentuado (crescendo um milhão de habitantes entre 1960 e 1991), associado a fenómenos de migrações internas e externas (retornados e migrantes das ex-colónias) e urbanização informal (“clandestinos”) generalizada dos concelhos periféricos, extremamente subequipados e sub-infraestruturados, consolidando um modelo regional claramente assimétrico e monocêntrico, apoiado numa estrutura viária incipiente e claramente radial, com uma preponderância económica, social e cultural da cidade de Lisboa, que concentrava a esmagadora maioria do emprego e dos serviços de nível superior ao mesmo tempo que se mostrava incapaz de impedir o seu próprio declínio demográfico e urbanístico.

Uma segunda fase, **a partir dos anos 1990** até aos dias de hoje, marcada pela desaceleração do crescimento demográfico, com novos fenómenos de redistribuição interna da população residente, uma progressiva internacionalização da economia, novos processos de terciarização e o acentuar das tendências de desindustrialização, a par com um não menos relevante processo de intensa modernização infraestrutural, sobretudo ao nível da infraestrutura rodoviária, no qual se concretizaram mais de 200km de rede fundamental (IP's e IC's), procurando de certo modo ultrapassar o profundo desajustamento entre, por um lado, a massa de população e as suas necessidades de deslocação e, por outro lado, a fragilidade da rede de acessibilidades que lhes dava suporte.

Nos últimos anos a AML passou por um processo de reconfiguração da tradicional estrutura monocêntrica polarizada na cidade de Lisboa numa estrutura viária tendencialmente radioconcêntrica e uma rede urbana policêntrica, territorialmente distendida e ligada, portanto, por um sistema viário que foi progressivamente perdendo o tradicional sistema de radiais a favor de uma organização em rede e que constitui a atual matriz estruturante do território metropolitano. Neste contexto, importa perceber o posicionamento atual da Amadora no território metropolitano e as perspetivas que se abrem nesta nova situação histórica.

Figura 40
Representação das densidades populacionais da AML, 2011



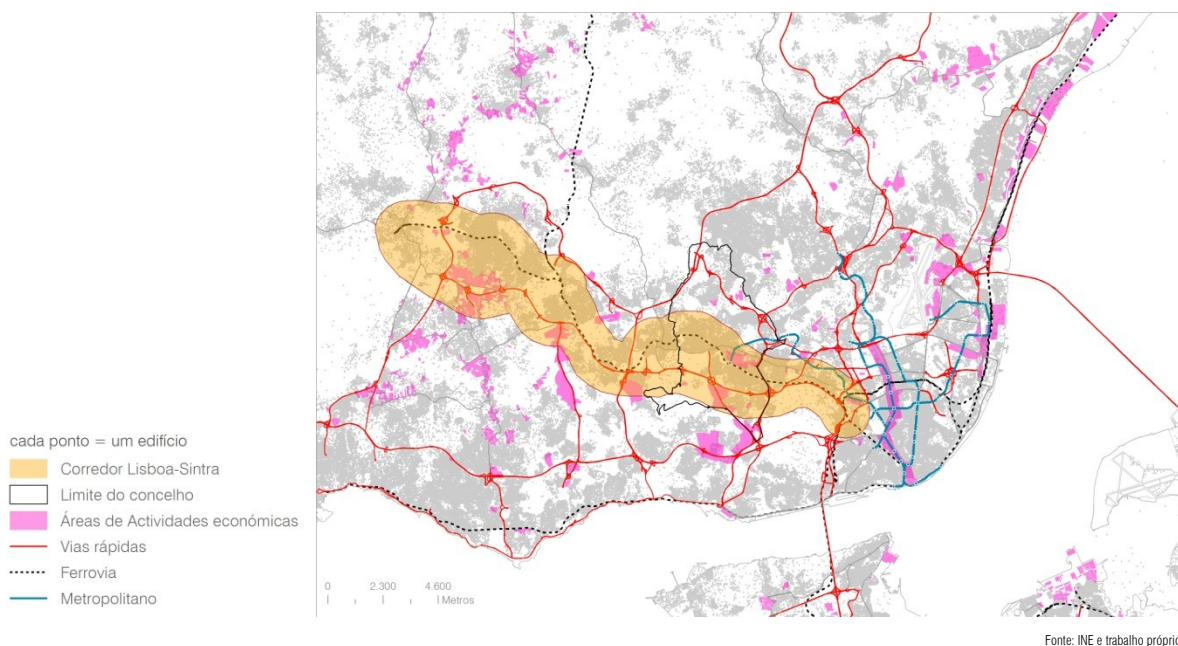
Fonte: INE e trabalho próprio

7.1.

O corredor metropolitano Lisboa-Sintra

Um dos aspetos marcantes do posicionamento atual da Amadora é o facto tão evidente quanto decisivo de ela se situar no Corredor Metropolitano Lisboa-Sintra. Este corredor metropolitano está apoiado em dois dos eixos de transportes mais movimentados a nível nacional (o IC19 e a linha ferroviária Lisboa-Sintra) e distingue-se como o mais densamente povoado e edificado da AML e do país, com cerca de meio milhão de habitantes na envolvente imediata das redes de acessibilidades que o estruturam (470 mil habitantes, de acordo com os censos de 2011, considerando uma área de influência direta de 1km do IC19 e do caminho de ferro), e que pode chegar ao milhão de habitantes se considerarmos o conjunto da população dos concelhos de Lisboa, Amadora e Sintra.

Figura 41
Corredor Metropolitano Lisboa-Sintra



O complexo processo histórico de constituição deste corredor metropolitano, a partir da década de 1960, e a densidade e carácter algo fragmentário da sua ocupação fazem dele também um sector territorial da AML com diversos problemas de congestionamento e de degradação ambiental e do espaço urbano, tendo vindo nos últimos vinte anos a motivar diversos investimentos de regeneração urbana e ambiental, tanto da administração central como das autarquias locais, sobretudo através de intervenções paisagísticas, de melhoramentos das acessibilidades e de requalificação do espaço público das zonas centrais dos principais aglomerados urbanos.

Estes desafios continuarão a exigir respostas a vários níveis, tanto no concelho da Amadora como em Sintra, e previsivelmente tenderão também a ganhar novas dimensões nas próximas décadas, nomeadamente em função da progressiva degradação do edificado habitacional de todo o corredor metropolitano, em geral de fraca qualidade construtiva.

7.2.

As áreas de concentração de atividades económicas do concelho

A Amadora possui também já hoje um importante conjunto de áreas de concentração de atividades económicas, quase todas relevantes no contexto metropolitano, que entretanto se apresentam em fases diferentes do seu ciclo de vida e com dimensões e perfis distintos.

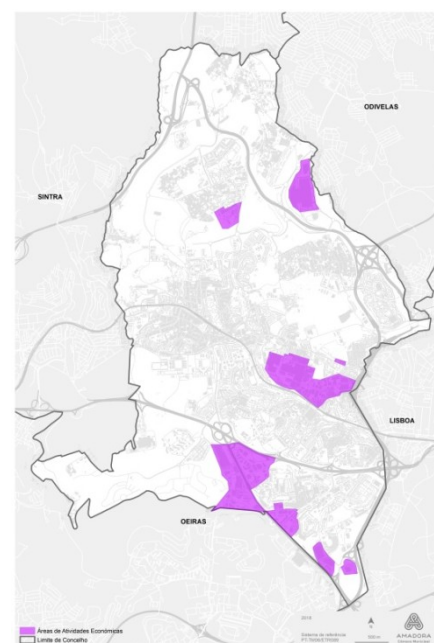
As áreas ao longo da EN117 são aquelas que no concelho devem a sua génese às dinâmicas de metropolização das décadas de 1970-1990, apoiadas fundamentalmente na acessibilidade rodoviária, e possuem um perfil bastante diversificado (grandes unidades comerciais, shoppings, empresas de telecomunicações e na área I&D, serviços de consultoria, indústria farmacêutica, mas também logística e armazenagem). As empresas mais antigas de maior dimensão têm procurado renovar e modernizar as suas instalações, enquanto as mais recentes, sobretudo nos setores não-comerciais, procuram continuar a oferecer condições de qualidade semelhante à que predomina no eixo metropolitano Lisboa-Cascais. Com exceção da área da Serra Carnaxide, não existem áreas livres de dimensão significativa e, no geral, permanecem as necessidades de modernização, melhoria da imagem urbana, oferta de espaço público e são evidentes os problemas associados à circulação e estacionamento automóvel.

A **zona nascente do concelho** onde se localizam a **área industrial da Venda Nova**, a maior e mais antiga área de atividades económicas do concelho, e a **área de terrenos livres da Falagueira**, que constitui a mais importante reserva de espaço para o desenvolvimento de uma nova área de atividades económicas que ofereça novos padrões urbanísticos às empresas.

— A zona industrial da Venda Nova é atualmente atravessada por duas dinâmicas contraditórias que, ao mesmo tempo, por um lado, abrem oportunidades para a consolidação e modernização das empresas mais robustas aí existentes e, por outro, libertam espaços (cerca de 1/3 das instalações existentes) para a regeneração urbana, proporcionando a instalação de novas empresas e instituições de ensino e formação que

Figura 42

Áreas de atividades económicas do concelho da Amadora



Fonte: CMA, 2017

procurem espaços de grande dimensão e com elevada acessibilidade rodoviária e por transporte público.

- Os terrenos da Falagueira, servidos diretamente pela estação do metropolitano da Amadora Este, e pela CRIL permitem desenvolver uma nova polaridade de atividades e de emprego, na Amadora, servida pela de grande acessibilidade metropolitana e fortemente interligada com a área central de Lisboa.

A zona norte do concelho, integra diversos pequenos núcleos de instalações de armazenagem, oficinais e pequenas indústrias, em geral associadas a malhas urbanas habitacionais, e próximo do nó do IC16, a área de atividades aí localizada é dominada pela presença de um *shopping* e de grandes superfícies comerciais, tendo acolhido, mais recentemente, uma unidade hospitalar privada.

Importa referir que de acordo com o estudo “Uma Metrópole para o Atlântico” (ver ponto 5.1.2) o território da Amadora no seu todo contribui para o ecossistema de inovação e internacionalização e participa na especialização económica da Região, suportando um conjunto de pequenas e médias empresas, unidades empresariais com dimensão relevante e sedes de multinacionais sobretudo em ramos de atividade mais dinâmicos relacionados com as tecnologias de informação e comunicação, indústrias criativas e indústria farmacêutica.

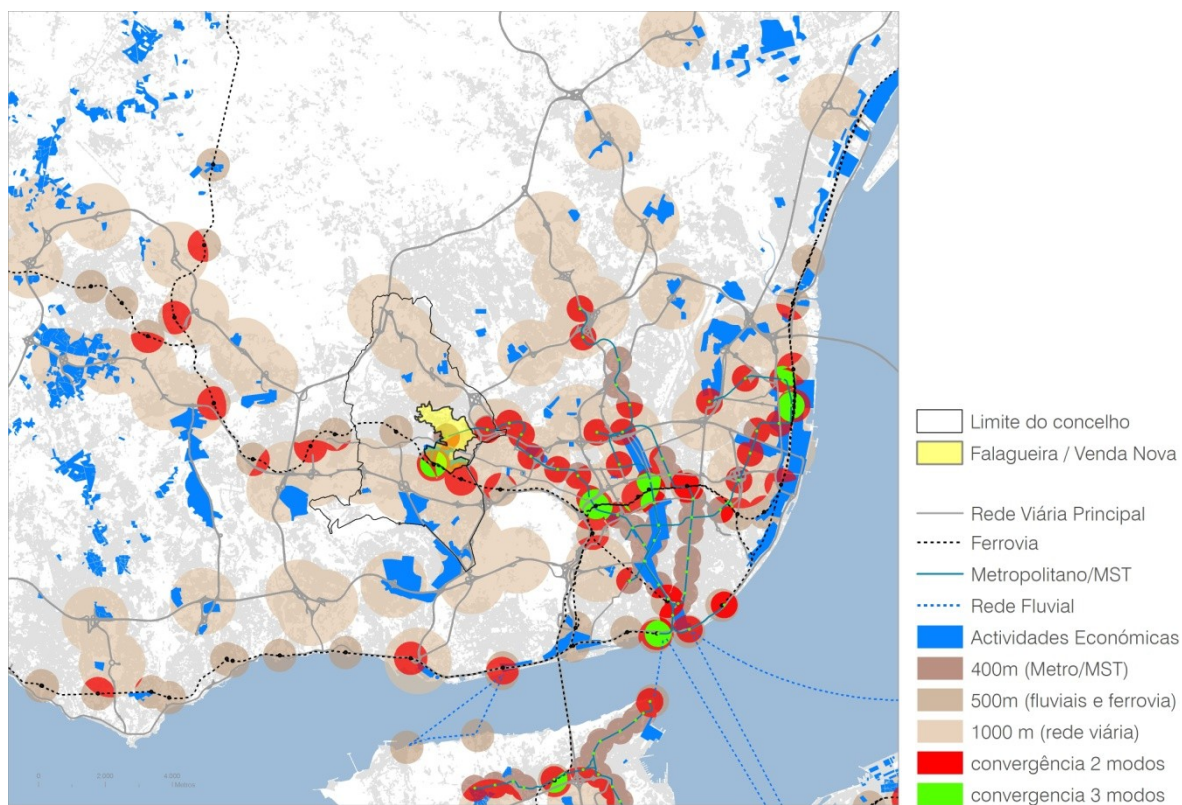
O modelo tendencialmente mais policêntrico da AML dos últimos anos não alterou substancialmente a lógica de localização das atividades económicas, na conexão custo do solo/ acessibilidade/visibilidade, mas é naturalmente muito mais competitiva do que a do modelo radiocêntrico e muito mais exigente para as entidades com responsabilidade na gestão do território. O abrandamento económico global e a exposição particular de Portugal à ajuda financeira agravou ainda mais estas exigências, estimulando de um modo relativamente novo a concorrência entre diferentes áreas e concelhos da AML, procurando isoladamente captar para si as intenções de novos investimentos, muitas vezes com concorrência à escala nacional ou internacional, ou simplesmente ganhar a deslocalização de determinadas empresas no interior do próprio espaço metropolitano. Estas condições não se alteraram com as perspetivas de retoma económica.

Neste âmbito, a área da Falagueira/ Venda Nova viu a sua posição na AML modificada, em função também de mudanças que se efetivaram ao nível da rede viária (nomeadamente o fecho da CRIL) e das oportunidades levantadas pelo prolongamento da linha Azul do Metropolitano até à Reboleira. Neste sentido, há que ter em conta o **papel que a área da Falagueira/Venda Nova**

poderá ter nos próximos anos e o objetivo estratégico municipal de constituir aí uma **Nova Centralidade Metropolitana**, assente (i) num processo de revitalização/reestruturação da zona industrial da Venda Nova, com vista à constituição de uma Zona Empresarial funcionalmente diversificada, e (ii) no desenvolvimento de uma nova área urbana nos terrenos livres da Falagueira, prioritariamente destinada a serviços e equipamentos de nível supramunicipal (nomeadamente de ensino e investigação) e à implantação de um grande parque urbano. Esta estratégia procura potenciar o facto de a área da Falagueira/Venda Nova se destacar:

Figura 43

A Falagueira no contexto das áreas multimodais da AML (2016)



Fonte: Estratégia de Intervenção Municipal para a Área da Venda Nova/Falagueira, BSA, 2016

— Como uma das maiores áreas desocupadas ou disponíveis para regeneração urbana tanto de todo o corredor metropolitano Lisboa – Sintra como da primeira coroa de Lisboa associada à CRIL, com a vantagem adicional muito particular de parte significativa dos terrenos serem de propriedade pública, tendo por isso uma capacidade rara para contribuir para a requalificação urbana e ambiental e redução do carácter suburbano do concelho da Amadora;

- Como uma das poucas áreas multimodais de toda a AML, onde convergem de forma privilegiada tanto acessibilidades rodoviárias fundamentais como redes de transportes públicos pesados (comboio e metropolitano), e a única área do corredor metropolitano Lisboa-Sintra exterior à capital onde se concentram atividades económicas com acesso direto à linha do caminho-de-ferro e ao metropolitano;
- Como uma das poucas grandes áreas livres que beneficia tanto do caminho de ferro como do metropolitano, e que assegura à área uma relação privilegiada e rápida com a cidade de Lisboa.

7.3.

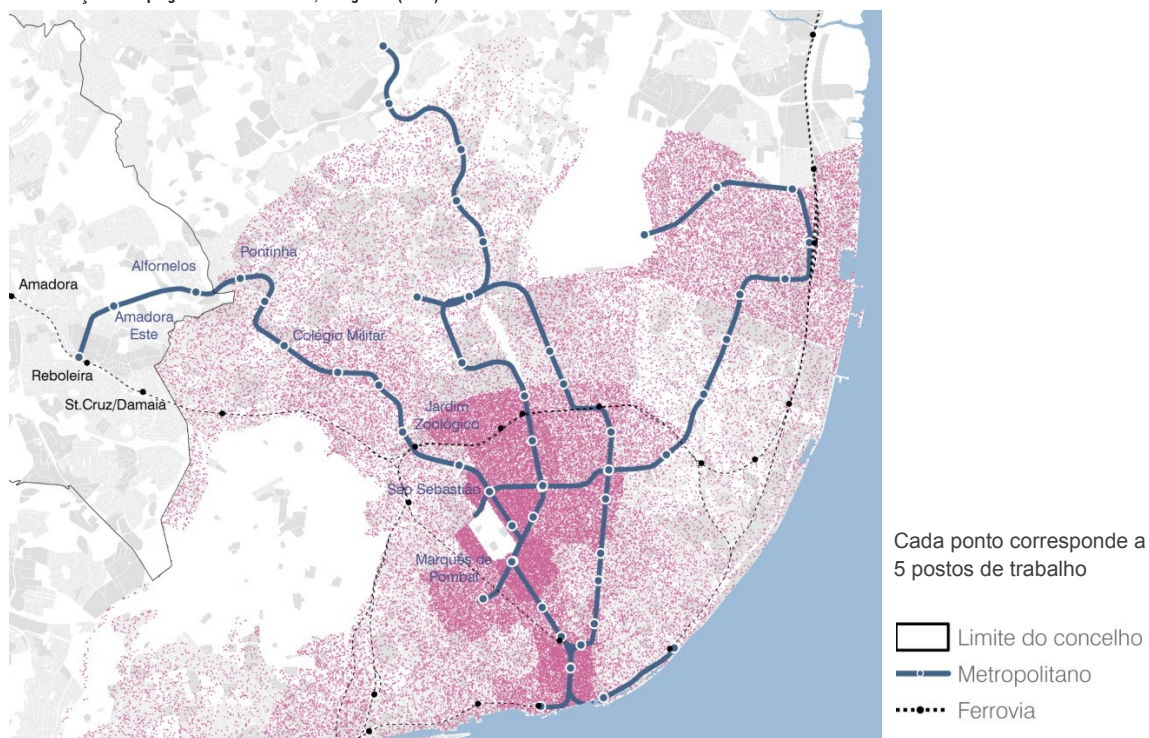
A continuidade com a cidade de Lisboa

Importa finalmente perceber a relação especial do concelho da Amadora com a cidade de Lisboa. A capital continua e continuará indiscutivelmente a ser o principal pólo de emprego de toda a AML, obrigando a óbvias relações de dependência dos concelhos envolventes, tanto a norte como a sul do Tejo, mas que, entretanto, possuem também naturezas e alcances diversos em função de diversos fatores, nomeadamente da sua atratividade e capacidade própria de fixar emprego, da sua acessibilidade metropolitana e do grau de integração funcional nas dinâmicas económicas.

Na relação com a cidade de Lisboa, o concelho da Amadora destaca-se desde logo dos restantes como **o único que atualmente é servido por duas redes de transportes públicos pesados de serviço ao centro da capital** (caminho-de-ferro e metropolitano). A expansão até à Amadora da Linha Azul do metropolitano de Lisboa das últimas décadas colocou o concelho numa relação privilegiada com o principal eixo de emprego da capital e, no que respeita ao caminho-de-ferro, há várias décadas que a linha de Sintra funciona para a Amadora como um meio rápido de acesso à Baixa de Lisboa e aos diversos pólos de emprego da linha-de-cintura (Entrecampos, Areeiro, etc.). Para além da especificidade da relação funcional, o concelho da Amadora possui também uma **especial relação de proximidade física e contiguidade urbana com Lisboa que o distingue dos restantes concelhos da envolvente à capital**, resultante da continuidade natural da orografia, livre de grandes constrangimentos topográficos, e do processo histórico secular de constituição do corredor metropolitano Lisboa-Sintra, associado à antiga “Estrada de Sintra” e à implantação do caminho-de-ferro.

Figura 44

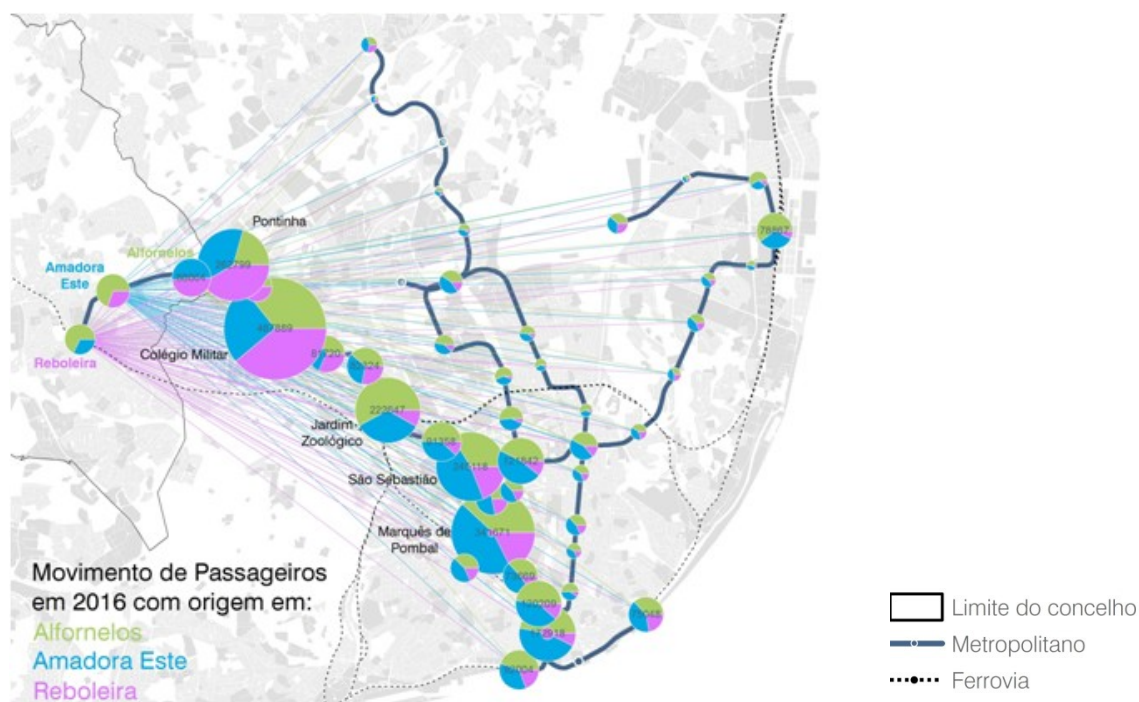
Distribuição do emprego na cidade de Lisboa, à freguesia (2007)



Fonte: Augusto Mateus e Associados e trabalho próprio

Figura 45

Movimento de passageiros anual do metropolitano com origem nas estações do concelho da Amadora (2016)



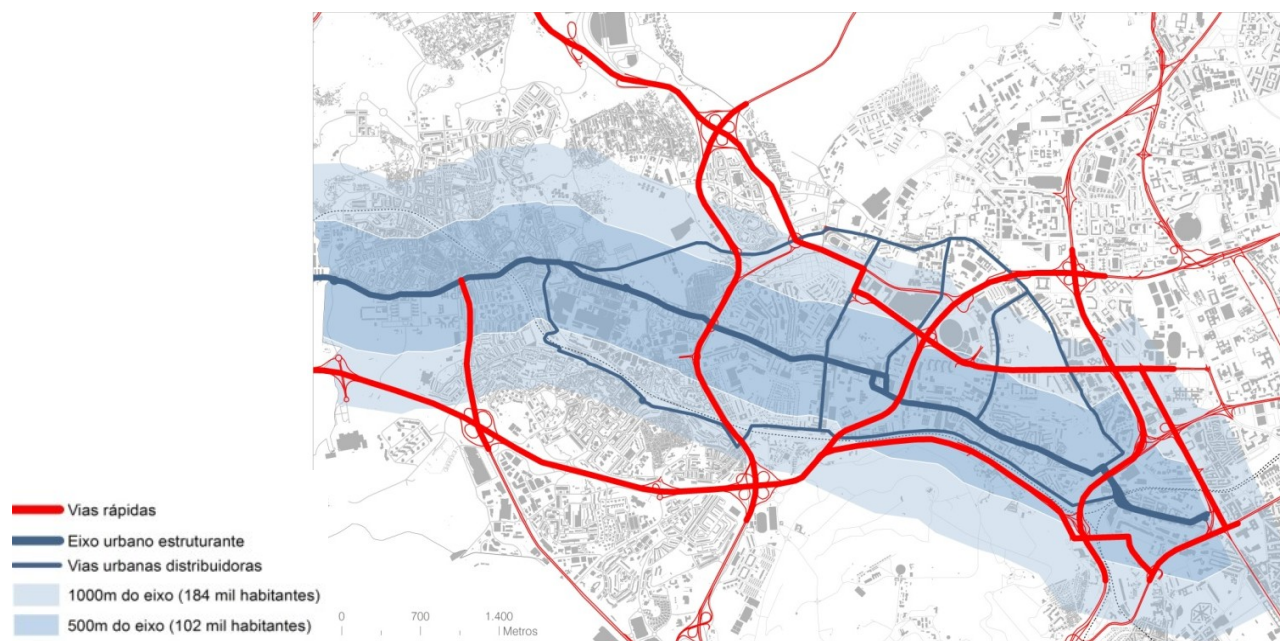
Fonte: Metropolitano de Lisboa

Esta situação desde cedo permitiu o desenvolvimento de **um corredor urbano e de transportes públicos entre Lisboa e a Amadora**, mais concretamente entre a Praça de Espanha e o centro da Amadora, constituído pelo eixo Av. Columbano Bordalo Pinheiro—Estrada de Benfica—Rua Elias Garcia, e que foi, aliás, até à década de 1990 um dos principais acessos rodoviários de entrada na capital.

Este corredor é apoiado, no concelho de Lisboa, pela Av. Conde de Almoester que constitui uma via distribuidora fundamental, complementar da Estrada de Benfica. A descontinuidade desta via para o concelho da Amadora implicará encontrar soluções alternativas de circulação e distribuição do tráfego, que permitam prolongar a via dedicada ao transporte público de Benfica pela Rua Elias Garcia.

Figura 46

Corredor urbano Lisboa – Amadora



Fonte: INE, Censos 2011 e trabalho próprio

A partir desses anos, com o desenvolvimento da malha de vias rápidas nesta zona (ligação do IC19 à 2ª Circular, abertura da CRIL, Eixo Norte-Sul, IC16, Av. Lusíada, radiais de Benfica e da Pontinha) a área ganhou uma acessibilidade rodoviária metropolitana privilegiada e, simultaneamente, foi possível aliviar o intenso tráfego rodoviário da rede urbana distribuidora existente, implementando-se o condicionamento parcial do tráfego rodoviário do eixo estruturante na Estrada de Benfica, entre Sete-Rios e as Portas de Benfica, e a sua consolidação como canal vocacionado para o transporte público rodoviário e principal aglutinador da vida urbana da zona.

No conjunto, estes processos resultaram numa contiguidade urbana muito particular com o centro de Lisboa e que constitui um dos seus “braços” urbanos mais densificados e habitados, **com mais de 180 mil habitantes (INE, 2011) a menos de 1.000 metros do eixo estruturante**, com diversos bairros de vivência urbana em geral de qualidade, bem servido por transportes públicos, unidades comerciais diversificadas (tanto de rua como em grandes superfícies) e uma rede de equipamentos de nível local e supralocal (hospitais, instituições universitárias, etc.).

A recente inauguração da radial da Pontinha marca de certo modo o fim do ciclo de implementação das vias rápidas estruturantes e, em princípio, estabiliza a malha viária principal desta zona para as próximas décadas. Neste sentido, e considerando o objetivo de desenvolver uma centralidade metropolitana na Falagueira/Venda Nova, as novas condições apontam para:

- A necessidade de equacionar o contributo da Rua Elias Garcia para a consolidação do eixo urbano estruturante vocacionado para o transporte público rodoviário, genericamente, entre a Praça de Espanha e o centro da Amadora;
- O aprofundamento do papel da rede viária prevista para a Falagueira/Venda Nova para o funcionamento da rede urbana distribuidora desta particular secção do eixo Lisboa-Amadora;
- A possibilidade de pensar determinados aspetos dos programas de regeneração da zona industrial da Venda Nova e de estruturação da Falagueira considerando as oportunidades oferecidas pela sua inserção neste dinâmico corredor urbano.

IMPORTÂNCIA DO PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO DE LISBOA NO DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO DA AMADORA

Lisboa e Amadora são, de acordo com a Carta do Regime do Uso do Solo 2014, INE/DGT, os únicos concelhos da Área Metropolitana em que os seus territórios são considerados na totalidade (100%) área urbana, apresentando, mesmo, o concelho da Amadora, tendências e indicadores demográficos e socioeconómicos idênticos ou próximos aos de Lisboa, no contexto metropolitano.

De facto, o desenvolvimento urbano da Amadora, facilitado pela continuidade topográfica e pela acessibilidade dos eixos ferroviário (Linha de Sintra) e rodoviário (Estrada de Benfica) que a atravessam, esteve historicamente ligado ao crescimento de Lisboa, fazendo parte da sua expansão periférica inicial, através da continuidade da ocupação urbana para fora dos limites do concelho, ultrapassando as Portas de Benfica, e, posteriormente, pelo seu papel destacado no processo de metropolização da Capital, intensificado a partir da década de 1960.

Neste processo, a expansão urbana no concelho da Amadora foi provocada por um crescimento demográfico acelerado e com uma implantação territorial descontrolada, que resultou em sucessivas alterações aos planos de urbanização para novas áreas residenciais, elaborados nas décadas de 1950 e 1960, tendo em vista a densificação generalizada dos tecidos urbanos para responderem à pressão da expansão urbana, assim como em loteamentos, por vezes de grande dimensão, dispersos e desintegrados, em urbanizações de génese ilegal e no alastramento dos bairros de barracas, a maior parte deles localizados nos limites com o concelho de Lisboa.

Atualmente, o município da Amadora, com 175.136 habitantes, é o 5º mais populoso da AML e, devido à sua pequena dimensão territorial, o mais densamente ocupado do país.

Nas análises que fazemos, passado meio século, é preciso ter presente que a fase inicial do processo de metropolização representou para os concelhos periféricos de Lisboa e, em particular para a Amadora, uma herança pesada que ainda hoje se reflete em desequilíbrios socio-urbanísticos, bolsas de pobreza, desqualificação de grande parte do seu parque habitacional, deficiências da estrutura urbana, insuficiências dos espaços públicos e no estigma de “subúrbio de Lisboa” que ficou associado à sua imagem externa.

Assim, a revisão do PDM deverá ter por base o entendimento deste processo e desta herança e a mudança de ciclo que o momento atual pode proporcionar para o futuro do concelho, atendendo às mudanças que se deram, após a sua elaboração em 1994, no contexto nacional, metropolitano e local.

De facto, como mostram os dados do Censo de 2011, o concelho, após uma ligeira redução da sua população, entrou num período de relativa estabilização demográfica, mantendo, no entanto, importantes dinâmicas internas de redistribuição da população residente e de alteração do perfil das atividades económicas e da localização empresarial.

Considerações Finais

Mas, simultaneamente, as condições da sua integração metropolitana, e consequentemente das interdependências territoriais, transformaram-se significativamente, por um lado, resultado da profunda alteração da rede metropolitana de infraestruturas de transportes, nos últimos 20 anos, tanto rodoviárias como ferroviárias, por outro lado, influenciado pelas dinâmicas económicas, sociais, urbanísticas que se instalaram e desenvolvem na cidade de Lisboa, com impactos evidentes no mercado imobiliário à escala metropolitana, e, consequentemente, pela alteração das estratégias e da atuação dos diversos atores envolvidos, sejam os que determinam a procura de espaços para habitar e para desenvolver as suas atividades, sejam os que promovem a oferta desses espaços ou, também, e não menos importante, os que orientam, regulam e gerem a organização, o funcionamento e a qualidade desses espaços, como é o caso das autarquias locais.

Neste contexto, apresenta-se ao concelho da Amadora um novo quadro para um novo ciclo de desenvolvimento do município, que o torne num espaço urbano mais qualificado, atrativo e competitivo no contexto metropolitano, agora mais claramente centrado na sua estruturação interna, na reabilitação e regeneração dos espaços mais desqualificados e na valorização urbanística e ambiental dos espaços públicos e coletivos e dos serviços urbanos.

Nesta linha, os desafios devem ser enfrentados utilizando as condições favoráveis de que o concelho dispõe para aproveitar, acompanhar e potenciar as oportunidades e as dinâmicas de desenvolvimento que se apresentam à Área Metropolitana de Lisboa, mas resolvendo ou minimizando, ao mesmo tempo, as fragilidades crónicas do seu espaço urbano, as vulnerabilidades da população residente e os desequilíbrios socio-urbanísticos instalados.

Neste enquadramento territorial da Amadora na AML, evidenciam-se os ganhos de acessibilidade, nas últimas duas décadas, que reforçam a sua centralidade metropolitana. Considera-se que esta situação constitui uma oportunidade, nomeadamente, para valorizar a acessibilidade como fator locativo para novas funções urbanas, para a valorização do perfil e aprofundamento da especialização da sua base económica, através da atração de novas empresas e consolidação das já instaladas, nos setores de atividade que melhorem a posição do concelho na economia regional, nomeadamente nos “mega-clusters” metropolitanos em expansão, das Tecnologias de Informação e Serviços às Empresas, das Indústrias Culturais ou da Saúde.

Considera-se que a Amadora poderá continuar a participar e reforçar o seu papel na especialização, internacionalização e inovação na Região, desde logo porque beneficia da sua posição central na Grande Lisboa, afirmando-se já em setores-chave como a Economia Digital, a Economia Criativa e a Economia da Saúde, em que a Cidade de Lisboa compete à escala internacional mas também retirando partido das dinâmicas da região envolvente.

Considerações Finais

A este propósito, pode referir-se o relevo dado na formulação final do projeto do PROTAML de 2010, que, embora não publicado, traduz uma reflexão e intenção, da altura, para o horizonte de 2020, sobre o desenvolvimento da AML, perspetivando: “a inovação como o elemento chave para a internacionalização e para a competitividade da AML. A cidade de Lisboa continuará a destacar-se pelo seu papel motriz, concentrando uma parte importante dos polos de investigação e desenvolvimento, dos serviços financeiros e dos serviços às empresas. Por outro lado, os efeitos esperados do aprofundamento da sociedade de informação e da dinamização das indústrias ligadas à I&D são difusos e deverão incidir em toda a AML. Contudo, podem ser definidas políticas de base municipal com o objetivo de ancorar os projetos em determinados espaços. Ganha especial relevo a possibilidade de criar condições favoráveis para o desenvolvimento das atividades de I&D, em áreas urbanas em crise, com a finalidade de fomentar o empreendedorismo e o potencial de crescimento endógeno” (PROTAML, Sumário Executivo, novembro de 2010).

As condições de acessibilidade, com destaque para as proporcionadas pelo transporte público, aportam também à Amadora uma maior “permeabilidade territorial” que lhe permitirá reforçar a interação com o espaço metropolitano e partilhar, por um lado, importantes recursos e serviços para a integração da população residente na vida urbana alargada, e, por outro lado, de uma vasta bacia de mão-de-obra (de que a Amadora faz parte) que proporcione às empresas o acesso a qualificações para funções intermédias e mais especializadas necessárias às suas atividades.

Na realidade este processo já está “naturalmente” instalado por lógicas de mercado e pela organização territorial da divisão do trabalho.

Com efeito na Amadora tem-se observado uma alteração na distribuição do emprego da população residente de acordo com o critério da classificação das profissões. O acréscimo dos grupos de topo, isto é, vocacionados para o exercício de funções que requerem um elevado nível de competências, representava 20% em 2011, sugerindo uma recomposição no perfil de qualificação dos residentes. Este valor, que praticamente duplicou em duas décadas, reflete o processo de terciarização da atividade económica e a suburbanização da residência, comum a toda a Região de Lisboa, e no caso do município que assistiu à transição de um tecido económico fundado no sector secundário para um modelo assente no terciário, cuja diversidade de ramos de atividade que compreende, permitiu absorver a mão-de-obra a exercer profissões mais e menos qualificadas.

Assim, a consolidação da integração do concelho da Amadora na estrutura metropolitana e nas suas dinâmicas de desenvolvimento, deverá ter em consideração também os processos territoriais instalados e esta “permeabilidade” que se vai aprofundando e proporcionando novas condições de mobilidade às pessoas e bens.

Considerações Finais

As dinâmicas metropolitanas instaladas nas últimas três décadas tiveram já implicações, por um lado, na evolução demográfica, que levou o concelho da condição de município “jovem” a “envelhecido”, facto que afetou profundamente a relação entre população residente ativa e inativa e, por outro lado, no processo migratório, que se traduziu num rácio entre os residentes nacionais e população estrangeira, maioritariamente oriunda dos PALOP, que ultrapassou Lisboa e o conjunto da AML.

Estes dois factos contribuíram para o agravamento de situações de vulnerabilidades demográfica e socioeconómica com que a Amadora se defronta de forma destacada no conjunto da AML, designadamente com consequências negativas do ponto de vista demográfico, do modelo de política social, da competitividade da atividade económica e de coesão territorial que condicionam a renovação de gerações, a reposição de ativos e a sustentabilidade do mercado de trabalho, para a renovação do stock de mão-de-obra.

Mas também se reconhece que a integração metropolitana tem melhorado as condições de vida da população, refletida em diversos indicadores como o “indicador de poder de compra”, o qual mostra a Amadora em convergência com os municípios da AML. Contudo, perante o quadro demográfico e socioeconómico da população residente na Amadora, anteriormente referido, surgem naturalmente questões sobre a forma pouco equitativa na distribuição dos rendimentos no território, designadamente debilidades relacionadas com o capital humano, com as desigualdades nas remunerações e com o volume da população em situação de carência, evidenciando um município a duas velocidades, ou se preferirmos, que reflete fenómenos de sinais contrários.

No respeitante ao ordenamento do território metropolitano e do concelho da Amadora, o PROTAML de 2002, considera ao nível da Estratégia e Modelo Territorial a Amadora integrada na Área Metropolitana Central (dentro de um círculo até 10 km do Marquês do Pombal), e na unidade “Espaço Metropolitano Poente,” “formando com Lisboa um contínuo urbano suportado por um grande eixo rodo e ferroviário que o liga a Sintra. O “Eixo Amadora-Sintra” individualiza-se como uma subunidade territorial sendo caracterizado como um eixo consolidado de crescimento organizado em torno da linha de caminho-de-ferro, apresentando marcas expressivas de fraca estruturação da urbanização e baixos índices de qualidade da construção e espaço público, o que aponta para a necessidade de renovar o tecido edificado em resultado do estado de degradação de alguns bairros habitacionais”.

O Plano Regional, no âmbito das previsíveis dinâmicas de transformação, classifica também “o eixo Amadora-Cacém-Algueirão como “Área Crítica Urbana” pela sua desqualificação urbanística e social, forte concentração residencial e altas densidades populacionais e recomenda investimentos orientados para a reestruturação e requalificação urbanas com vista a inverter tendências a médio e longo prazos”.

O PROTAML reconhece, assim, já em 2002, a centralidade da cidade da Amadora na estrutura metropolitana, mas, ao mesmo tempo, a fragilidade da sua estruturação urbana e a baixa qualidade da generalidade dos espaços públicos e das edificações.

Considerações Finais

Para além disso, o seu enquadramento nas “áreas críticas urbanas”, devido à presença significativa de áreas desqualificadas sob o ponto de vista socio-urbanístico, levou a que tivesse sido abrangido, posteriormente, pelo programa PROQUAL, Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa, criado para atender às condições de suburbanidade em que vive parte da população da AML, o qual abrangeu sete dos 18 municípios metropolitanos.

Ao nível do diagnóstico analisam-se e caracterizam-se diversos aspetos da estrutura urbana, da sua morfologia, das diversas tipologias de edificação e dos tipos de ocupação dominante, importante referência para estabelecer a qualificação do solo, as estratégias de intervenção e a regulamentação e programação das diferentes intervenções e operações urbanísticas.

Em linhas gerais, o espaço urbano da cidade da Amadora é marcado predominantemente por espaços habitacionais compactos e altamente densificados, por áreas de atividades económicas relativamente concentradas e diferenciadas no tecido urbano, inicialmente constituídas por instalações industriais e de armazenagem e, mais recentemente, também por grandes superfícies comerciais, e, ainda, por estruturas e instalações militares, com história e valor identitário, as quais, pela sua dimensão, têm uma presença significativa no concelho.

As características da ocupação urbana consolidada da Amadora, embora com reconhecidas disfuncionalidades internas e baixa qualidade urbana e ambiental, enquadram-se nas opções gerais explicitadas no projeto do PROTAML de 2010 para o modelo territorial, na medida em que refere especificamente: “a Área Metropolitana de Lisboa deve adotar um novo modelo territorial de desenvolvimento que concretize os princípios da cidade compacta e da polinucleação, estreitamente associados ao investimento em corredores de transporte público com maior capacidade de captação de utilizadores, assumindo-se como uma Metrópole, em duas margens - em torno do Estuário do Tejo” (PROTAML, Sumário Executivo, novembro de 2010).

Neste contexto e resultado do processo de conformação do espaço urbano, a questão do tecido habitacional constitui um dos principais problemas da gestão do espaço urbano da cidade da Amadora, perante as variações que se venham a verificar no mercado imobiliário metropolitano, no qual são já expressivas as diferenças relativas entre municípios, fortemente marcadas pela evolução dos valores imobiliários da cidade de Lisboa.

No caso da Amadora, o facto de o parque habitacional ter sido maioritariamente construído nas décadas de 1960 e 1970, encontrando-se, por isso envelhecido, instalado em edifícios nem sempre de acordo com padrões de qualidade satisfatórios para as necessidades e expectativas dos habitantes, a necessitar de profundas obras de reparação, situação agravada por uma população residente envelhecida, economicamente debilitada e vulnerável, exige uma adequada política de reabilitação urbana como instrumento fundamental de intervenção urbanística.

Contudo, a eficácia de tal política enfrentará um conjunto de dificuldades, na Amadora, resultantes: (i) da tendência das expectativas geradas pelo aumento dos valores do mercado imobiliário na AML;

Considerações Finais

(ii) de opções urbanísticas, que tenderão a contrariar a densificação das áreas habitacionais em grande parte da área urbana, consequentemente impedindo a valorização imobiliária pela via do aumento da superfície de construção; (iii) dos condicionamentos à realização de obras pelo facto de a taxa de casas devolutas ser baixa, inferior à média metropolitana; (iv) por se tratar de uma população envelhecida e pelas limitações socioeconómicas dos residentes e de muitos dos proprietários.

De facto, nota-se que a subida recente do custo da habitação, visível tanto no valor das vendas como no das rendas, reflete a retoma da dinâmica económica e o aumento da procura de habitação no pós-crise. No caso da Amadora, a proximidade a Lisboa constitui um fator explicativo para o aumento de preços.

Para já, é certo que as tendências instaladas estão a induzir processos de mobilidade residencial que se repercutem em toda a Área Metropolitana de Lisboa, em particular na primeira coroa urbana, e cujas consequências são ainda pouco conhecidas.

Por todas estas razões se depreende que a política municipal de habitação constituirá, no próximo ciclo de planeamento, um instrumento central para valorizar a estrutura urbana e contrariar a perda de população, assegurando não apenas a sua reposição quantitativa, mas também a recomposição qualitativa do seu perfil ocupacional.

À ocupação urbana, maioritariamente contínua e compacta, moldada por diversas morfologias do tecido urbano, foram “resistindo” alguns espaços da antiga estrutura rural, com maior expressão nas vertentes do vale da ribeira de Carenque, a norte, em parte da serra de Carnaxide e na zona da Falagueira, onde existiram terrenos agrícolas e diversas quintas de lazer e funcionou, até há cerca de duas décadas, a Estação Nacional de Seleção e Reprodução Animal do Estado.

Hoje, estes espaços, maioritariamente abandonados e expectantes, constituem um passivo territorial mas, ao mesmo tempo, um recurso para a estruturação e qualificação do espaço urbano da cidade da Amadora, nomeadamente para a salvaguarda de riscos naturais, para a estabilização e qualificação urbana e ambiental dos espaços edificados e para a integração do território concelhio nas estruturas e redes metropolitanas, fundamentalmente a Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental, a Rede Viária Fundamental e a Rede de Centralidades Urbanas, garantindo-lhes as necessárias conectividades, a preservação e adequada integração dos valores e recursos territoriais e a valorização e potenciação de complementaridades funcionais e de serviços aportados ao território. Nesta linha, será necessário coordenar as articulações intermunicipais destas redes e estruturas, designadamente dos corredores verde e azul, e encontrar, ao nível do modelo territorial metropolitano, a adequada integração entre as estruturas ecológicas municipal e regional.

Releva-se, mais uma vez, no âmbito deste enquadramento regional/metropolitano, o reconhecimento de que o novo posicionamento do concelho da Amadora na estrutura metropolitana e, em particular na relação privilegiada com a cidade de Lisboa, pode constituir a oportunidade para induzir novas dinâmicas de desenvolvimento da base económica e da capacidade atrativa do concelho, a par de mudanças que tenham também consequências na redução das desigualdades sociais e na melhoria da qualidade de vida da população e da coesão social e territorial.

Índice de Quadros

Quadro 1	Evolução da população residente da AML, por concelho (1960-2011)	14
Quadro 2	População residente na AML em 2011 que mudou de residência em relação a 2005	18
Quadro 3	Tempos de deslocação, na rede de metropolitano, entre a estação da Reboleira e	35
Quadro 4	Tempos de deslocação, na rede de comboio, entre a estação da Amadora e	35
Quadro 5	Movimentos pendulares da população empregada ou estudante entre 1991 e 2011	38
Quadro 6	Quociente de localização dos estabelecimentos da Amadora em relação à AML (2016)	46
Quadro 7	Fortalecimento e diversificação da base económica do concelho da Amadora, nos domínios de especialização da EREIL 2014-2020	50
Quadro 8	Projetos aprovados no concelho da Amadora, por Domínio de Intervenção (2007-2014)	51
Quadro 9	Peso demográfico (População, Empresas e Emprego) da AML e do município, no contexto do Continente	52
Quadro 10	Distribuição do nº de estabelecimentos, por ramos de atividade económica (%)	53
Quadro 11	Indicadores específicos de emprego, 2011	60
Quadro 12	Pessoal ao Serviço nos Estabelecimentos, por ramos de atividade económica (%)	61
Quadro 13	Pessoal ao serviço, por níveis de habilitação (2008-2016)	63
Quadro 14	Evolução do n.º de alunos e de turmas do Ensino Secundário na Amadora	63
Quadro 15	Projetos aprovados pelos Sistemas de Incentivos no concelho da Amadora, segundo a CAE (2007-2014)	65
Quadro 16	Áreas prioritárias de formação, segundo o Cluster de atividades	70
Quadro 17	Mudanças, Desafios e Compromissos	73
Quadro 18	Objetivos estratégicos para a revisão do PDM da Amadora e Compromissos para o Território do PNPOT	79
Quadro 19	PROTAML, linhas estratégicas de desenvolvimento para a AML e PDM, objetivos estratégicos	81
Quadro 20	Outros instrumentos de planeamento	94

Índice de Figuras

Figura 1	Comparação dos concelhos da AML, 2011	11
Figura 2	Fatores “naturais” de estruturação do território metropolitano	12
Figura 3	Evolução da população residente da AML	14
Figura 4	Evolução das redes de acessibilidade e variações demográficas na AML 1960-2011	16
Figura 5	Variação da População Residente na AML e extensão da rede viária fundamental (1960-2011)	17
Figura 6	Distribuição da população residente em 2011 que mudou de residência relativamente a 2005	19
Figura 7	Decomposição da taxa de crescimento efetivo da população residente, por município, 2015/2016	20
Figura 8	A AML-Norte em 1945	22
Figura 9	Evolução da ocupação da AML-Norte 1946-1960	23
Figura 10	Evolução da ocupação da Amadora 1946-1960	23
Figura 11	Evolução da ocupação da AML-Norte 1961-1970	24
Figura 12	Evolução da ocupação da Amadora 1961-1970	24
Figura 13	Evolução da ocupação da AML-Norte 1971-1980	25
Figura 14	Evolução da ocupação da Amadora 1971-1980	25
Figura 15	Evolução da ocupação da AML-Norte 1981-1990	26
Figura 16	Evolução da ocupação da Amadora 1981-1990	26
Figura 17	Evolução da ocupação da AML-Norte 1991-2000	27
Figura 18	Evolução da ocupação da Amadora 1991-2000.....	27
Figura 19	Evolução da ocupação da AML-Norte 2001-2011	28
Figura 20	Evolução da ocupação da Amadora 2001-2011	28
Figura 21	Os 10 nós de maior acessibilidade da AML (1997 e 2011)	33
Figura 22	Áreas multimodais da AML (2016)	34
Figura 23	Principais deslocações pendulares interconcelhias da AML, 2011	36
Figura 24	Principal meio de transporte para o local de trabalho ou estudo na AML-Norte, à freguesia (2011)	37
Figura 25	Principais movimentos de saída	39
Figura 26	Principais movimentos de entrada	41
Figura 27	Meios de transporte utilizados nos movimentos de entrada e saída (Grande Lisboa)	42
Figura 28	Meios de transporte utilizados nos movimentos intraconcelhios	43
Figura 29	Duração média das deslocações, 1991- 2011	44
Figura 30	Polarização Urbana e Dinâmicas Territoriais	83
Figura 31	Novas Infraestruturas Metropolitanas – PROTAML alt. 2010	84
Figura 32	Estruturas de polos, aglomerações urbanas e acessibilidades	86
Figura 33	Rede Ecológica Metropolitana - PROTAML 2002/2010	86
Figura 34	Modelo Territorial PROTAML 2002	86
Figura 35	Modelo Territorial PROTAML 2010	86
Figura 36	Unidades Territoriais PROTAML 2002	86
Figura 37	Unidades Territoriais PROTAML 2010	86
Figura 38	A Rede Ecológica Metropolitana do PROT 2002	87
Figura 39	A Rede Ecológica Metropolitana da Alteração PROT 2010	87
Figura 40	Representação das densidades populacionais da AML, 2011	96
Figura 41	Corredor Metropolitano Lisboa-Sintra	96
Figura 42	Áreas de atividades económicas do concelho da Amadora	97
Figura 43	A Falagueira no contexto das áreas multimodais da AML (2016)	99
Figura 44	Distribuição do emprego na cidade de Lisboa, à freguesia (2007)	101
Figura 45	Movimento de passageiros anual do metropolitano com origem nas estações do concelho da Amadora (2016)	101
Figura 46	Corredor urbano Lisboa – Amadora	102

Índice de Anexos

Anexo 1	Nº de Estabelecimentos, por ramos de atividade económica	113
Anexo 2	Pessoal ao Serviço nos Estabelecimentos, por ramos de atividade económica	114
Anexo 3	Indicadores de desemprego na Amadora e Lisboa/Vale do Tejo (dados de Abril)	115

Anexo 1 - Nº de Estabelecimentos, por ramos de atividade económica

CAE	Amadora			AML		
	2008	2016	Var. (%)	2008	2016	Var. (%)
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	10	7	-30,0	1.124	1.126	0,2
B - Indústrias extrativas	-	1	-	64	45	-29,7
C - Indústrias Transformadoras	356	218	-38,8	7.252	4.685	-35,4
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	2	1	-50,0	93	79	-15,1
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	6	7	16,7	214	217	1,4
F - Construção	724	333	-54,0	11.255	5.751	-48,9
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1.569	1.185	-24,5	32.037	23.562	-26,5
H - Transportes e armazenagem	226	190	-15,9	5.287	4.140	-21,7
I - Alojamento, restauração e similares	574	402	-30,0	12.841	10.653	-17,0
J - Atividades de informação e de comunicação	116	100	-13,8	2.633	2.694	2,3
K - Atividades financeiras e de seguros	121	98	-19,0	3.262	2.672	-18,1
L - Atividades imobiliárias	112	72	-35,7	3.827	2.900	-24,2
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	332	269	-19,0	9.041	8.071	-10,7
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	138	99	-28,3	4.203	3.049	-27,5
O - Administração Pública e Defesa, Segurança Social Obrigatória	13	1	-92,3	277	80	-71,1
P - Educação	76	64	-15,8	1.832	1.586	-13,4
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	185	186	0,5	5.299	5.585	5,4
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	29	28	-3,4	1.252	1.262	0,8
S - Outras atividades de serviços	283	205	-27,6	5.885	4.687	-20,4
U - Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	-	-	-	5	15	200,0
Total	4.872	3.466	-28,9	107.683	82.859	-23,1

Fonte: GEP/MTSSS, *Quadros de Pessoal*

Anexo 2 - Pessoal ao Serviço nos Estabelecimentos, por ramos de atividade económica

CAE	Amadora			AML		
	2008	2016	Var. (%)	2008	2016	Var. (%)
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	18	21	16,7	5.134	7.128	38,8
B - Indústrias extrativas	-	5	-	626	296	-52,7
C - Indústrias Transformadoras	4.855	3.560	-26,7	102.513	74.572	-27,3
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	26	6	-76,9	2.586	1.987	-23,2
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	72	54	-25,0	5.139	6.095	18,6
F - Construção	6.394	2.767	-56,7	94.769	44.567	-53,0
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	11.220	10.449	-6,9	201.134	168.859	-16,0
H - Transportes e armazenagem	706	665	-5,8	63.276	57.712	-8,8
I - Alojamento, restauração e similares	2.562	5.033	96,4	81.347	81.978	0,8
J - Atividades de informação e de comunicação	2.019	2.026	0,3	44.115	50.000	13,3
K - Atividades financeiras e de seguros	919	719	-21,8	48.587	44.018	-9,4
L - Atividades imobiliárias	268	200	-25,4	11.173	9.384	-16,0
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1.817	2.056	13,2	58.198	62.033	6,6
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	4.120	6.527	58,4	159.826	155.098	-3,0
O - Administração Pública e Defesa, Segurança Social Obrigatória	315	91	-71,1	9.603	3.179	-66,9
P - Educação	722	555	-23,1	24.730	22.644	-8,4
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	3.942	4.918	24,8	57.857	78.383	35,5
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	114	100	-12,3	9.024	9.660	7,0
S - Outras atividades de serviços	1.182	839	-29,0	27.123	23.495	-13,4
U - Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	-	-	-	47	102	117,0
Total	41.271	40.591	-1,6	1.006.807	901.190	-10,5

Fonte: GEP/MTSSS, *Quadros de Pessoal*

Anexo 3 - Indicadores de desemprego na Amadora e Lisboa/Vale do Tejo (dados de Abril)

Indicador	Amadora			Lisboa e Vale do Tejo		
	2012	2018	Var. 2012-2018 (%)	2012	2018	Var. 2012-2018 (%)
Total	12.056	5.367	-55,5	200.038	112.129	-43,9
Homens	6.507	2.405	-63,0	102.955	50.371	-51,1
Mulheres	5.549	2.962	-46,6	97.083	61.758	-36,4
< 1 Ano	7.531	2.841	-62,3	136.746	62.367	-54,4
1 Ano e +	4.525	2.526	-44,2	63.292	49.762	-21,4
1º Emprego	717	407	-43,2	10.999	9.696	-11,8
Novo Emprego	11.339	4.960	-56,3	189.039	102.433	-45,8
< 25 Anos	1.438	420	-70,8	22.735	9.682	-57,4
25 - 34 Anos	2.859	1.081	-62,2	48.886	20.509	-58,0
35 - 54 Anos	5.627	2.415	-57,1	95.876	51.097	-46,7
55 Anos e +	2.132	1.451	-31,9	32.541	30.841	-5,2
< 1º Ciclo EB	983	507	-48,4	10.193	7.452	-26,9
1º Ciclo EB	2.478	845	-65,9	34.090	16.283	-52,2
2º Ciclo EB	2.098	644	-69,3	31.650	15.553	-50,9
3º Ciclo EB	2.806	1.057	-62,3	47.579	22.598	-52,5
Secundário	2.772	1.563	-43,6	53.549	32.621	-39,1
Superior	919	751	-18,3	22.977	17.622	-23,3

Fonte: IEFP, *Estatísticas Mensais dos Concelhos 2012 e 2018 (Abril)*



AMADORA
Câmara Municipal